

**Do *thatcherismo* ao cavaquismo:
contributos para o estudo de uma época**

Tomás Marques Barros

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Maio de 2023

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de José Manuel Viegas Neves e co-orientação científica de Ricardo Vieira de Campos d'Abreu Noronha*.

* Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública a 14 de setembro de 2023. O Júri, composto por Pedro Aires Oliveira (Presidente), António Costa Pinto (Arguente), João Rodrigues (Arguente) e Ricardo Noronha (Orientador) atribuiu a classificação final de 18 valores por unanimidade.

*Para a minha mãe,
Exemplo para a vida toda*

*Para os meus avós
Por serem o pilar de tudo,*

Agradecimentos

Há uns dias a Carolina dizia que a grande vantagem da escrita de uma tese como esta passava pela oportunidade de podermos deixar marcado, pelo menos enquanto o repositório de teses não desaparecer, um agradecimento aqueles de quem mais gostamos e que, ao longo deste processo, mais nos ajudaram. É o que vou tentar fazer por aqui, agradeço então:

Aos meus orientadores, José Neves e Ricardo Noronha. O agradecimento que tenho de fazer ao José antecede o início deste processo e recua às suas aulas de licenciatura, depois de mestrado, que me abriram as portas a um mundo que não fazia ideia existir. Agradeço-lho pelo incentivo permanente e por não me deixar entrar numa qualquer zona de conforto, no fundo, agradeço o desafio, a confiança e os comentários que enriqueceram esta dissertação. Ao Ricardo que prontamente aceitou o meu pedido tenho a agradecer a forma como acompanhou de perto as diferentes fases deste trabalho, o recuperou numa altura mais complicada, e a revisão meticulosa que dele fez. Aos dois agradeço autonomia e confiança que me deram enquanto escrevia este trabalho.

À minha professora “Rucha” Oliveira e Silva sem a qual o meu interesse pela história teria certamente parado num sítio que não este. Obrigado por estar sempre disponível para as infinitas perguntas que tinha para lhe fazer.

À Alice Samara pela amizade com que me fez sentir em casa quando vim para Lisboa e pelas palavras e conselhos que me vai dando sobre a história e a vida em geral.

Começo por aqueles que me conhecem há mais tempo. É para mim impossível imaginar a vida sem o conforto e a alegria que sinto cada vez que regresso a Estarreja e encontro a Eliana, o Rodrigo, o Pedro, a Teresa, o Geada, a Beatriz, a Camila, o Max, o Alexandre, o Gonçalo e o Tomás. É como se o tempo não tivesse passado e a distância se apagasse. Obrigado por me fazerem sempre sentir em casa e pela amizade que há uns valentes anos nos dá a oportunidade de continuar a crescer juntos.

Ao Miguel e ao Marcos que, de formas tão diferentes, conseguem ser tão especiais para mim.

À Iara, companheira nestas andanças, pela amizade tão especial.

O Rafa e a Ana Teresa apareceram a meio de uma crise de meia-idade (algo precoce) que me fez pensar que depois dos 21 se esgotava a possibilidade de fazer

verdadeiros amigos. Por um lado, provaram que estava errado, mas pelo outro mostraram que bastam pessoas como eles para uma pessoa ser realmente feliz. Obrigado pela amizade e pelo apoio incondicional.

O Rui, o Lima e o António são os meus fiéis companheiros desde que caí de paraquedas na FCSH já o semestre estava perto do fim. A Carolina e a Catarina vieram compor a trupe. Sem vocês não sei como é que este trabalho tinha acabado. Dentro e fora da biblioteca a partir de onde escrevo a vossa companhia e amizade diária torna tudo muito mais fácil. É o verdadeiro, eternamente grato.

A Raquel é das pessoas mais fascinantes que tive a sorte de conhecer. Não trocava por nada a tua companhia e as infinitas horas que passamos a falar: do André Rieu à mais profundidade inquietação da nossa vida.

No bem e no mal a Leonor atura-me com todo o carinho em qualquer altura. Há coisas que aviões franceses unem que é impossível separar. Obrigado por todas as memórias que criámos juntos e por uma amizade que é maior que tudo.

A Sofia é a mistura perfeita entre uma força da natureza e um poço infinito de amizade. Por tanto tempo (por parvoíce) que fique sem te ver não consigo explicar o conforto e familiaridade que encontro no teu abraço. Obrigado por me teres aparecido com o Zé e me teres dado a conhecer um amigo tão bom.

A Constança veio realizar o sonho de ter uma irmã do qual eu nem estava bem ciente até a conhecer. Todos os dias aprendo contigo e esse é o maior agradecimento que te posso fazer. Não há ideia que esteja escrita neste trabalho sobre a qual não me tenhas ouvido a disparatar durante horas. Obrigado por seres a melhor amiga que alguma vez podia ter imaginado.

Agradeço à minha família. Às minhas tias, ao meu tio e ao Paulo. A todos os meus primos que fazem das recordações da minha infância um lugar marcado pela mais pura alegria.

Ao Cocas, meu fiel companheiro.

O meu avô e a minha avó são os pilares do meu mundo. Têm em si um amor incondicional que procuro todos os dias retribuir. Obrigado pela preocupação e carinho diários. Obrigado por desde que me lembro de existir me tratarem como um pequeno príncipe do vosso mundo.

À minha mãe tenho o mundo todo para agradecer. A minha mãe é tudo aquilo que um dia eu ambiciono ser. Obrigado por tudo o que sempre fizeste por mim. Pelo apoio e pelo amor que nunca me faltou. Obrigado por me permitires seguir os meus sonhos e por me lembrares que, ao fim do dia, o que importa é sermos felizes.

Do *thatcherismo* ao cavaquismo: contributos para o estudo de uma época

Tomás Marques Barros

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo; *thatcherismo*; estudos culturais; Stuart Hall; cavaquismo; história das ideias.

Esta dissertação toma como objeto de estudo o que podemos definir como processos de neoliberalização. Partindo da identificação de diferentes quadros teóricos desenvolvidos no âmbito da investigação histórica com vista à construção de uma definição de neoliberalismo, este trabalho encaminha-se para o estudo de dois casos nacionais. Acompanhando os diferentes momentos deste trabalho, os estudos sobre o neoliberalismo não são encarados enquanto um fim em si, mas antes enquanto um campo de estudos que nos permite compreender algumas das distintas dimensões dos processos de neoliberalização britânico e português. Com o primeiro caso, esta dissertação procura compreender a forma como o campo dos Estudos Culturais e, em particular, os trabalhos de Stuart Hall construíram o *thatcherismo*, entendido como parte central a um processo de neoliberalização, enquanto um objeto de estudo. No tocante ao caso português, esta dissertação parte de uma análise da presença das palavras “cavaquismo” e “cavaquista” nos debates parlamentares do período democrático português. Desta forma, procura-se compreender os múltiplos significados contidos nestes nomes e pensar uma definição do “cavaquismo” para além da cronologia correspondente aos governos liderados por Aníbal Cavaco Silva e de um significado meramente institucional.

Abstract

From thactherism to *cavaquismo*: insights into to the study of an era

Tomás Marques Barros

KEYWORDS: neoliberalism: thatcherism; cultural studies; Stuart Hall; cavaquismo; history of ideas.

This dissertation examines processes of neoliberalization as its object of study. Beginning with the identification of different theoretical frameworks developed within historical research in order to construct a definition of neoliberalism, this work moves towards a study of two national cases. Throughout the different stages of this work, studies on neoliberalism are not viewed as an end unto themselves, but rather as a field of study that enables us to understand some of the distinct dimensions of the British and Portuguese processes of neoliberalization. In the first case, this dissertation aims to grasp how the field of Cultural Studies and, in particular, the works of Stuart Hall, have constructed Thatcherism as an object of study, recognizing it as a central part of the process of neoliberalization. Concerning the Portuguese case, this dissertation starts with an analysis of the occurrence of the terms "cavaquismo" and "cavaquista" in the parliamentary debates of the Portuguese democratic period. Thus, it seeks to understand the multiple meanings contained in these names and to provide a definition of "cavaquismo" that extends beyond the chronology corresponding to the governments led by Aníbal Cavaco Silva and a merely institutional meaning.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. O Neoliberalismo como objeto de estudo	7
1.1. Um modo de regulação do capitalismo	8
1.2. Um “pensamento coletivo” neoliberal	13
1.3. Uma racionalidade governamental	23
1.4. Neoliberal(ização)	35
Capítulo 2. O <i>thatcherismo</i> visto pelos estudos culturais;	41
2.1. Estudos Culturais	41
2.1.1. “Pessimismo do intelecto, otimismo da vontade”	45
2.1.2. O(s) Interesse(s) Naciona(ais)l	47
2.1.3. Teoria para uma luta de classes “atual”	50
2.2. O <i>thatcherismo</i> enquanto projeto hegemónico	54
2.2.1. Ganhar a crise no “nacional-popular”	58
2.2.2. Uma governamentalidade <i>thatcherista</i> ?	67
Capítulo 3. De que é o “cavaquismo” nome?: um trajeto parlamentar	75
3.1. “Pressão, Orgulho, Cultura, Comunicação Social, Direita, Consciência, Filosofia, <i>Yuppismo</i> , Consulado, Tecnocracia, Revolução, Milagre, Património, Tragédia, Progresso”	76
3.2. Nome de Época?	80

3.3. Uma forma de ser?	83
3.4. Uma variante portuguesa do neoliberalismo?	90
3.5. Uma ideologia política?	97
Conclusão	109
Bibliografia	115

Introdução

Regressado de Hamburgo, onde participara na 34ª edição do Congresso Anual do Instituto Internacional de Finanças Públicas, Aníbal Cavaco Silva, então professor na Universidade Católica Portuguesa, publicou em outubro de 1978 um texto intitulado “Políticos, burocratas e economistas”¹. Três anos passados de novembro de 1975, e a cerca de dois anos de se tornar Ministro das Finanças do Governo da Aliança Democrática, Cavaco Silva dava a conhecer aos leitores da revista *Economia*² as conclusões do congresso, que se dedicara ao debate da Teoria da Escolha Pública. Como o título deixa antever, Cavaco Silva partia da identificação de três grupos que considerava exercerem o governo da sociedade para pensar a relação entre eles estabelecida.

O argumento de Cavaco Silva seguia um raciocínio que importa sintetizar: por oposição aos economistas, que “derivam as suas conclusões considerando que o objetivo da ação pública é a maximização do bem-estar social”³, os dois outros grupos, o dos políticos e o dos burocratas, faziam perigar qualquer tentativa de aproximação a “critérios de eficiência económica” e, consequentemente, a existência de um “benefício líquido para a sociedade”⁴. Sobre o primeiro grupo, o dos políticos, Cavaco Silva considerava serem movidos “na base do seu próprio bem-estar (...) conforme o seu interesse pessoal”⁵. Acrescentava ainda que a generalidade dos economistas concluía já que “a ideia do político como criatura dedicada à sociedade como um tudo” não passava de um “mito”⁶. Se os políticos são guiados pelo desejo da “permanência no poder”, o segundo grupo, o dos burocratas, encontra na ambição por “poder e reputação”, bem como, no desejo em alcançar os seus “objetivos privados”, a sua razão de existência⁷. Juntos, estes dois grupos

¹ Aníbal Cavaco Silva, “Políticos, burocratas e economistas”. *Economia* 2(3) (1977), 491-502;

² Revista fundada em 1977 ligada à Universidade Católica Portuguesa. Para Ricardo Noronha tratava-se de uma “revista científica com um perfil deliberadamente técnico, mas a maior parte dos seus artigos apresentava uma visível inspiração neoliberal”. Ricardo Noronha, “The Portuguese Road to Neoliberalism (1976-1989)”, *Contemporary European History*, 31(1), 119;

³ Importa notar que no seguimento desta ideia Cavaco Silva definia a referida “maximização do bem-estar social” enquanto o resultado da “agregação das preferências individuais dos cidadãos”. “Políticos, burocratas e economistas”, 492;

⁴ *Ibidem*;

⁵ *Ibidem*;

⁶ *Ibidem*;

⁷ *Ibid.*, 496;

contribuíam para um favorecimento mútuo que resultava no crescimento do poder do Estado no lugar “da utilização de instrumentos de política inseridos no mecanismo de mercado”⁸.

Em comum, notava Cavaco Silva, destacava-se uma certa aversão à economia e aos economistas. Se os políticos os ignoravam, os burocratas serviam-se deles com vista à manutenção de um “poder monopolista”⁹ e à manipulação do grupo dos políticos. Neste sentido, Cavaco Silva concluía que os “processos de escolha coletiva” existentes funcionavam de modo a “frustrar a vontade da maioria e a proteger interesses particulares”, impedindo a aplicação das “reformas necessárias à produção de escolhas eficientes”¹⁰ propostas pelo grupo dos economistas que, sublinhava, consideravam outros objetivos “para além da eficiência económica”¹¹.

A dois parágrafos do fim deste texto, surge a referência a um quarto grupo que, ainda que presente ao longo das reflexões anteriores, só agora vê reconhecida alguma agência. Refiro-me a um sujeito que podíamos identificar como “povo” ou “cidadão”, ou seja, o referente de uma ideia de democracia que, na fase final deste texto, o autor apelida de “contribuintes”. Referindo-se à então recente alteração da Emenda 13 da Constituição do Estado da Califórnia¹², Cavaco Silva encontrava nos “contribuintes” o grupo capaz de fazer vingar (a expressão é do próprio) a “ignorância de políticos e burocratas” patente na forma como sucessivamente ignoravam e contrariavam as “recomendações da análise económica”¹³. Escudando-se nas referências à “opinião dos economistas”, o texto terminava com um apelo ao “recurso ao referendo popular”, uma expressão de “democracia direta” que permitiria “minorar a influência dos burocratas e grupos de pressão e o peso dos interesses próprios dos políticos”¹⁴.

Para Cavaco Silva, à viragem para a década de 1980, a história da “ação pública”, portanto, da política, contava-se a três. Seguindo a lógica do texto, a ilação a retirar seria de que, longe de acabar com políticos e burocratas – Cavaco Silva sublinha a importância

⁸ *Ibid.*, 498;

⁹ *Ibid.*, 498;

¹⁰ *Ibid.* 500;

¹¹ *Ibid.*, 495;

¹² Através de um referendo os cidadãos do Estado da Califórnia votaram em 1978 no sentido de, entre outras medidas, uma redução do imposto sobre a propriedade. Este processo, assente num movimento popular que impulsionou a campanha e venceu o referendo ficou conhecido como a “revolta dos contribuintes”;

¹³ *Ibid.*, 500;

¹⁴ *Ibidem*;

dos governos democraticamente eleitos –, importava submetê-los à eficiência de uma “teoria positiva das escolhas coletivas”¹⁵. Por outras palavras, importava fazer da “economia”, da racionalidade da análise económica, o princípio organizador da sociedade. De uma forma geral, é em torno da história deste processo, que podemos já definir como neoliberal, que esta tese se constrói.

Este trabalho nasce de uma vontade em estudar o “cavaquismo” para além daquilo a que mais à frente nos referiremos como uma esfera meramente institucional. Contudo, ao longo da tese, o “cavaquismo” propriamente dito não ocupa mais que esta referência inaugural e o seu último capítulo. O texto que os separa, correspondendo ao primeiro e segundo capítulos, é representativo de dois caminhos que ao longo deste processo considerei centrais para pensar o “cavaquismo”, não só na parte final desta tese, mas também num estudo futuro. Como indicado no título, estes dois primeiros capítulos assumem-se enquanto contributos distintos, ainda que complementares, que acredito serem úteis para pensar a história da cronologia que atravessa um período que vai da década de 1970 até ao tempo presente. Desta forma, o último capítulo desta tese parte destes contributos com vista à construção de uma narrativa mais localizada relativa aos múltiplos significados que habitam o nome “cavaquismo”.

Como será facilmente perceptível, este trabalho não se constrói em torno de um objeto de estudo único. Se, como desenvolveremos de seguida, o neoliberalismo acompanha todos os momentos deste trabalho, este nunca foi encarado enquanto um fim em si. Antes, enquanto uma ideia que permite acompanhar as diferentes dimensões daquilo que identificamos como processos de neoliberalização. Este trabalho não acompanha, então, o caminho de um único sujeito. É uma história de políticos, economistas e burocratas das mais variadas instituições, mas é também uma história de historiadores e outros cientistas sociais e políticos que procuraram fazer sentido do seu tempo, bem como de uma vasta maioria da população que encontra alguma unidade quando categorizada enquanto povo. Posto isto, importa atentar na estrutura que dá corpo a este trabalho.

Após esta introdução, o primeiro de três capítulos ocupar-se-á da exposição daquelas que consideramos serem as principais tendências existentes no campo de

¹⁵ *Ibid.*, 499.

estudos sobre neoliberalismo. Traçando um breve retrato da historiografia do neoliberalismo e do seu desenvolvimento, este capítulo constrói-se a partir da análise de um conjunto de obras que consideramos representativas de três grandes tendências que pretendemos destacar. Como será prática ao longo de toda a tese, este capítulo cruza textos de distintas cronologias e naturezas: de Viena em 1927, com Ludwig von Mises e as primeiras teorizações de um pensamento coletivo neoliberal em construção, passando por Paris em 1978, quando Michel Foucault procurava entender um fenómeno que sentia contemporâneo, incluindo ainda as mais recentes investigações históricas sobre o tema. Partindo do conceito de governamentalidade, a partir do qual considero possível apreender as diferentes dimensões dos processos de neoliberalização abordados ao longo do capítulo, procuramos, por fim, avançar com uma definição operacional – mesmo se provisória – do neoliberalismo.

Partindo do caso britânico, o segundo capítulo deste trabalho propõe-se a compreender a forma como o campo dos estudos culturais, e em particular os trabalhos de Stuart Hall, construíram o *thatcherismo*, entendido como parte central de um processo de neoliberalização, enquanto um objeto de estudo. De uma forma geral, este capítulo centra-se nos contributos de diferentes teóricos da Nova Esquerda britânica escritos durante finais da década de 1970 e a década de 1980. Importa sublinhar que, mais do que a construção de um quadro comparativo com o caso português, o nosso objetivo passa pela exploração das possibilidades de leitura desenvolvidas por um conjunto de autores que à época procuraram pensar o *thatcherismo* enquanto um projeto hegemónico que extravasava as fronteiras do que consideravam ser as leituras economicistas maioritárias à esquerda. Neste sentido, conceitos como os de ideologia, discurso ou hegemonia adquirem uma centralidade que informam o último capítulo desta tese e que acredito enriquecerem o campo de estudo do neoliberalismo, em particular, quando abordado a uma escala nacional.

Com o terceiro capítulo desta tese regressamos a Portugal e trazemos o “cavaquismo” de volta ao centro deste trabalho. Como referido, o “cavaquismo” é encarado ao longo desta tese como algo mais que uma forma de nomear os dez anos (1985-1995) durante os quais Cavaco Silva foi primeiro-ministro. Desta forma, revelou-se particularmente desafiante a procura por um objeto de estudo que nos permitisse pensar o “cavaquismo” para além desta cronologia e de um significado meramente institucional.

Foi no próprio nome que encontrámos um possível caminho. Assim, este último capítulo constrói-se a partir de uma adaptação da questão que Alan Badiou colocou aquando da eleição de Nicolas Sarkozy¹⁶: De que é o “cavaquismo” nome? É com esta pergunta em mente que, a partir do estudo das referências às palavras “cavaquismo” e “cavaquista” em contexto parlamentar, procuramos pensar os múltiplos significados contidos nestes nomes.

Por último, a conclusão retoma as diversas problemáticas desenvolvidas ao longo deste trabalho procurando avançar com algumas possibilidades relativas a um futuro estudo do “cavaquismo” que ultrapasse a análise da sua construção parlamentar que apresentamos no capítulo final desta tese.

Por fim, importa fazer referência a um texto que, ainda que de forma indireta, acompanhou todo este processo ajudando em diferentes momentos a pensar as direções a seguir e as questões que poderia colocar. A partir do ensaio “*O Fardo da História*”, escrito por Hayden White em 1966, procurei que este trabalho partisse de duas ideias que destaco de seguida, evitando cair em tentações algo comuns quando se estudam os mais variados fenómenos à luz da sua condição passada.

Antes de mais, refiro-me à pluralidade que as formas de representação do passado podem e devem assumir e à ideia de que, mais do que mediada por um princípio de descoberta, a relação entre o trabalho do historiador e o seu objeto de estudo se constrói mutuamente através de uma interação que White definiu da seguinte forma: “o que constitui os próprios factos é o problema que o historiador, como o artista, tem tentado seleccionar na escolha da metáfora com que possa ordenar o seu mundo passado, presente e futuro”¹⁷. Em segundo lugar, refiro-me a um entendimento da história distante daqueles que nesta procuram uma fonte de legitimidade com vista à “prescrição de um sistema ético específico válido para todos os tempos e lugares”¹⁸. Neste sentido, este trabalho não procura, embora nem sempre o consiga, dar lições ou espelhar no presente um passado não tão distante assim. Antes, como escreveu White, reconhecer que o presente a partir do qual escrevo existiu para aqueles sobre quem falo ao longo desta tese como um futuro

¹⁶ Alan Badiou, *The Meaning of Sarkozy*, (London: Verso, 2008);

¹⁷ Hayden White, “O Fardo da História” em *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994), 60;

¹⁸ *Ibid.*, 62;

incerto e que, nada mais que um conjunto de “opções especificamente humanas” ¹⁹,
desenha a forma como esse futuro se transforma em presente.

¹⁹ *Ibidem*;

Capítulo I. O Neoliberalismo como objeto de estudo

Segundo uma velha parábola indiana, certo dia um grupo de seis homens cegos que diariamente se juntavam na beira de um caminho teve a oportunidade de contactar de perto com um elefante. Invisuais, conheciam apenas o que lhes era relatado acerca da forma desse animal que sempre lhes despertara curiosidade. Sabendo da sua chegada, pediram ao viajante que o transportava que, por uns breves instantes, os deixasse sentir aquilo que os olhos não permitiam ver. Cada um aproximou-se de uma parte distinta do elefante, originando seis relatos bastante diferentes. Passaram o resto do dia a discutir. Não entendiam como é que, tendo tocado no mesmo animal, as suas descrições podiam ser tão diferentes.

As diversas interpretações existentes acerca do neoliberalismo não são necessariamente incompatíveis. Em parte, essa diversidade é resultante de uma atenção específica a apenas uma ou algumas das suas múltiplas componentes. Correto estará aquele que, agarrado à pata do elefante, o descreveu como o tronco de uma árvore, mas correto estará igualmente quem, sentindo a sua tromba, pensou estar perante uma espécie de cobra. O mesmo pode ser dito sobre as diferentes abordagens ao neoliberalismo, seja as que dão um maior enfoque à aplicação prática de um conjunto de políticas definidas como neoliberais, seja as que mais se centram na análise de um corpo documental teórico tido como fundador. A tarefa a que nos propomos neste capítulo passa por sintetizar e agrupar em torno de três pontos as principais tendências existentes no campo de estudos do neoliberalismo, delineando simultaneamente um campo de estudos a partir do qual avançar uma definição tão abrangente quanto possível do neoliberalismo.

Neste sentido, começamos por fazer referência à corrente historiográfica que a partir dos contributos da economia política identifica no neoliberalismo um modo particular de regulação do capitalismo. De seguida, centramo-nos nas leituras que, assentes numa história das ideias, têm identificado o neoliberalismo com um pensamento coletivo construído a uma escala transnacional. Em terceiro lugar, partindo sobretudo da obra de Michel Foucault, é no entendimento do neoliberalismo enquanto uma racionalidade governamental associada a uma nova governamentalidade que nos focamos. Por último, mobilizamos a ideia da neoliberalização com vista à

operacionalização dos contributos anteriormente desenvolvidos e à explanação do seu papel ao longo deste trabalho.

1.1. Um modo de regulação do capitalismo

Ronald Reagan, Deng Xiaoping, Augusto Pinochet e Margaret Thatcher figuram lado a lado na capa de *A Brief History of Neoliberalism*, da autoria do geógrafo David Harvey, porventura o livro mais difundido sobre o tema à escala global. A escolha da capa, que provavelmente não será alheia ao autor, permite-nos, em parte, antever o sentido da definição a desenvolver. Harvey integra um conjunto de autores que definiram o neoliberalismo enquanto um projeto político de classe, desenvolvido à escala do Estado-nação, sob a forma de uma política económica específica, com o objetivo de responder a uma crise de acumulação do capital verificada durante a década de 1970. Autores como David Harvey, Dominique Lévy, Gérard Duménil, Noam Chomsky ou Alfredo Saad-Filho destacam-se entre os principais proponentes de uma leitura do neoliberalismo que podemos enquadrar no campo de uma economia política crítica de inspiração marxista. Na obra acima referida, David Harvey estabelece uma dupla hipótese de interpretação do neoliberalismo. A escolha, refere, é entre uma leitura deste fenómeno “como um projecto utópico para realizar um desenho teórico para a reorganização do capitalismo internacional ou como um projecto político para restabelecer as condições para a acumulação de capital e restaurar o poder das elites económicas”²⁰.

Por oposição a uma historiografia que, em entrevista recente, definiu como “idealista” e perpetuada por aqueles que diz resumirem o neoliberalismo a uma mera ideologia, Harvey explora esta segunda proposta de interpretação²¹. A chave para a sua leitura encontra-se na ideia da “tensão criativa”, na qual Harvey faz assentar a relação aparentemente paradoxal entre as ideias que dão corpo a uma doutrina neoliberal e aquilo que identifica como um neoliberalismo realmente existente²². Na análise de David Harvey as ideias ocupam um lugar secundário, funcionam exclusivamente, parafraseando-o, como sistema de justificação e legitimação para o que quer que seja necessário fazer no

²⁰ David Harvey, *O Neoliberalismo: história e implicações* (São Paulo: Edições Loyola, 2008), 19;

²¹ Harvey, “Neoliberalism Is a Political Project”, entrevistado por Bjarke Skærlund Risager, *Jacobin* (2016). Disponível em: <https://jacobin.com/2016/07/david-harvey-neoliberalism-capitalism-labor-crisis-resistance/>; Ao longo da tese optei por traduzir as citações de obras escritas noutros idiomas;

²² Harvey, *O Neoliberalismo: história e implicações*, 20;

sentido da restauração de um regime de acumulação de riqueza tido como benéfico pela “classe capitalista”²³. Estabelecendo uma relação direta entre estrutura económica e ideologia, a leitura de David Harvey parece adotar a mais simples das abordagens à teoria marxista da ideologia dominante: face à ameaça representada pela quebra do compromisso de classe sob o qual assentara o consenso keynesiano do pós-guerra, uma classe dominante ressurgente lança-se à (re)conquista de um aparelho cultural e político, ao nível do Estado, mas não só, com vista à imposição de um consentimento que lhe é favorável.

Como esta pequena síntese deixa antever, a utilização de vocábulos de um campo lexical que remete para ideias de guerra, ou de conquista, é prática comum a esta narrativa, que tende a identificar o neoliberalismo como uma fase do capitalismo, utilizando-o para categorizar um período histórico definido enquanto reação ao modelo fordista do pós-guerra, mais do que por qualquer característica que lhe seja intrínseca²⁴. O trabalho de Dominique Lévy e Gérard Duménil é particularmente ilustrativo deste tipo de perspectiva, avançando a ideia de uma “contrarrevolução neoliberal”, tendente à imposição de uma nova ordem social²⁵. Podemos encontrar a questão sintetizada no título de um dos capítulos de *Capital Resurgent - Roots of Neoliberal Revolution*, obra seminal da historiografia marxista sobre o neoliberalismo: “Quem beneficia do crime?”²⁶. O neoliberalismo é aqui apresentado como uma luta de classes conduzida a partir de cima, um verdadeiro “*tour de force* levado a cabo pelas classes dominantes”²⁷, através do qual se forja uma nova configuração do capitalismo, que beneficia o “centro do centro”, ou seja, uma fração particular da classe dominante representativa do capital financeiro²⁸.

O neoliberalismo vê-se assim tendencialmente identificado com uma fase do capitalismo associada à financeirização do capital e à globalização económica. Saad-Filho, inclusivamente, definirá a globalização como o processo de transnacionalização

²³ *Ibid.*, 19;

²⁴ Damien Cahill, Melinda Cooper, Martijn Konings and David Primrose, “Introduction: Approaches to Neoliberalism” em *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, ed. Damien Cahill, Melinda Cooper, Martijn Konings and David Primrose (Los Angeles: SAGE Reference, 2018), xxv;

²⁵ Gérard Duménil e Dominique Lévy, “The Neoliberal (Counter-)Revolution”, em *Neoliberalism: A Critical Reader*, ed. Alfredo Saad-Filho and Deborah Johnson (London: Pluto Press, 2005), 9;

²⁶ Gérard Duménil e Dominique Lévy, *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution* (Massachusetts: Harvard University Press, 2004), 128;

²⁷ *Ibid.*, 139;

²⁸ *Ibid.*, 9, 68;

dos circuitos de acumulação²⁹. Segundo este grupo de autores, os eixos centrais destas “novas regras de funcionamento do capitalismo”³⁰ corresponderiam à interação entre a crise de acumulação do capital verificada durante a década de 1970 e dinâmicas como a globalização, o crescimento do setor financeiro ou a desindustrialização (na Europa e América do Norte)³¹. Lévy e Duménil falam de uma crescente atratividade do setor financeiro, derivada da capacidade criativa decorrente da sua natureza especulativa³², sendo que Saad-Filho identifica no processo de financeirização da economia a principal “característica de acumulação e reprodução social sob o neoliberalismo”³³. Retomando Harvey, podemos encarar esta preponderância crescente do setor financeiro como peça central de um processo de “acumulação por despossessão”, situado ao nível da redistribuição de riqueza, mais do que da sua produção, uma espoliação de direitos e riquezas a favor das classes mais altas dos países mais ricos³⁴. A finança funcionaria então como um mecanismo que, perante um quadro de estagnação do crescimento económico, permitia repor taxas de lucro ameaçadas:

“restaurando os seus rendimentos e bens, tanto em absoluto como em relação às outras classes da população. Ao drenarem os lucros (...) para o sector financeiro, alargando a imposição feita através da tributação e aumentando os pagamentos de juros e dividendos, estas classes restabeleceram os seus rendimentos, embora a taxa de lucro ainda não tivesse recuperado”³⁵.

Se, como nota Alfredo Saad-Filho, o neoliberalismo é o nome dado ao modo de existência do capitalismo contemporâneo, o mesmo não pode ser encarado enquanto sinónimo de um modo de produção³⁶. Antes, a leitura de Saad-Filho identifica o neoliberalismo como parte de um projeto hegemónico tendente, como desenvolvido

²⁹ Alfredo Saad-Filho, “Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism?”, *Socialist Register* vol. 47 (2011), 243;

³⁰ Como Duménil e Lévy definiram sucintamente o neoliberalismo. Duménil e Lévy, “The Neoliberal (Counter-) Revolution”, 10;

³¹ Florence Sutcliffe-Braithwaite, Aled Davies e Ben Jackson, “Introduction: a neoliberal age”, em *The Neoliberal Age? Britain since 1970s*, ed. Florence Sutcliffe-Braithwaite, Aled Davies e Ben Jackson (London: UCL Press, (2021), 4;

³² Duménil e Lévy, “The Neoliberal (Counter-)Revolution”, 11;

³³ Saad-Filho, “Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism?”, 243;

³⁴ Harvey, “The «New» Imperialismo: Accumulation by Dispossession”, *Socialist Register* vol. 40 (2004), 75;

³⁵ Duménil e Lévy, *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*, 139;

³⁶ Saad-Filho, “Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism?”, 242;

anteriormente, à concentração de poder e riqueza em torno de uma elite financeira alinhada com o capital norte-americano³⁷. De uma forma geral, a definição de Saad-Filho aponta à definição de um processo que, assente no “pretexto ideológico da «não intervenção»”³⁸, se baseia na utilização sistemática do poder estatal com vista à recomposição do processo de acumulação do capital – que, à semelhança dos outros autores, identifica como ameaçado a partir da década de 1970 – e à imposição de uma disciplina social subjugada a este processo. Importa notar que, partindo do mesmo pressuposto da identificação do neoliberalismo como uma fase do capitalismo marcada por um novo sistema de acumulação da riqueza, Saad-Filho incorpora na sua análise as questões ideológicas e as dinâmicas políticas nacionais como algo intrínseco ao neoliberalismo. Entre questões que identifica como abstratas tais como são “o poder crescente do setor financeiro” e o seu espelho na ideia de um poder decrescente dos mecanismos de controlo democrático e outras mais concretas como as privatizações, o autor reconhece a centralidade das “coligações capitalistas locais” na construção de um globalismo neoliberal e o papel do político e do ideológico na sua composição³⁹.

Importa agora destacar uma outra dimensão comum a estas abordagens ao estudo do neoliberalismo. Com os trabalhos de Noam Chomsky à cabeça, a identificação do triunfo do neoliberalismo com o de uma hegemonia política, cultural e económica norte-americana é central a estas análises. Tanto que, não poucas vezes, o conceito de neoliberalismo é mobilizado como um sinónimo do Consenso de Washington, um conjunto de políticas públicas articuladas em torno da privatização de serviços públicos, da livre mobilidade do capital financeiro (tido como fonte primeira do crescimento económico), da desregulação do mercado laboral ou da aplicação de medidas de austeridade. É, aliás, esta conceção de neoliberalismo, entendido como um sinónimo da desresponsabilização e ausência dos Estados nacionais em prol de soluções de mercado, que é dada como esgotada no decorrer da crise financeira de 2008. Autores como Lévy e Duménil procuraram, precisamente, sublinhar a posição privilegiada dos Estados Unidos da América no contexto da financeirização do capitalismo, resultante da sua predisposição para “libertar-se dos velhos compromissos políticos, para desregularizar

³⁷ Saad-Filho e Deborah Jonhston, “Introduction”, *Neoliberalism: A Critical Reader* ed. Saad-Filho e Deborah Jonhston (London: Pluto Press, 2005), 1;

³⁸ Saad-Filho, “Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism?”, 242;

³⁹ Saad-Filho e Deborah Jonhston, “Introduction”, 2;

e re-regulamentar de acordo com os seus interesses financeiros, e favorecer as posições americanas no mundo”⁴⁰. Em *Neoliberalism and Global Order*, Chomsky estabelecerá diretamente essa relação: “O sistema doutrinal [do neoliberalismo] é também conhecido como o Consenso de Washington”⁴¹. O mesmo fará Harvey na sua história do neoliberalismo: “o mundo capitalista tropeçou na neoliberalização (...) através de uma série de voltas e experiências caóticas que realmente só surgiram como uma nova ortodoxia com a articulação do que ficou conhecido como o «Consenso de Washington»”⁴².

A história do neoliberalismo confundir-se-ia então com a história do intervencionismo norte-americano, sobretudo nos países da América do Sul, mas também noutras partes do mundo, através de instituições como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio ou o Banco Mundial. Neoliberalismo seria o nome dado à política desenhada e imposta a partir de Washington, o objetivo final do processo de globalização assente na hegemonia norte-americana, uma espécie de nova fase superior do capitalismo. Não por acaso, denunciando esta “receita diabólica” que à força os Estados Unidos da América procuravam prescrever ao resto do mundo, Hugo Chávez acenará à Assembleia Geral da ONU, em 2006, com um exemplar de *Hegemony or Survival* de Noam Chomsky⁴³.

Questionado, em março de 2009, sobre se a crise financeira mundial então em curso funcionaria finalmente como certidão de óbito do neoliberalismo, David Harvey respondeu que tudo dependeria do que se entende por neoliberalismo. Se este representar um projeto político tendo como objetivo último a domesticação da força de trabalho e, sob uma retórica assente em ideias de liberdade individual, a consolidação de um poder de classe, então a resposta seria negativa⁴⁴. A era do neoliberalismo estaria longe do seu fim e, na pior das hipóteses, estar-se-ia perante um reajuste na correlação de forças entre capital e trabalho. Em traços largos, esta resposta permite-nos atentar em algumas das

⁴⁰ Duménil e Lévy, *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*, 98;

⁴¹ Noam Chomsky, *Profit over People: Neoliberalism and Global Order* (New York: Seven Stories Press, 1999), 19;

⁴² David Harvey, *O Neoliberalismo: história e implicações*, 13;

⁴³ Discurso de Hugo Chávez completo e disponível em: <https://library.brown.edu/create/modernlatinamerica/chapters/chapter-8-venezuela/primary-documents-with-accompanying-discussion-questions/document-21-address-to-the-united-nations-by-hugo-chavez-2006/>

⁴⁴ David Harvey citado em Jamie Peck, *Constructions of Neoliberal Reason* (Oxford: Oxford University Press, 2010), 31;

principais características dos estudos que têm encarado o neoliberalismo como uma configuração específica, historicamente situada, das relações de classe. Utilizado para periodizar uma fase numa história mais vasta do capitalismo, o neoliberalismo é entendido nestas várias abordagens como uma resposta direta à alteração das condições materiais deste sistema económico, acabando muitas vezes reduzido a um nexó economicista⁴⁵. A mais sintética das definições pode ser encontrada na conclusão de Gérard Duménil e Dominique Lévy: “O neoliberalismo deve ser visto como uma fase do capitalismo que tenta reavivar algumas das características fundamentais do capitalismo, mas que não irá parar o curso da história. O neoliberalismo não será a última fase de desenvolvimento da sociedade humana”⁴⁶.

1.2. Um “pensamento coletivo” neoliberal

Quanto à crítica mais comum à corrente analítica centrada na abordagem do neoliberalismo enquanto uma ideologia política e um projeto intelectual, talvez seja oportuno começar por uma citação de Milton Friedman. Não, como ironizado por Rajesh Venugopal, à procura de um significado oculto que só uma leitura exaustiva dos “textos canónicos” do neoliberalismo poderia revelar,⁴⁷ mas porque nos permite pensar o papel de uma história intelectual do neoliberalismo. Aquando da republicação de *Capitalism and Freedom*, procurando identificar as razões que motivaram a sua escrita, Milton Friedman afirmará: “fornecer temas para sessões de discussão (...) e mais basicamente, manter as opções em aberto até que as circunstâncias tornem necessária uma mudança”⁴⁸. Nas duas décadas que separam a publicação do livro, em 1962, deste novo prefácio, datado de 1982, as circunstâncias parecem ter sorrído à mudança proposta por Friedman. Assumindo que isso não resultou da publicação de um livro, ou do desenvolvimento de uma qualquer teoria, visto que “apenas uma crise – real ou percebida – produz uma mudança real”, o seu contributo inseria-se no quadro do que entendia ser a função de um intelectual: “desenvolver alternativas às políticas existentes, para as manter vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável”. Interpretando, à maneira gramsciana, os períodos de crise como períodos de reconstrução,

⁴⁵ Florence Sutcliffe-Braithwaite, Aled Davies e Ben Jackson, “Introduction: a neoliberal age”, 5;

⁴⁶ Duménil e Lévy, *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*, 213;

⁴⁷ Rajesh Venugopal, “Neoliberalism as concept”, *Economy and Society* 44(2) (2015), 167;

⁴⁸ Milton Friedman, *Capitalism and Freedom* (Chicago: Chicago University Press, 2002), xii;

Friedman remata: “quando essa crise ocorre, as acções que são tomadas dependem das ideias que estão à volta”⁴⁹.

Já Friedrich Hayek, em texto publicado em 1949, havia refletido acerca da urgência do desenvolvimento de uma “utopia liberal” ofensiva e inconformada com o que naquele momento poderia parecer “politicamente possível”⁵⁰. Dos socialistas, a característica a herdar seria a sua coragem, traduzida na ousadia em “ser Utópico” e pensar a longo prazo, para além do “possível”. No último parágrafo de *The Intellectuals and Socialism*, que assumia o estilo de manifesto, apelava-se à formulação dos “fundamentos filosóficos” de uma sociedade livre, uma vez que a “recuperação da convicção no poder das ideias” - para Hayek, característica primeira do Liberalismo - significaria que “a batalha não está perdida”⁵¹. Uma batalha que, como vimos, dois dos mais destacados teóricos deste “revivalismo intelectual do Liberalismo”⁵² assumiam travar-se no campo dos valores e das ideias. Como nota Ricardo Noronha, a própria declaração de princípios da *Mont Pèlerin Society* (MPS), assinada em abril de 1947, identifica a História como campo de disputa central nesta “guerra de ideias”. Perante uma perspetiva histórica dominante, que consideravam negar qualquer padrão moral e cujo sentido antevia uma superação do liberalismo, a MPS identificava como uma das suas principais missões a criação de um conjunto de “métodos com vista ao combate do uso indevido da história para a promoção de crenças hostis à liberdade”⁵³.

Muito provavelmente, um diagnóstico do mesmo tipo, se feito a partir da década de 1990, seguiria um rumo totalmente oposto. Retomando as noções de Hayek, os papéis haviam-se invertido e na defensiva encontrava-se agora o programa socialista. O “radicalismo liberal” advogado por Hayek redefinira as fronteiras do possível e, voltando a Friedman, o politicamente impossível tornara-se percecionado como politicamente inevitável. Estes são apenas dois dos mais convocados exemplos para dar conta da ambição hegemónica que, desde uma fase inicial, acompanha o desenvolvimento de um

⁴⁹ *Ibidem*;

⁵⁰ Ricardo Noronha, “Neoliberalism and the Historians”, *Práticas da História* 8 (2019), 108;

⁵¹ Friedrich von Hayek, “The Intellectuals and Socialism”, *University of Chicago Law Review* 16(3) (1949), 433;

⁵² *Ibidem*;

⁵³ Ricardo Noronha, “Neoliberalism and the Historians”, 109;

corpo teórico neoliberal e cujo trajeto esta corrente da historiografia do neoliberalismo procurará traçar.

Como referido, podemos considerar que o grupo de autores nos quais agora atentamos, e cujo trabalho se caracteriza pela identificação do neoliberalismo enquanto um “pensamento coletivo” construído a uma escala transnacional, tem procurado mapear, no tempo e no espaço, a circulação destas ideias e o processo da construção de uma identidade neoliberal⁵⁴. Citando Philip Mirowski, no posfácio a *The Road From Mont Pèlerin*, obra coletiva publicada em 2009 que tem assumido um lugar central na mais recente historiografia sobre o neoliberalismo:

“O neoliberalismo não existiu no passado como um estado estabelecido ou fixo, é melhor entendido como um movimento transnacional que requer tempo e um esforço substancial para atingir o mínimo de coerência e poder que alcançou hoje. Não foi uma conspiração; pelo contrário, foi um projecto filosófico e político de longo prazo intrinsecamente estruturado.”⁵⁵

É neste sentido que Philip Mirowski e Dieter Plehwe avançam com uma abordagem ao neoliberalismo na qual o conceito do *thought collective* (pensamento coletivo), repescado nos trabalhos de Ludwig Fleck e desenvolvido no âmbito dos *science studies*, se assume central⁵⁶. Para Fleck, o desenvolvimento científico como o desenvolvimento do conhecimento em si basear-se-ia na relação estabelecida entre uma comunidade que, individual ou coletivamente, construiria através da sua interação um discurso em permanente atualização⁵⁷. Refutando uma conceção cumulativa, solitária e linear do conhecimento, este pensamento coletivo poderia ser entendido como: “uma comunidade de pessoas que troca ideias entre si mantendo uma interação intelectual permanente”⁵⁸. Resgatando a Ben Jackson tão sucinta definição, estes trabalhos distinguir-se-iam pela sua identificação do neoliberalismo enquanto “um movimento de ideias que divulgou a

⁵⁴ Dieter Plehwe, “Introduction”, *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective* ed. Philip Mirowski e Dieter Plehwe (Massachusetts: Harvard University Press, 2009), 4;

⁵⁵ Philip Mirowski, “Postface: Defining Neoliberalism”, *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*, 426;

⁵⁶ Ludwik Fleck, *Genesis and Development of a Scientific Fact* (Chicago: The University of Chicago Press, 1977);

⁵⁷ Dieter Plehwe, “Introduction”, 35;

⁵⁸ Ludwik Fleck citado em Philip Mirowski, “Postface: Defining Neoliberalism”, 428;

sua ideologia através de um conjunto específico de instituições que mobilizou recursos intelectuais e materiais”⁵⁹. Esta é, aliás, uma característica bastante presente nas mais recentes incursões pela história intelectual do movimento neoliberal. Bastante distante de uma caricatura idealista, o conjunto de publicações iniciadas em 2006 com *Neoliberal Hegemony: A Global Critique*, obra coordenada por Bernhard Walpen, Dieter Plehwe e Gisela Neunhöffer, arrancou com uma nova fase nos estudos do neoliberalismo, com foco no estudo do estabelecimento e alargamento das redes de intelectuais neoliberais, e nas pontes por eles construídas nos campos dos negócios, da academia, da política, da imprensa, entre outros. Como identificado por Philip Mirowski, o objetivo seria a construção de um caminho alternativo aos dois paradigmas dominantes ao nível da história intelectual: por um lado, o das biografias dos mais destacados teóricos do neoliberalismo, tidos como grandes pensadores enclausurados com as suas ideias; por outro, o das extensas sínteses de correntes intelectuais, tidas como uma espécie de decálogo e onde, parafraseando o autor, reinariam a contingência e o acaso. Partir destas investigações relativas às estruturas e dinâmicas de um pensamento coletivo permitiria ainda tornar o neoliberalismo num objeto de estudo mais concreto, historicamente localizável, e passível de uma análise a partir do prisma de uma história das ideias. Encarar o neoliberalismo enquanto um pensamento coletivo significaria partir da constatação de que:

“as ideias, em particularmente as ideias políticas, são o produto de esforços concertados de algum pensamento colectivo que se estende ao longo de gerações, empenhando-se na crítica e na reconstrução, afinando e elaborando uma doutrina, e que as suas interações sociais servem para controlar excessos de originalidade e desvios infrutíferos, ao mesmo tempo que se mantêm concentradas nos problemas de implementação e viabilidade”⁶⁰

A história a fazer seria a da conceção, desenvolvimento e disseminação de uma identidade neoliberal, se quisermos, a história dos neoliberais no seu processo de construção⁶¹. Para tal, distanciando-se da ideia de uma ordem neoliberal global

⁵⁹ Ben Jackson, “Intellectual histories of neoliberalism and their limits”, *The Neoliberal Age? Britain since 1970s*, 56;

⁶⁰ Mirowski, “The Political Movement that Dared not Speak its own Name: The Neoliberal Thought Collective Under Erasure”,

⁶¹ Philip Mirowski, “Postface: Defining Neoliberalism”, 418;

homogénea, esta história deveria ser pensada à escala de diferentes constelações hegemónicas neoliberais⁶². Pensadas como blocos históricos de poder construídos a um nível regional, nacional ou transnacional, este conceito permitiria atentar às idiossincrasias espaciais e temporais do Neoliberalismo, retomando uma definição querida ao campo das ciências naturais, a de “organismo plural”⁶³. A noção de pluralidade é aliás um dos contributos centrais deste campo historiográfico. Como escreve Mitchell Dean: “Um pensamento coletivo está envolvido numa espécie de conversa que compreende um campo de discórdia. Tem espaços para diferentes vozes e processos de descoberta, permitindo ao mesmo tempo a cristalização de um consenso”⁶⁴. O conceito permite por isso ter em conta a diversidade das diferentes escolas de pensamento neoliberal, ou as suas distintas adaptações nacionais. A procura pela identificação de uma coerência agregadora, no quadro de uma diversidade de pensamento e dos modos de agir, tem servido de ponto de partida a muitas das obras em questão.

Como qualquer visão do mundo, o neoliberalismo deve a sua existência e evolução a processos de colaboração, contestação e confrontação⁶⁵. Neste sentido, importa destacar a proposta de uma leitura do Século XX a partir de uma perspetiva neoliberal construída por Quinn Slobodian e na qual o autor identifica no desenvolvimento da teoria neoliberal uma resposta e adaptação permanente às mais variadas formas de pressões democratizantes⁶⁶. Se como nota Quinn Slobodian “a sua escrita [dos neoliberais] começou com problemas políticos diretos e não com uma contemplação abstracta”⁶⁷, o caso de Ludwig von Mises é emblemático. Mais do que com o primeiro encontro junto ao Lago Genebra, em 1947, ou com o colóquio em homenagem a Walter Lippman, realizado em Paris, em 1938, começar a história deste *thought collective* uma década antes, na «Viena Vermelha», permite esvaziar uma narrativa heroicizante, estruturada em torno do esforço solitário de um conjunto de pensadores neoliberais, revelando-nos os desafios bastante concretos enfrentados por um movimento neoliberal ainda

⁶² Dieter Plehwe e Bernhard Walpen, “Introduction: Reconsidering neoliberal hegemony”, *Neoliberal Hegemony: A Global Critique* ed. Dieter Plehwe, Bernhard Walpen e Gisela Neunhöffer (New York: Routledge, 2006), 3;

⁶³ Philip Mirowski, “Postface: Defining Neoliberalism”, 431;

⁶⁴ Mitchell Dean, “Rethinking Neoliberalism”, *Journal of Sociology* 50(2) (2015), 151;

⁶⁵ Plehwe, “Conclusion: Looking Back to the Future of Neoliberalism Studies”, *Market Civilizations: Neoliberals East and South* ed. Quinn Slobodian e Dieter Plehwe (New York: Zone Books, 2022), 333;

⁶⁶ Quinn Slobodian, *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism* (Massachusetts: Harvard University Press, 2018), 16-19;

⁶⁷ *Ibid.*, 31;

embrionário⁶⁸. A “ameaça democrática” com a qual se depara Mises, numa cidade controlada pelos social-democratas austríacos, marca profundamente o contexto no qual surgirá a primeira estrutura neoliberal prévia à Sociedade de Mont Pèlerin. É em torno da Câmara de Comércio de Viena, onde Mises ocupa cargos diversos, que se formará um grupo de discussão composto por acadêmicos e empresários, funcionários do Estado e outros interessados. Chamando a si tarefas semelhantes às do que hoje apelidaríamos de *think tank*, este grupo, representativo de uma “formação intelectual extra-acadêmica”⁶⁹, é para Quinn Slobodian a pedra fundacional do neoliberalismo organizado enquanto movimento⁷⁰.

A questão relativa à unidade dos neoliberais não merecerá a atenção apenas deste conjunto de historiadores. Hayek dedicar-lhe-á parte da intervenção de abertura do encontro da MPS em 1947. Para o austríaco, as diferenças palpáveis existentes entre os participantes no encontro não anulavam o que tinham em comum, visto que todos pertenciam a uma minoria que lidava com os “argumentos do outro lado” e que, perante estes, se revelavam capazes de os objetar criticamente e justificar os seus próprios pontos de vista. De uma forma ou de outra, estariam também todos à margem de uma “ideologia dominante” propagada por um “monopólio” nas mãos das “máquinas governamentais e políticas”⁷¹. E, para além do mais, Hayek acreditava existir um consenso em torno das ideias fundamentais a partir das quais se pensaria a alternativa às agendas “socialistas” e “coletivistas” - nas quais se incluem as experiências social-democratas do pós-guerra - e a um liberalismo tradicional que importava “purgar”⁷².

O debate em torno da declaração fundadora da Sociedade de Mont Pèlerin é ilustrativo desta tensão, que, como nota Dieter Plehwe, é comum a grupos cuja tarefa reside mais em “construções prospectivas” do que em “apreciações retrospectivas”⁷³. Quando comparada com o primeiro esboço⁷⁴, a versão final compilada pelo economista britânico Lionel Robbins reflete um conjunto considerável de cortes e omissões, que se revelaram necessários para alcançar um denominador comum neoliberal. Apesar da fuga

⁶⁸ *Ibid.*;

⁶⁹ Plehwe, “Introduction”, 11;

⁷⁰ Slobodian, *Globalists*, 30;

⁷¹ Hayek, *Studies in Philosophy, Politics and Economy* (Oxfordshire: Taylor & Francis, 1967), 150-152;

⁷² *Ibid.*, 149;

⁷³ Plehwe, “Introduction”, 22;

⁷⁴ Pelo menos a partir do primeiro esboço público e que se encontra publicado na obra de Max Hartwell, *A History of the Mont Pèlerin Society* (Indianapolis: Liberty Fund, 1995);

ao específico, podemos destacar um conjunto de prioridades daquele que permanece o único documento oficial saído das reuniões da MPS. Da afirmação de um individualismo assente na liberdade económica, passando pelo sublinhar da necessidade de uma nova ordem moral e de um sistema de comércio internacional livre de constrangimentos, a defesa é a das funções positivas do Estado como garante último da lei e ordem, condição necessária à salvaguarda dos “valores de uma civilização em risco”⁷⁵. A cerca de um ano da publicação oficial da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no quadro de um período marcado por este debate, importa notar a sua completa ausência neste documento⁷⁶.

O grupo reunido em Mont Pèlerin partia já das conclusões daqueles que, pouco antes do deflagrar da Segunda Guerra Mundial, haviam-se encontrado no Congresso Walter Lippman (algumas presenças repetiam-se⁷⁷), com vista a uma renovação do liberalismo⁷⁸. Apesar das assinaláveis divergências internas, importa destacar a conclusão desta conferência reunida para pensar as condições de uma *Great Society*⁷⁹. Citando o filósofo francês Louis Rougier, patrono do encontro, na sua conferência de abertura:

“A vida económica desenvolve-se num quadro legal que fixa regimes de propriedade, contratos, patentes, falências, estatutos das associações profissionais e das empresas comerciais, moedas e bancos - tudo coisas que não são dados naturais como as leis de equilíbrio económico, mas criações contingentes de um legislador”⁸⁰

Em linha contrária com uma crescente tendência para a construção de uma imagem matematizada da economia – note-se a proliferação da atividade estatística com vista à apreensão de uma ideia de economia global⁸¹, a teoria neoliberal desenvolvia-se a partir da constatação de que tabelas, mapas e outras compilações estatísticas não bastavam. Percecionada como um espaço de ordem e valores, mais do que de números e ciclos,

⁷⁵ Plehwe, “Introduction”, 25;

⁷⁶ Sobre o Neoliberalismo e direitos humanos ver: Jessica Whyte, *The Moral of the Markets – Humans Rights and the Rise of Neoliberalism* (London: Verso, 2019);

⁷⁷ Como são os casos de Friedrich Hayek e Ludwig von Mises;

⁷⁸ Sobre o Colóquio Walter Lippmann, organizado em agosto de 1938 na cidade de Paris, ver mais em: François Denord, “French Neoliberalism and Its Divisions”, *The Road From Mont Pèlerin*;

⁷⁹ Categoria utilizada por Lippmann no seu livro *The Good Society* para se referir a um espaço transnacional conectado economicamente e regido por um conjunto de regras comuns;

⁸⁰ Louis Rougier, citado em Pierre Dardot e Christian Laval, *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. (London: Verso, 2013), 56 ;

⁸¹ Slobodian, *Globalists*, 56;

podemos identificar esta transição do económico para o legal, e para os aspectos sociológicos e políticos do liberalismo, como a viragem teórica fundacional do pensamento coletivo neoliberal. Através da introdução no campo de estudos do neoliberalismo de um grupo que definiu como a Escola de Genebra, Slobodian sublinha uma combinação central à construção de um projeto de governo do capitalismo à escala global. A partir da síntese entre a ênfase ordoliberal na necessidade de um quadro legal e institucional protetor do mercado e o contributo *hayekiano* em torno da incognoscibilidade do processo económico, a essência desta variante de neoliberalismo encontrar-se-ia resumida no princípio: “não conhecer a totalidade conhecendo as regras necessárias para a manter”⁸². Como nota Quinn Slobodian: “O neoliberalismo surgiu nos anos 30 menos como um projecto económico do que como um projecto de política e legal. A procura era por modelos de governação, a escalas desde o local ao global, que melhor pudessem enclausurar e proteger o espaço da economia mundial.”⁸³

Como vimos, mais do que identificada com o “nascimento” do neoliberalismo, a Sociedade de Mont Pèlerin tem sido utilizada por este campo historiográfico como uma espécie de “Pedra de Roseta”, um dispositivo para a compreensão, não do neoliberalismo como um todo, mas das redes intelectuais tecidas pelos neoliberais⁸⁴. Até à década de 1980, quando o neoliberalismo encontra intérpretes em líderes políticos de países como os Estados Unidos da América ou do Reino Unido, a Sociedade de Mont Pèlerin pode ser utilizada como ponto de partida para a identificação de atores relevantes e das suas ligações às mais variadas instituições e organizações. De referir que instituições como a norte-americana *Atlas Economic Research Foundation*, conhecida como a mãe dos *think tanks* neoliberais, ou o britânico *Institute of Economic Affairs*, são compostas por membros da MPS e fundadas na sequência de decisões tomadas no seu seio⁸⁵.

Espaço aglutinador de um movimento à procura de denominadores comuns, Hayek deixara claro, na intervenção de abertura do primeiro encontro da MPS, que uma sociedade como esta deveria manter a sua natureza privada, funcionando enquanto um

⁸² Slobodian, *Globalists*, 270;

⁸³ *Ibid.*, 92;

⁸⁴ Quinn Slobodian, “Against the Neoliberal Taboo”, *Focaal: Journal of Global and Historical Anthropology* Disponível em: <http://www.focaalblog.com/2018/01/12/quinn-slobodian-against-the-neoliberalism-taboo/> ;

⁸⁵ Mirowski, “The Political Movement that Dared not Speak its own Name: The Neoliberal Thought Collective Under Erasure”, 18;

grupo fechado, exclusivo e elitista na sua composição⁸⁶. A imagem da *Russian Doll* (do estilo *matrioska*) tem sido mobilizada para descrever a estrutura deste *thought collective* neoliberal e compreender a integração de teoria e *praxis* neoliberais no mundo moderno⁸⁷. Se no centro, funcionando como uma espécie de “diretório do neoliberalismo organizado”⁸⁸, encontramos o grupo reunido em torno da Sociedade de Mont Pèlerin, as camadas seguintes, que vão dando corpo à *matrioska* neoliberal - sejam *think tanks*, departamentos de Universidades, Fundações com fins “filantrópicos” e “educativos” - obedecem a um processo de divisão do trabalho destacado por Philip Mirowski: “uma inovação especial do pensamento coletivo neoliberal foi a subordinação da difusão do pensamento de mercado a uma divisão estandardizada do trabalho”⁸⁹.

Para Mitchell Dean, um efeito direto desta forma de organização é a tendência para a existência de discursos distintos consoante a audiência em questão. O discurso para consumo público – construído sobre ideais de liberdade ou de valorização do indivíduo - difere profundamente daquele que circula no núcleo central, fazendo da verdade uma variável submetida às condicionantes do seu destinatário, bem como ao local e contexto no qual é proferida⁹⁰. É neste sentido que Mirowski descreve o neoliberalismo como uma doutrina de dupla verdade: mitos assentes na ideia da liberdade para o consumo ideológico das massas; o acesso ao conhecimento e à informação sobre o que está realmente em causa para aqueles que em última instância dele beneficiam⁹¹. A distância que separa a afirmação de James Buchanan, então presidente da MPS, de que variando a intensidade o homem deveria ser sempre um escravo do Estado, do propagandeado, na mesma altura, pela então primeira-ministra britânica é desta dupla verdade neoliberal exemplo paradigmático⁹².

⁸⁶ Note-se que numa primeira fase os participantes das reuniões da MPS eram individualmente convidados por Hayek.

⁸⁷ Mirowski, *Never Let a Serious Crisis go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown* (London: Verso, 2014), 47;

⁸⁸ Pelo menos até à década de 1980. Plewhe, “Introduction”, 5;

⁸⁹ Mirowski, “The Political Movement that Dared not Speak its own Name: The Neoliberal Thought Collective Under Erasure”, 18;

⁹⁰ Mitchell Dean, “Rethinking Neoliberalism”, 153;

⁹¹ João Rodrigues, “Embedding Neoliberalism: The Theoretical Practices of Hayek and Friedman”, *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, 129;

⁹² James Buchanan citado em Plewhe, “Introduction”, 5: “Para a maioria dos nossos membros, contudo, a ordem social sem Estado não é facilmente imaginada, pelo menos em qualquer sentido normativamente preferido (...). Por necessidade, devemos olhar para as nossas relações com o Estado a partir de várias janelas, para usar a metáfora nietzschiana (...) O homem é, e deve continuar a ser, um escravo do Estado.

Recorrendo à terminologia *hayekiana*, em questão encontra-se a criação de uma rede própria de distribuição (*dealership*) de ideias. Segundo Hayek, mudanças profundas ao nível da opinião geral de uma sociedade podiam ser operadas a partir do conjunto de tecnologias políticas que condicionam a difusão do conhecimento. Importava operar no campo daquilo a que apelidou de *dealers* de ideias em segunda-mão. Mais do que especialistas em determinada matéria, ocupantes de uma qualquer cátedra, ou detentores de uma inteligência particular, distinguia-os “a vasta gama de assuntos sobre os quais podem falar e escrever facilmente, e uma posição ou hábitos através dos quais se familiarizam com novas ideias mais cedo do que aqueles a quem se dirigem”⁹³.

Para tal, toda uma estrutura institucional teria de servir de meio para a materialização destas ideias, para a sua multiplicação e inserção em contextos políticos específicos. Funcionando como uma espécie de interface entre o conhecimento académico e o debate político público⁹⁴, os *think tanks* assumem um papel central no processo de simplificação e propagação da doutrina neoliberal. Para Timothy Mitchell, estes *think tanks* transformaram uma filosofia política num conjunto bastante prático de ferramentas políticas: empacotando ideias de forma a serem comercializadas pelos seus *dealers* em segunda mão, disponibilizando-as no formato de conteúdos educativos, adaptando-as sob a forma de legislação às realidades políticas nacionais, ou fabricando especialistas e o conhecimento onde assenta a sua especialidade⁹⁵. Popularizadas as ideias neoliberais, todo este complexo aparelho de difusão de conhecimento, de um determinado regime de verdade, torna-se, nas palavras de Mirowski, demasiado grande para qualificar, assumindo a aparência de uma ordem espontânea e natural⁹⁶.

Não será certamente um exagero referir que este entendimento do neoliberalismo enquanto uma espécie de ordem epistemológica tem dominado o panorama da historiografia do neoliberalismo nos últimos anos. Publicada em maio de 2022, uma obra coletiva coordenada por Dieter Plehwe e Quinn Slobodian apresenta-nos, na sua conclusão, uma pequena retrospectiva do caminho percorrido pela rede intelectual, não de

Mas é crucial e vital reconhecer que dez por cento da escravatura é diferente de cinquenta por cento da escravatura”.

⁹³ Hayek, “The Intellectuals and Socialism”, 418;

⁹⁴ Jackson, “Intellectual histories of neoliberalism and their limits”, 57;

⁹⁵ Timothy Mitchell, “How Neoliberalism Makes Its World: The Urban Property Rights Project in Peru”, *The Road From Mont Pèlerin*, 387;

⁹⁶ Mirowski, “Postface: Defining Neoliberalism”, 431;

neoliberais, mas deste grupo de historiadores do neoliberalismo. Escreve Plehwe que parte considerável da inspiração adveio do trabalho de Peter Hall em *The Political Power of Economic Ideas*, obra pioneira na forma como conjugou contributos do campo da história das ideias com análises económicas convencionais, para compreender o triunfo do paradigma keynesiano no pós-guerra⁹⁷.

Em traços largos, as contribuições mais significativas deste campo historiográfico encontram-se na forma como procurou atualizar este modelo com vista à compreensão da mudança de paradigma que se seguiu: sublinhando a natureza transnacional das redes intelectuais neoliberais e a centralidade de instituições internacionais na sua disseminação, destacando a diversidade teórica das diferentes escolas neoliberais como algo inerente a um *thought style*⁹⁸ e não como uma contradição mortal. Contornando os limites de uma análise centrada na ação dos estados nacionais, em prol de uma abordagem atenta a outras esferas políticas, ou contrariando críticas como aquela com que iniciamos este ponto, fazendo das ideias não um decálogo com força motriz própria, mas um aspeto central de um projeto político assente na redefinição das estruturas de conhecimento. Em suma, apreendendo a coerência do neoliberalismo na sua existência como movimento, mais do que como doutrina ou programa político estático.

1.3. Uma racionalidade governamental

Dirigindo-se ao país no seu discurso sobre o estado da União, poucos meses após a sua reeleição em novembro de 2012, Barack Obama apresentou três questões que deveriam orientar diariamente os esforços dos cidadãos norte-americanos: “Como é que atraímos mais empregos para as nossas costas? Como é que equipamos a nossa população com as competências necessárias para conseguir esses empregos? E como asseguraremos que o trabalho árduo conduz a uma vida decente?”⁹⁹. É Wendy Brown, em *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution* quem, procurando dar conta das profundas

⁹⁷ Plehwe, “Conclusion: Looking Back to the Future of Neoliberalism Studies”, 335;

⁹⁸ Importa citar Plehwe: “By using the notion of thought style, it becomes possible to deal with contradictions and inconsistencies, say, between Chicago School and ordoliberalism, rather than insisting that only one can represent the one and only or real neoliberalism”. Plehwe, “Neoliberal Thought Collectives: Integrating Social Science and Intellectual History”, *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, 95;

⁹⁹ Barack Obama, “The 2013 State of Union Address” (2013). Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/02/12/remarks-president-state-union-address>

transformações decorrentes do processo de neoliberalização, nomeadamente no que à relação dos sujeitos com o Estado diz respeito, recupera este discurso do antigo presidente norte-americano¹⁰⁰. Ponto a ponto, Barack Obama elencou as prioridades para um segundo mandato no qual, entre outros, se propunha a aprofundar programas como o *Obamacare*, reformar o sistema tributário no sentido de uma maior progressividade fiscal e, retomando questões centrais à construção da narrativa que alavancara a sua campanha presidencial em 2008, avançar legislativamente em questões como o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou o combate à discriminação de género. Invariavelmente, os temas abordados ao longo do discurso retomavam às questões acima apresentadas. Parafraseando-o, as políticas de combate à violência de género contribuiriam para uma economia mais forte, da mesma forma que a reforma das políticas de imigração permitiria aproveitar o engenho e talento dos imigrantes que se procuravam estabelecer em território norte-americano¹⁰¹. Resumidamente, os mais variados compromissos democráticos, consagrados constitucionalmente em torno de ideais de justiça, liberdade ou igualdade, encontrar-se-iam subordinados a uma ideia abstrata de crescimento da economia, processo entendido como produtor de um consenso permanente¹⁰². De uma ideia de economia concebida como nome antecedido por artigo definido, tida como uma esfera autónoma e espaço último de validação. Encarada, como escreve Timothy Mitchell, como a tecnologia sociopolítica capaz de representar e de tornar visível o mundo que habitamos, mais do que como uma atividade performativa que participa ativamente na produção do mundo que pretende representar.¹⁰³

Pouco parece distinguir os objetivos e prioridades elencados pelo chefe de Estado de um país democrático dos objetivos e prioridades de uma empresa¹⁰⁴. Não se trata apenas de procurar conciliar estas várias questões com um princípio abstrato de crescimento económico, mas de torná-lo o fim último e fonte de legitimidade da ação governamental. Trata-se, como identificado por Michel Foucault, da inversão da fórmula

¹⁰⁰ Wendy Brown, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution* (New Jersey: Princeton University Press, 2015);

¹⁰¹ Parafraseado a partir do original: “A nossa economia é mais forte quando aproveitamos os talentos e o engenho dos imigrantes que lutam e têm esperança” e “Sabemos que a nossa economia é mais forte quando as nossas esposas, as nossas mães, as nossas filhas podem viver as suas vidas livres de discriminação no local de trabalho, e livres do medo da violência doméstica”. Obama, “The 2013 State of Union Address” (2013);

¹⁰² Michel Foucault, *Nascimento da Biopolítica* (Lisboa: Edições 70, 2018), 117;

¹⁰³ Mitchell, “How Neoliberalism Makes Its World: The Urban Property Rights Project in Peru”, 389, 408;

¹⁰⁴ Brown, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, 27;

de partida do liberalismo: se o liberalismo partira do estabelecimento de um espaço de liberdade económica limitado e vigiado pelo Estado, estaríamos agora perante a afirmação de um espaço de liberdade concorrencial como princípio organizador e legitimador do Estado¹⁰⁵. Partindo das notas de Foucault relativas à fundação da República Federal Alemã, este trata-se de um exemplo contemporâneo das transformações veiculadas pela reorganização de uma governamentalidade liberal, que “não coloca ao Estado a questão: que liberdade vais deixar à economia? Mas pergunta à economia: como é que a tua liberdade vai poder ter uma função e um papel de estatização”¹⁰⁶.

Foucault entenderá o neoliberalismo como uma nova arte de governo, uma reprogramação da governamentalidade liberal, desviando o foco de análise de uma componente mais teórica para o que considerou serem as orientações práticas desta nova arte governamental. Importa então atentar na definição de governamentalidade avançada por Foucault:

“O conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem o exercício desta forma de poder muito específica, mas complexa, que tem como alvo a população, como principal forma de conhecimento a economia política, e como principal meio técnico os aparelhos de segurança”¹⁰⁷

Como identifica Thomas Lemke, o conceito de governamentalidade comporta simultaneamente duas dimensões: uma referente aos mecanismos através dos quais instituições, normas legais e outros procedimentos definem uma forma específica de representação da realidade; uma outra referente às condutas individuais, aos constrangimentos que condicionam o governo de nós próprios, às “technologies of the self”¹⁰⁸. Importa notar que, numa outra ocasião, Foucault definirá o conceito de governo como a síntese resultante da integração das “technologies of the self” em estruturas de

¹⁰⁵ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 154

¹⁰⁶ *Ibid.*, 127;

¹⁰⁷ Foucault, “Governmentality”, *The Foucault Effect: Studies in Governmentality* ed. Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller (Chicago: The University of Chicago Press, 1991), 102;

¹⁰⁸ Thomas Lemke, ““The Birth of Bio-Politics” – Michel Foucault’s Lecture at the Collège de France on Neo-Liberal Governmentality”, *Economy and Society* 30(2) (2001), 191;

coerção e dominação que lhe são exteriores¹⁰⁹. Para Foucault, esta governamentalidade neoliberal é representativa de um processo de normalização que classificaria como disciplinar: aquele que parte de cima, com o objetivo de tornar a população conforme a determinado modelo e que se expressa, entre outros, na redefinição da intervenção jurídica; e um processo de normalização biopolítica, indireto, exercido a partir do interior das práticas e dos sujeitos¹¹⁰.

Estaríamos então perante uma nova forma de governar. O neoliberalismo representava algo diferente e que não podia ser reduzido ao desdobramento da sociedade mercantil, a uma versão atualizada do *laissez-faire* ou à imagem de um “Gulag à escala insidiosa do capitalismo”¹¹¹. No mesmo sentido, a sua singularidade não poderia ser apreendida a partir da dicotomia Intervenção/Ausência do Estado¹¹². Em traços muito gerais, a novidade do neoliberalismo residiria na redefinição das relações entre governo¹¹³ e mercado com o objetivo de “projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado”¹¹⁴ que se entenderia à regulação geral das relações sociais.

O exemplo anteriormente citado é um de entre os vários que poderíamos mobilizar para dar conta daquela que, para autores como Foucault, é tida como a mais distintiva das características do neoliberalismo. Refiro-me à disseminação do modelo das relações concorrenciais de mercado com o objetivo de as tornar o “poder formador da sociedade”¹¹⁵ através da “multiplicação da forma empresa no interior do corpo social”¹¹⁶, que Foucault irá considerar a principal questão política do neoliberalismo, a sua racionalidade política. Como refere Wendy Brown, uma racionalidade política não é um instrumento ao serviço da prática governamental, ou um conjunto de comportamentos estandardizados, passivamente absorvidos, mas o campo onde se forjam e disputam a possibilidade e legitimidade destas práticas e comportamentos. O conceito remete para a dinâmica através da qual uma determinada forma normativa de razão se assume enquanto

¹⁰⁹ Michel Foucault citado em Lemke, ““The Birth of Bio-Politics” – Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-Liberal Governmentality”, 14;

¹¹⁰ Christian Laval, *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal* (São Paulo: Editora Elefante, 2020), 103;

¹¹¹ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 175;

¹¹² Pierre Dardot e Christian Laval, “Foucault, Neoliberalism and Europe”, *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, 194;

¹¹³ Como anteriormente definido.

¹¹⁴ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 175;

¹¹⁵ *Ibid.*, 193;

¹¹⁶ *Ibidem*;

“realidade”, gerando um tipo específico de sujeito, de sociedade e de Estado, mediando a relação entre estes e instituindo um regime de verdade a partir da qual é avaliada a sua validade¹¹⁷. Nunca completas ou incontestadas, a hegemonia de determinada racionalidade política será algo historicamente contingente e localizável.

Esta ideia do neoliberalismo enquanto racionalidade política inscreve-se no quadro mais vasto do pensamento de Foucault em torno das genealogias do poder moderno¹¹⁸. Um poder entendido positivamente como “máquina produtiva” e que, distante de concepções negativas assentes em ideias de exclusão, proibição ou repressão, cria, organiza e redireciona fluxos, produzindo determinada realidade pelo caminho. Por outras palavras, este poder “molda o tempo, fabrica a força de trabalho produtiva, normaliza a existência, tornando-a útil”¹¹⁹. Em traços largos, o neoliberalismo é encarado como o processo através do qual o mercado e as relações concorrenciais se estabelecem e renovam enquanto meio normativo. Note-se que as aulas que compõe *O Nascimento da Biopolítica* antecedem momentos como a eleição de Margaret Thatcher ou a chegada de Paul Volcker à presidência da Reserva Federal norte-americana, antecipando as referências ao neoliberalismo como forma de definir um novo modo de governo. Importa contextualizar esta obra a partir do panorama político francês marcado pela presidência de Valéry Giscard d’Estaing e a reivindicação das teses de um “liberalismo avançado”¹²⁰. A política prosseguida por Giscard d’Estaing e o seu primeiro-ministro Raymond Barre permitia apreender um conjunto de transformações, nomeadamente no que à conjugação da ampliação legislativa das liberdades individuais com uma crescente política securitária, que Foucault procurou ler à luz do seu trabalho sobre as genealogias das formas de governar.

Evitando aplicar ao “mercado” um significado semelhante ao que podemos observar nas referências à “economia” como uma esfera autónoma, regida por leis próprias, importa trabalhar uma aproximação à sua definição. Pensar o mercado

¹¹⁷ Brown, *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*, 116;

¹¹⁸ Correspondente ao curso lecionado no Collège de France durante o ano letivo 1978-1979, *O Nascimento da Biopolítica* é representativo da ampliação do âmbito da genealogia do poder moderno que Foucault procurava construir. Se em *Vigiar e Punir* (1975) é sobre o poder disciplinar que Foucault se ocupa, o curso de 1978-1979 marca uma viragem em direção ao estudo de um poder biopolítico iniciado com a publicação do primeiro volume da *História da Sexualidade* (1976).

¹¹⁹ Laval, *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal*, 89;

¹²⁰ *Ibid.*, 111;

recorrendo a imagens como a de uma prisão ou, à maneira de Max Weber, de uma jaula de ferro imutável, na qual estamos irremediavelmente inseridos, pode levar a um desencontro com a ideia do liberalismo e, em diferentes moldes, do neoliberalismo enquanto prática produtora e, por sinal, gestora de liberdade¹²¹. Se, como notou Foucault, o liberalismo não é uma aceitação da liberdade, mas uma predisposição a suscitá-la e produzi-la, podemos pensar o mercado como o meio onde se torna possível a síntese entre liberalismo e liberdade¹²².

O mercado será então condição histórica necessária a esta nova forma de governo da população. A historicização do mercado é, aliás, ponto de partida comum a muitos dos que se dedicaram, desde o final da Primeira Guerra Mundial, a teorizar sobre um projeto liberal centrado em fatores extraeconómicos¹²³. Que o mercado não é a expressão de um qualquer mecanismo natural é premissa central à crítica ordoliberal a uma ingenuidade naturalista, imputada ao liberalismo clássico. O contributo de Alexander Rustöw e Wilhelm Röpke, escrito aquando do Colóquio Walter Lippmann, alerta, precisamente, para a necessidade de atentar no “problema da realidade” constituído a partir de “contextos extraeconómicos” e não de um “refinamento de análises puramente económicas”¹²⁴. Para Quinn Slobodian, este é um dos traços distintivos dos que então começavam a identificar-se como neoliberais. Partindo da teoria de Friedrich Hayek relativa à invisibilidade e anonimato da “economia” como condição para o funcionamento do capitalismo à escala global, a sua afirmação servirá um propósito, aparentemente contraditório:

“o neoliberalismo não seria sobre ver a economia mundial, mas declarar a sua invisibilidade; não medir-la, mas torná-la sublime e para além da captura; não vigiar o seu funcionamento, mas teorizá-la como uma ordem espontânea que escapa à compreensão”¹²⁵.

O que não poderia simplesmente ser visto ou quantificado não poderia ser alvo de planificação ou intervenção e, como notou Foucault, “é a invisibilidade que faz com que

¹²¹ *Ibid.*, 78;

¹²² Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 94;

¹²³ Slobodian, *Globalists*, 80;

¹²⁴ *Ibid.*, 58;

¹²⁵ *Ibid.*, 87;

nenhum agente económico deva, nem possa, procurar o bem coletivo”¹²⁶. À “economia”, enquanto disciplina científica dotada de um conhecimento técnico pretensamente independente do político, caberia assegurar esta equivalência. Tudo o resto – abrangendo decisões à escala do Estado ou dos indivíduos – deveria rejeitar qualquer “pretensão do conhecimento”¹²⁷ e entregar-se à invisibilidade, à obscuridade, à cegueira¹²⁸ – são palavras de Foucault - de um processo económico que Hayek considerava incognoscível por natureza.

A constatação de que, longe de ser um dado natural, a concorrência é um objetivo histórico a ser perseguido por esta nova arte de governar oferece justificação para a adoção de uma “política infinitamente ativa”¹²⁹. Por oposição às concepções negativas do Estado veiculadas pela teoria liberal clássica, que assentava na definição das fronteiras entre a ação estatal e os domínios vários da liberdade, o contributo ordoliberal destacar-se-á pela afirmação de que Estado e economia de mercado presumem necessariamente a existência um do outro¹³⁰. A competição, os mecanismos de mercado são produto de uma prática governamental que procura agir sobre o ambiente social, assegurando a criação e manutenção das condições necessárias ao funcionamento de um quadro concorrencial.

Como nota Christian Laval, deixando de ser encarada como algo exterior, oposto ao Estado, a sociedade torna-se o alvo explícito das políticas governamentais¹³¹. É neste sentido que podemos destacar aquela que Foucault identificou como a grande inovação do neoliberalismo alemão: a conceção do direito e da ordem legal, não como um fenómeno superestrutural, mas como algo imanente ao próprio funcionamento económico-institucional de determinada figura histórica¹³². Se, como refere Thomas Lemke, “o capitalismo é uma «figura histórica» através da qual os processos económicos e a “estrutura” institucional se articulam e se apoiam uns aos outros”¹³³, esta redefinição do jurídico operada pelos neoliberais alemães fará do direito instrumento central à

¹²⁶ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 346;

¹²⁷ Hayek, “Friedrich von Hayek Prize Lecture: The Pretence of Knowledge”. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/hayek/lecture/ Nobel Speech>

¹²⁸ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 346;

¹²⁹ *Ibid.*, 159;

¹³⁰ Lemke, ““The Birth of Bio-Politics” – Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-Liberal Governmentality”, 4;

¹³¹ Laval, *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal*, 64;

¹³² Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 210;

¹³³ Lemke, ““The Birth of Bio-Politics” – Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-Liberal Governmentality”, 4;

disseminação e formalização da sociedade segundo um modelo de empresa. Como sintetiza Foucault, o jurídico dá forma ao económico e este não seria o que é sem o jurídico¹³⁴.

Podemos afirmar que é a noção do meio que confere uma coerência àquilo que aqui procuramos entender como uma racionalidade¹³⁵. Uma racionalidade no quadro da qual o governo da população, bem como as relações entre si estabelecidas, assentam numa regulação concorrencial que interpela a população a pensar e agir, antes de mais, enquanto sujeito do mercado. Um processo que, escreve Wendy Brown, ocorre “mesmo quando o dinheiro não é uma questão - e configura os seres humanos exaustivamente como actores do mercado, sempre, apenas, e em todo o lado como *homo oeconomicus*”¹³⁶. Ou seja, todas as dimensões da vida dos indivíduos são peças fundamentais ao normal funcionamento da “máquina económica”¹³⁷. A concorrência é norma no quadro das relações sociais e não exclusivamente no âmbito de relações do tipo comercial ou semelhante. É, como notam Pierre Dardot e Christian Laval, o modo de relação interindividual mais conforme a um princípio de eficácia económica e, simultaneamente, com as exigências morais que se esperam de um sujeito que assume o risco pelo sucesso, ou não, do investimento do seu próprio capital¹³⁸. Esta é a natureza do processo de subjetivação neoliberal através do qual se molda e produz o sujeito referencial desta racionalidade política, um sujeito que mais do que alienado deste processo é levado a um envolvimento ativo na sua construção enquanto um empreendedor de si próprio. Não contrariando o raciocínio que ao longo do capítulo se tem procurado desenvolver, importa notar como esta ideia é sintetizada a partir dos lugares de poder de enunciação política. Atente-se nas palavras de Margaret Thatcher proferidas em maio de 1982 em entrevista ao *Sunday Times*: “A Economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma”¹³⁹.

Wendy Brown fala de um “princípio de realidade”¹⁴⁰ central à forma como o neoliberalismo governa. Entendida por Mark Fisher como condição essencial à

¹³⁴ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 212;

¹³⁵ Laval, *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal*, 84;

¹³⁶ Brown, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, 32;

¹³⁷ A expressão é de Alfred Müller-Armack citado por Dardot e Laval, *The New Way of the World: On Neoliberal Society*, 95;

¹³⁸ *Ibidem*;

¹³⁹ Margaret Thatcher, “Interview for *Sunday Times*” (1981). Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/104475>;

¹⁴⁰ Brown, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, 35;

naturalização e, portanto, ao sucesso de uma posição ideológica, esta transformação na forma de encarar determinada ideologia como um facto, e não como um valor (no sentido ético/moral)¹⁴¹, assume particular centralidade no quadro de uma racionalidade política que continuamente procura atribuir-se ares de evidência. É neste sentido que podemos entender a ideia desenvolvida por Michel Foucault de que o *homo oeconomicus* – o sujeito desta nova arte de governar – é “aquele que é eminentemente governável (...) aquele que aceita a realidade”¹⁴². Tal aceitação da realidade passa por uma conformação com um aparente movimento natural da sociedade e uma resignação perante uma realidade à qual governantes e governados se devem adaptar¹⁴³. Tomando como ponto de partida o contributo de Gary Becker em torno da aplicação da grelha do *homo oeconomicus* a domínios não-diretamente económicos, Foucault verá na racionalidade neoliberal um processo através do qual “leis” e “análises” económicas se assumem enquanto “ciência da sistematicidade”¹⁴⁴. Quer isto dizer que esta aplicação de uma análise económica a comportamentos ditos não-rationais – tidos como aqueles que não procuram diretamente a otimização da utilização e gestão de recursos limitados para um determinado fim – torna possível uma leitura segundo a qual todo e qualquer comportamento humano, respondendo “de forma sistémica a modificações de variáveis do meio”, é inerentemente económico¹⁴⁵ e, portanto, eminentemente manipulável. Articula-se um sujeito de tipo novo, correlativo de uma racionalidade política assente no princípio da competição – já não da troca, e permissivo a uma governamentalização regida pelo princípio da “economia”¹⁴⁶.

É a partir deste conceito de capital humano que pode tomar forma a ideia de que é possível, citando Christian Laval, “considerar a subjetividade humana como decorrente da lógica de acumulação capitalista”¹⁴⁷. Formulados na sua totalidade enquanto capital humano estes sujeitos interiorizam uma verdadeira *business ontology*¹⁴⁸ segundo a qual é pura e simplesmente óbvio que todas as esferas da sociedade, da educação ao trabalho, devem funcionar de acordo com uma lógica empresarial. Retomando a importância

¹⁴¹ Mark Fisher, *Capitalist Realism: Is There no Alternative?* (Winchester: Zero Books, 2009), 16;

¹⁴² Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 337;

¹⁴³ Laval, *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal*, 76;

¹⁴⁴ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 335;

¹⁴⁵ *Ibidem*;

¹⁴⁶ Entendida no sentido foucaultiano enquanto “economia no sentido da economia política e economia no sentido de restrição, autolimitação, frugalidade do governo”. Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 337;

¹⁴⁷ Laval, *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal*, 68;

¹⁴⁸ Fisher, *Capitalist Realism*, 17;

central de autores como Gary Becker ou Theodore Schultz em dotar a teoria económica de um conjunto de ferramentas que tornam viável esta extensão, importa atentar no exemplo concreto daquilo a que nos podemos referir como uma nova teoria da família desenvolvida por Becker e à qual Foucault prestará particular atenção. Tomada como uma firma, no quadro da qual se relacionam várias unidade-empresa conectadas por uma qualquer relação de parentesco, uma instituição como a família assume-se como mais uma dimensão em que determinada quantidade de recursos é investida com vista à produção de bens de distintas naturezas¹⁴⁹.

É neste sentido que Foucault apresenta o aparente “paradoxo malthusiano” segundo o qual seria expectável que, ao contrário do que acontece, fossem os indivíduos com rendimentos elevados que teriam famílias mais numerosas. Na sua ótica, a reformulação neoliberal desta questão sintetiza este princípio segundo o qual todo o cálculo individual é um cálculo racional de investimento, o que transforma o indivíduo num produtor e não num simples consumidor: “ele produz mercadorias que vão satisfazê-lo, utilizado bens e serviços comprados noutros mercados, tempo pessoal e outros *inputs* que possuem valor, preços ocultos, mas calculáveis”¹⁵⁰. Se as pessoas com rendimentos elevados são pessoas que detêm um capital humano elevado, é natural que exista uma preocupação para com a transmissão de uma herança, não no sentido tradicional, mas sob a forma deste capital humano. Estaremos então perante um “projeto económico imediato e racional” que implica uma série de investimentos com vista à transmissão de uma herança necessariamente produtora: produtora de um rendimento monetário, se pensarmos num salário futuro, ou de um rendimento psíquico, se pensarmos na satisfação emocional resultante deste processo¹⁵¹.

Assumindo o natural risco das generalizações em jeito de síntese, podemos afirmar que a centralidade da “arte liberal de governar”, incluindo daquela cuja particularidade aqui procuramos apreender, reside na capacidade em estruturar e preservar um ambiente no quadro do qual os indivíduos são incitados a perseguir os seus interesses, utilizando a terminologia foucaultiana, a produzir a sua própria satisfação¹⁵². Importa notar que conceitos como o de interesse, utilizado por Michel Foucault para descrever motivações

¹⁴⁹ Dardot e Laval, *The New Way of the World: On Neoliberal Society*, 137;

¹⁵⁰ *Ibidem*;

¹⁵¹ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 308;

¹⁵² Michel Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 287;

e justificar ações do sujeito neoliberal, assume neste contexto uma dimensão que parece escapar ao próprio. Mais do que a uma noção de interesse, central às teses do liberalismo clássico, segundo a qual a busca individual por um interesse próprio é naturalmente geradora de um benefício coletivo, o sujeito referencial do neoliberalismo encontra-se profundamente integrado num mais vasto projeto que o subordina. Quer isto dizer que o seu bem-estar, o interesse pessoal através do qual procura produzir a sua satisfação, é facilmente sacrificado em nome de algo maior: seja um mais abstrato princípio de crescimento da economia, seja uma mais concreta forma de valorização do capital humano¹⁵³.

Convidado pouco antes do seu falecimento em 2014 para comentar os escritos de Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica*, em particular aqueles sobre o neoliberalismo norte-americano, Gary Becker começou por afirmar: “Gosto da maior parte, e não discordo de muito”¹⁵⁴. Apresentado por Foucault como o mais radical dos teóricos neoliberais norte-americanos, o comentário de Gary Becker contribuiu para o adensar de um conjunto de dúvidas em torno da relação de Foucault com o neoliberalismo. Desde sempre alvo debate, tal questão conheceu novo fôlego com a popularização de trabalhos como os de Daniel Zamora ou Geoffrey de Lasgnerie¹⁵⁵, que têm procurado identificar na leitura foucaultiana do neoliberalismo um certo tom apologético. Traços largos, estes autores têm sustentado a ideia de que a centralidade do argumento de Foucault reside no sublinhar do carácter emancipatório do neoliberalismo entendido como um mecanismo capaz de ocupar e ampliar espaços autónomos de um controlo governamental¹⁵⁶. Lasgnerie afirma inclusive que: “uma das ideias centrais em *O Nascimento da Biopolítica* é que há algo libertador, emancipatório e crítico a acontecer no neoliberalismo”¹⁵⁷. O neoliberalismo é então identificado como uma teoria crítica por excelência, representando quase um contrapoder. Partindo do pressuposto identificado

¹⁵³ Brown, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, 84;

¹⁵⁴ Gary Becker em: Gary Becker, François Ewald, and Bernard Harcourt, “«Becker on Ewald on Foucault on Becker» American Neoliberalism and Michel Foucault's 1979 Birth of Biopolitics Lectures”, *The Law School of the University of Chicago: Public Law and Legal Theory Working Paper* Nº401 (2012), 3;

¹⁵⁵ A título de exemplo veja-se: Geoffrey de Lasgnerie, *Foucault against Neoliberalism?* (Lanham: Rowman & Littlefield, 2020) e Daniel Zamora e Michael C. Behrent, *Foucault and Neoliberalism* (Cambridge: Polity, 2015);

¹⁵⁶ Daniel Zamora, “How Michel Foucault Got Neoliberalism So Wrong”, entrevistado por Kévin Boucaud-Victoire, *Jacobin* (2019). Disponível em: <https://jacobin.com/2019/09/michel-foucault-neoliberalism-friedrich-hayek-milton-friedman-gary-becker-minoritarian-governments>;

¹⁵⁷ Geoffrey de Lasgnerie, *Foucault against Neoliberalism?*, 51;

por Foucault de que sempre se governa em excesso, a forma-mercado central a todo o dispositivo neoliberal seria por natureza avessa ao governo e ao modo de vida uniforme imposto pelo Estado, representando uma hipótese de um modelo de organização social policêntrico, heterogêneo e aberto à pluralidade¹⁵⁸.

Importa sublinhar que à criatividade desta leitura tem correspondido uma resposta contundente por parte de autores como Pierre Dardot e Christian Laval¹⁵⁹, que sublinham que para Foucault, longe de desaparecer, o papel uniformizante desempenhado pelo Estado passa, no quadro de uma governamentalidade neoliberal, a ser desempenhado pelo mercado e que a dispersão dos agentes de uma normalização disciplinar representa mais uma saturação governamental do que um qualquer sinónimo de liberdade. Contudo, este exercício não é de todo inútil. A extrapolação de algumas das linhas do pensamento de Foucault relativamente ao neoliberalismo permite-nos atentar em certas características que em jeito de conclusão importa agora referir.

Como é comum a grande parte do seu trabalho, a “história” do neoliberalismo que nos é apresentada por Foucault é uma história centrada nos seus aspectos produtivos, uma história que procura compreender o que há de novo nesta forma de governar: os novos arranjos políticos, económicos e institucionais e os sujeitos que lhe são conformes; os conceitos com que opera e as representações da realidade a partir deles construídas. Entendido a partir da lente da governamentalidade que, como vimos, não se resume a uma imposição exterior por parte do Estado de um qualquer conjunto de diretivas, é possível apreender a ligação entre a apologia neoliberal a uma concepção de liberdade profundamente individualista e a internalização das lógicas disciplinadoras que lhe estão associadas.

Foucault procurou demonstrar a forma como este novo mecanismo de condução da população assentava num princípio inovador: o controlo dos sujeitos era agora exercido a partir do seu próprio interior. Partir desta ideia de governamentalidade permitia ir além das leituras focadas nas transformações económicas estruturais ou nos processos de decisão das elites, e interrogar o neoliberalismo enquanto um fenómeno capaz de

¹⁵⁸ *Ibid.*, 53;

¹⁵⁹ A título de exemplo atente-se nas duas já referidas obras: Christian Laval, *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal* e Pierre Dardot e Christian Laval, *The New Way of the World: On Neoliberal Society*; ou em Pierre Dardot e Christian Laval, *Never-Ending Nightmare: The Neoliberal Assault on Democracy* (London: Verso, 2019);

reestruturar as várias dimensões da vida em sociedade¹⁶⁰. Como vimos, mais do que uma coerção direta exercida a partir de cima, o neoliberalismo assentaria numa densa rede de dispositivos em micro-escalas que, criando padrões de inclusão e exclusão perante a nova norma concorrencial, assumiam um papel de vigilância permanente.

Para o francês, tanto como a 1973, o neoliberalismo teria surgido como uma resposta a 1968. Respondia a uma crise de acumulação do capital, mas respondia, sobretudo, a uma crise de governamentalidade mais ampla. A uma crise histórica das instituições disciplinares mais clássicas e a um certo esgotamento dos mecanismos do governo biopolítico que caracterizavam até então o capitalismo do pós-guerra no continente europeu e no norte do continente americano. A uma aspiração de liberdade comum a estas contestações múltiplas, correspondeu a utopia neoliberal de um regime pós-disciplinar capaz de dispensar as “grandes normalizações”¹⁶¹ ao agir diretamente sobre os indivíduos. A desigualdade seria igual para todos, escreve Foucault parafraseando Röpke, nem um nem outro a viram como sinónimo de liberdade¹⁶².

1.4. Neoliberal(ização)

“É certamente a maior crise do capitalismo desde os anos 30 (...). Os últimos 30 anos [testemunharam] uma espécie de ideologia teológica de mercado livre, a que todos os governos ocidentais se dedicaram (...). [É] o fim desta era em particular. Não há dúvida sobre isso. Haverá mais conversa sobre Keynes e menos conversa sobre Friedman e Hayek (...). Este é o equivalente dramático, se quiserem, do colapso da União Soviética. Sabemos agora que a era terminou. [Mas] não sabemos o que vai acontecer.”¹⁶³

Eric Hobsbawm, 2008

“O que estamos a ver com a queda em Wall Street deve ser para o *Friedmanismo* o que a queda do Muro de Berlim foi para o comunismo autoritário: uma denúncia ideológica”¹⁶⁴

Naomi Klein, 2008

¹⁶⁰ Florence Sutcliffe-Braithwaite, Aled Davies e Ben Jackson, “Introduction: a neoliberal age”, 6;

¹⁶¹ Laval, *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal*, 136;

¹⁶² Michel Foucault parafraseando Wilhem Röpke. Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 187;

¹⁶³ Eric Hobsbawm citado em Jamie Peck, Nik Theodore and Neil Brenner, “Postneoliberalism and Its Malcontents” em *The Point is to Change It – Geographies of Hope and Survival in an Age of Crisis* (Oxford: Wiley.Blackwell, 2010), 99;

¹⁶⁴ Naomi Klein, “Naomi Klein: Wall St. Crisis Should Be for Neoliberalism What Fall of Berlin Wall Was for Communism”. Disponível em: https://www.democracynow.org/2008/10/6/naomi_klein;

Até à estreia em 2021 de *007 - No Time to Die*, no qual ao fim de vinte e seis filmes James Bond cede a um fim que tantas vezes pareceu inevitável, o extenso obituário dedicado ao neoliberalismo faz lembrar o destino do famoso agente secreto. Tantas vezes tido como morto após uma miríade de desgraças que, ao longo dos anos, se procuraram fazer contemporâneas do espetador, as notícias da morte de James Bond revelaram-se sempre manifestamente exageradas. Trocando a forma da personagem substituindo o ator ou fazendo-o desaparecer para rapidamente “renascer” num outro continente; enfrentando lideranças do Mi6 ou ludibriando com charme os seus inimigos é com naturalidade que a surpresa perante a notícia de uma morte com tanto de previsível como de inesperado dá lugar ao pasmo causado pela descoberta de que Bond se metamorfoseara permanecendo, um filme mais, ao serviço de Sua Majestade e da nostálgica fantasia de um Reino Unido colonial.

A crise financeira de 2008, período do qual datam as citações que abrem este ponto¹⁶⁵, fez disparar os vaticínios em torno do fim do neoliberalismo. Retomando uma narrativa que havia ganho força no contexto dos movimentos por uma globalização alternativa no início do milénio, estas previsões parecem hoje, quando ideia semelhante é antevista por personalidades tão distantes como o Papa Francisco ou Klaus Schwab¹⁶⁶, manifestamente exageradas. A dificuldade revelada em identificar ou definir o neoliberalismo parece contrastar com a facilidade com que tem sido declarada a sua morte e metáforas como as utilizadas por Eric Hobsbawm e Naomi Klein podem ajudar-nos a entender porquê.

A mobilização da metáfora do Muro de Berlim, ainda que Hobsbawm não se lhe refira diretamente, mas a um mais geral colapso da União Soviética, procura atribuir a este acontecimento um significado histórico que representaria o fim do neoliberalismo, da mesma forma que, para uma vasta maioria da historiografia, o derrube deste muro em novembro de 1989 teria representado o fim do comunismo. Comum na prática historiográfica, porque facilitando a “tradução dos factos em ficção”¹⁶⁷ necessária para dar sentido aos mais variados acontecimentos do passado, a procura por um “momento

¹⁶⁵ Eric Hobsbawm e Naomi Klein escrevem em outubro a cerca de um mês da declaração de falência do banco norte-americano Lehman Brothers;

¹⁶⁶ Economista alemão fundador do Fórum Económico Mundial;

¹⁶⁷ Hayden Whyte, *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994), 108;

Muro de Berlim” parece não ajudar à compreensão do neoliberalismo adensando um conjunto de equívocos em relação à sua natureza e desenvolvimento e, em última instância, reforçando a idealização de princípios e imagens dos quais os próprios teóricos do neoliberalismo se procuraram distanciar.

Longe da imagem estática de um muro que parece contribuir para a perpetuação de uma certa caricaturização do neoliberalismo entendido monoliticamente como um corpo doutrinal que conflui num conjunto de políticas ao serviço de um “fundamentalismo do mercado”¹⁶⁸, importa entender o neoliberalismo enquanto “um processo contínuo de luta e compromisso através do qual o significado do neoliberalismo é reexaminado e reafirmado”¹⁶⁹. Neste sentido, importa reconhecer no neoliberalismo uma forma de “política contenciosa”¹⁷⁰, na medida em que se operacionaliza e ganha forma no quadro de realidades sociais com as quais antagoniza e estabelece compromissos e a partir das quais surgem “constelações hegemónicas neoliberais”¹⁷¹ diversas no tempo e no espaço. Assumindo, portanto, que não existe uma cortina de ferro a separar o neoliberalismo dos mais variados “outros”, importa pensar uma definição operacional do neoliberalismo que ajude à compreensão da longevidade dos obituários do neoliberalismo e sirva de referência aos capítulos que se seguem.

Presente no título deste último ponto, a ideia da neoliberalização é mobilizada por Jamie Peck com o objetivo de, parafraseando-o, fazer descer o neoliberalismo à terra. Por oposição às referidas leituras do neoliberalismo enquanto uma espécie de grande “Outro”, o princípio da neoliberalização permitiria “desnaturalizar” o neoliberalismo ao chamar à atenção para o seu carácter socialmente e historicamente construído e para a ideia de um processo contínuo, necessariamente inacabado¹⁷². É na procura por uma “definição operacional” do neoliberalismo que em *Constructions of Neoliberal Reason*, Peck desenvolve a ideia da neoliberalização não apenas por uma questão semântica, mas, sobretudo, enquanto ponto de partida para um entendimento do neoliberalismo que argumenta dever centrar-se no acompanhamento dos “seus movimentos”, no “triangular entre as suas correntes ideológicas, ideacionais, e institucionais”, portanto “entre

¹⁶⁸ Slobodian, *Globalists*, 13;

¹⁶⁹ Dieter Plehwe e Bernhard Walpen, “Introduction: Reconsidering neoliberal hegemony”, 2;

¹⁷⁰ Helga Leitner, Jamie Peck e Eric S. Sheppard, *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers* (New York: The Guilford Press, 2007) ;318

¹⁷¹ Dieter Plehwe e Bernhard Walpen, “Introduction: Reconsidering neoliberal hegemony”, 6;

¹⁷² Peck, *Constructions of Neoliberal Reason*, xii;

filosofia, política e prática”¹⁷³. Mais do que na procura por um centro ou um modelo a replicar, o exercício proposto por Peck parte da constatação de que o “neoliberalismo não só tem, como deve coexistir parasiticamente com (ou fora de), outras formas de Estado e formações sociais”¹⁷⁴. No quadro desta tese, importa partir para o estudo dos processos de neoliberalização britânico e português cientes de que, longe de um trajeto linear em direção a uma imagem idealizada do mercado livre, o neoliberalismo assume-se como um processo de reestruturação institucional, económica, social ou cultural que se define, no tempo e no espaço, a partir das interações que estabelece com outras formas de Estado e formações sociais. A mutabilidade neoliberal impulsionada por esta sua capacidade em metamorfosear um corpo teórico e edifício institucional que se constituem mutuamente e, sobretudo a um nível nacional, em incorporar e mesclar-se com outras realidades políticas ajuda a compreender a longevidade dos obituários de uma morte que parece tardar em se concretizar¹⁷⁵.

Longe de anular os contributos provenientes do campo da economia política ou das abordagens ao neoliberalismo enquanto um pensamento coletivo ou uma racionalidade governamental, partir da ideia de neoliberalização permite operacionalizar as diferentes definições que abordámos ao longo deste capítulo na medida em que os distintos processos de neoliberalização incorporam mecanismos referentes a todas elas. Neste sentido, importa regressar ao conceito de governamentalidade a partir do qual considero fazer sentido encarar este capítulo face ao restante trabalho. Como vimos, este conceito remete para uma forma de governar¹⁷⁶ que, com a população como alvo, compreende uma dimensão referente às condutas individuais e uma outra referente aos mecanismos legais ou institucionais a partir dos quais é definida uma norma. O ato de governar é então associada não apenas à imposição de um poder de cima para baixo, mas a um campo mais vasto de práticas e valores. Partir desta ideia da governamentalidade para pensar os processos de neoliberalização permite-nos compatibilizar as diferentes definições que trabalhámos ao longo deste capítulo e voltar a pensar a longa-duração dos obituários do neoliberalismo. Como sublinhou Thomas Lemke, partir da noção de governamentalidade permitiria ultrapassar a redução do neoliberalismo a uma retórica ideológica ou a um

¹⁷³ *Ibid.*, 8;

¹⁷⁴ *Ibid.*, 33;

¹⁷⁵ Byrne, *Neoliberalisms in British Politics*, 297;

¹⁷⁶ Da qual o neoliberalismo, entre outros, seria um exemplo;

aparelho político-económico e chamar à atenção para a sua existência enquanto “um projeto político que se esforça por criar uma realidade social que sugere já existir”¹⁷⁷, portanto, enquanto um processo cujo objetivo estará sempre por alcançar.

As políticas concretas tendentes à concentração do capital identificadas pelos autores que analisámos no primeiro ponto são representativas de um momento em que os mais variados mecanismos legais definem uma forma de representação da realidade e condicionam materialmente as condições de vida da população. Parafraseando Foucault, trata-se da imposição de uma estrutura de coerção, de um poder disciplinar, central ao entendimento do neoliberalismo enquanto governamentalidade. Também o processo de desenvolvimento e disseminação de um “pensamento coletivo” neoliberal que abordámos no segundo ponto é representativo de uma dimensão inerente aos mecanismos de governo da população. Através das mais variadas camadas da *matrioska*, ideias como as da incognoscibilidade do processo económico ou da dupla verdade neoliberal redefinem ideologicamente relações sociais e os processos de subjetivação da população agindo a partir do interior dos indivíduos. O sujeito neoliberal, objeto desta prática governamental, constitui-se a partir desta interação mútua, por exemplo, entre os processos de financeirização do capital descritos por Saad-Filho e o sucesso televisivo de programas como o *Shark Tank*¹⁷⁸; entre inovações legislativas como o *Community Charge*¹⁷⁹ de Thatcher traduzido na introdução de um imposto indexado ao investimento público feito pelas autoridades locais com vista à reconfiguração da relação entre cidadãos e serviços públicos a partir de uma lógica de consumo e o discurso de Barack Obama com que abrimos o terceiro ponto deste capítulo.

O capítulo que se segue focar-se-á no caso britânico, mais concretamente, no processo de construção de uma leitura da crise das estruturas capitalistas do pós-guerra e na consequente construção de uma nova vontade nacional-popular que identificamos como parte central de um processo de neoliberalização. Retomando a parábola que abre

¹⁷⁷ Lemke, ““The Birth of Bio-Politics” – Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-Liberal Governmentality”, 13;

¹⁷⁸ Adaptado em cerca de 30 países e contando na versão norte-americana com 14 temporadas;

¹⁷⁹ *Local Government Finance Act* de 1988; Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics”, 101;

este texto, o segundo capítulo desta tese ocupar-se-á de uma das imensas partes do elefante com que poderíamos prosseguir este trabalho.

Capítulo II. O *thatcherismo* visto pelos Estudos Culturais

“Se alguém aplica a sua vontade em criar um novo equilíbrio entre as forças que realmente existem e estão operacionais (...) este ainda se move no terreno da realidade, mas fá-lo de modo a dominá-la e transcendê-la. O que "deve ser" é, portanto, concreto. De facto, é a única interpretação realista e historicista da realidade. Sozinha ela é história e filosofia em construção, sozinha é política.”¹⁸⁰

Antonio Gramsci

2.1. Os Estudos Culturais

Até ao fim da sua vida, Stuart Hall procurou distanciar-se das várias imputações de uma sua responsabilidade paternal em relação aos Estudos Culturais. Em texto publicado em 1992, escreveria até que regressava a esse exercício de retrospecção teórica para se libertar definitivamente do fardo de guardião dos Estudos Culturais¹⁸¹. Tendo por base a obra de Stuart Hall, não se pretende aqui reduzir a história e o percurso dos Estudos Culturais às suas contribuições teóricas e intervenções políticas. Os seus escritos, bem como a sua trajetória profissional e política, servirão antes de referência no quadro do conjunto de debates mais amplos que atravessam todo o capítulo.

O último dos capítulos da autobiografia de Stuart Hall inicia com a viva recordação da manifestação que no início de novembro de 1956 encheu a *Trafalgar Square* em Londres com vista à condenação de uma intervenção militar iminente no Egipto, a qual se efetivaria dias depois. Contudo, esta concentração, a maior desde o fim da Segunda Guerra, era representativa de algo mais abrangente¹⁸². Semanas antes, a União Soviética dera mais uma amostra do intervencionismo militar que acompanhava a degenerescência dos ideais revolucionários que outrora representara. Poucos meses após o discurso de Nikita Khrushchev denunciando os crimes do estalinismo, os tanques soviéticos entravam em Budapeste esmagando a insurgência do povo húngaro. Para Hall, os acontecimentos

¹⁸⁰ Antonio Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, 172;

¹⁸¹ Stuart Hall, “Cultural Studies and Its Theoretical Legacies”, 98;

¹⁸² A Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND), um movimento pacifista anti-nuclear, viria a ser fundada em 1957 na sequência de mobilizações massivas contra a utilização de armas nucleares.

deste ano significaram para a sua geração algo semelhante ao que 1968 viria a significar para a geração seguinte.

A Guerra no Suez e a intervenção militar soviética na Hungria, escreve Hall, foram sentidas como operação simultânea de dois colonialismos distintos, provocando à esquerda fraturas na leitura dominante da política internacional do período da Guerra Fria¹⁸³. O conceito de momento formativo é mobilizado por Hall para localizar este período no quadro de uma história da esquerda britânica no pós-guerra¹⁸⁴. Do socialismo de leste parecia ter-se ausentado o caráter emancipatório do projeto comunista. Internamente, o projeto social-democrata reavivava o imperialismo britânico, deitando por terra qualquer ilusão em torno do seu caráter pacifista e anti-imperialista. Constituíase o espaço político a partir do qual se construiria o projeto da Nova Esquerda¹⁸⁵. Um projeto definido por Hall, algo ironicamente, como um empreendimento coletivo de revisionismo político¹⁸⁶ e que se revelará capaz de agregar diferentes tendências do campo socialista britânico¹⁸⁷.

Importa atentar num outro acontecimento que nos ajuda a compor o quadro a partir do qual se constituirá a prática dos estudos culturais. Refletindo após as eleições gerais de 1959 sobre a terceira vitória consecutiva do Partido Conservador, o líder trabalhista Hugh Gaitskell via na hegemonia eleitoral conservadora o reflexo de uma “nova forma de viver baseada na televisão, no frigorífico, no carro e nas revistas glamourosas”¹⁸⁸. Tradicionalmente identificado com uma cultura de classe que aparentava diluir-se na afluência generalizada da sociedade de consumo massificado, o *Labour* parecia perder o seu sujeito político referencial. As fronteiras da cultura de uma classe trabalhadora predominantemente industrial que o *Labour* soubera representar pareciam dissolver-se; Stuart Hall fala de uma “fase americana da vida britânica”¹⁸⁹. A televisão e a difusão de uma cultura de massas, o frigorífico e o acesso generalizado a bens de consumo, o carro

¹⁸³ Hall, *Familiar Stranger*, 243;

¹⁸⁴ *Ibidem*;

¹⁸⁵ Do inglês *New Left*;

¹⁸⁶ Hall, *Familiar Stranger*, 237;

¹⁸⁷ De militantes da ala de esquerda do *Labour* e de militantes comunistas deste partido purgados passando por dissidentes do Partido Comunista da Grã-Bretanha e ativistas do movimento terceiro-mundista. Relativamente a este assunto ver mais em Madeleine Davis, “The Origins of the British New Left”, em *1968 in Europe: a History of Protest and Activism 1956-1977*, edited by M. Klimke and J. Scharloth (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008), 45-56;

¹⁸⁸ *Main Speeches Labour Party annual Conference November 1959*, (London: Labour Party, 1959).;

¹⁸⁹ Hall, “The Formation of Cultural Studies” em *Cultural Studies 1983 - A Theoretical History* (Durham and London: Duke University Press, 2016), 6;

e a aparente diminuição do contraste das relações entre classes ou as revistas e a centralidade do consumismo são elementos representativos desta transformação cultural profunda.

Publicada no início do ano de 1960, a edição inaugural da *New Left Review* (NLR)¹⁹⁰, referência teórica e política que se tornará ponto central da organização do movimento da Nova Esquerda, abre com a constatação da importância que uma análise das transformações culturais decorrentes da organização capitalista do pós-guerra poderia ter para a construção de um projeto político radical. Na primeira das páginas desta publicação, é Stuart Hall quem refere que o estudo de expressões culturais como o cinema ou a música não se prendia a um qualquer fascínio ou vontade de estar na moda. Antes, este trabalho permitiria “encontrar as pessoas onde elas estão, onde são tocadas, picadas, comovidas, frustradas, enjoadas - para desenvolver descontentamentos e (...) dar ao movimento socialista algum sentido dos tempos e das formas em que vivemos”¹⁹¹. Compreender as alterações em curso na cultura da sociedade britânica a partir da perspectiva do “consumidor” resultaria numa vantagem estratégica, permitiria apreender e interpretar tendências de transformação mais profundas. Afinal, citando Raymond Williams na introdução do seu *Culture and Society*:

“concentrado nos significados da palavra cultura estão questões diretamente levantadas pelas grandes mudanças históricas que as mudanças na indústria, democracia e classe, à sua própria maneira, representam (...). O desenvolvimento da palavra cultura é o registo de uma série de reações importantes e contínuas a estas mudanças na nossa vida social, económica e política, e pode ser visto, por si só, como uma espécie de mapa através do qual a natureza das mudanças pode ser explorada”¹⁹²

Mais do que uma disciplina académica dotada de um método e circunscrita a determinado objeto de estudo, os Estudos Culturais constituem-se enquanto prática integrante de um projeto político mais vasto. Partindo da tensão permanente, impossível

¹⁹⁰ A revista *New Left Review* é fundada na sequência da fusão entre as publicações *Universities and Left Review* afeta a nomes como Stuart Hall e *The New Reasoner* na qual se destacava a intervenção de Edward P. Thompson, publicações fundadas após os acontecimentos de 1956 e em torno da Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND).

¹⁹¹ Hall, “Introducing NLR” em *New Left Review*, 1 (January 1960): 2;

¹⁹² Raymond Williams, *Culture and Society* (New York: Anchor Books, 1960), xv;

de resolver, entre questões teóricas e políticas, a prática dos estudos culturais distanciaria-se do trabalho académico comum¹⁹³. Pragmático, dirá que enquanto prática institucionalizada¹⁹⁴, os estudos culturais surgem da aplicação dos privilégios associados a determinada posição universitária à análise de questões bastante concretas, à construção de um quadro teórico com vista à leitura dos problemas do “mundo real”¹⁹⁵. Este aspeto político, não no sentido da inscrição de um programa político prévio no trabalho a desenvolver, mas de uma sempre necessária tomada de posição, é algo visível no conjunto dos trabalhos que, anteriores à popularização esta designação, servirão de referência à construção deste campo¹⁹⁶.

Em última instância, podemos olhar para o projeto dos estudos culturais neste período como parte da resposta a uma crise de representação. Recorrendo à teoria gramsciana, central à prática dos estudos culturais, diríamos que faz parte da “guerra de posição” essencial à construção de um bloco contra-hegemónico. É Stuart Hall quem se refere à prática institucional dos estudos culturais como parte de um “projeto gramsciano”, correspondendo-lhe uma pequena parte no quadro de uma mais vasta disputa hegemónica¹⁹⁷. Teorizando sobre a figura do intelectual, Gramsci escreveu que “o elemento popular «sente», mas nem sempre conhece bem ou compreende” e que “o elemento intelectual «sabe», mas nem sempre compreende e em particular nem sempre sente”¹⁹⁸. A prática dos estudos culturais deveria ambicionar a formação de intelectuais orgânicos, ser o ponto de fusão entre elemento intelectual e popular, entre sentir, saber e compreender. Este trabalho intelectual orgânico desenrolar-se-ia simultaneamente em duas frentes: na vanguarda do trabalho teórico propriamente dito e na sua tradução para a prática, ou seja, na sua transmissão para a maioria não pertencente profissionalmente à classe intelectual¹⁹⁹.

¹⁹³ Hall, “Cultural Studies and Its Theoretical Legacies”, 106;

¹⁹⁴ Nomeadamente através do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) associado à Universidade Birmingham e fundado em 1964, entre outros, por Stuart Hall e Richard Hoggart;

¹⁹⁵ Hall, “The Emergence of Cultural Studies and the Crisis of the Humanities” em *The Humanities as Social Technology*, 53 (Summer 1990): 17;

¹⁹⁶ Neste sentido, importa atentar na afirmação de Stuart Hall de que “há toda a diferença no mundo entre compreender a política do trabalho intelectual e substituir o trabalho intelectual pela política”. Hall, “Cultural Studies and Its Theoretical Legacies”, 109;

¹⁹⁷ Hall, “The Emergence of Cultural Studies and the Crisis of the Humanities”, 18;

¹⁹⁸ Antonio Gramsci citado por Kate Crehan em *Gramsci, cultura e Antropologia* (Lisboa: Campo da Comunicação, 2004), 155;

¹⁹⁹ Hall, *Cultural Studies and Its Theoretical Legacies*, 103;

Stuart Hall reconhece que a este projeto intelectual faltou a ligação orgânica a um movimento histórico verdadeiramente transformador. Afinal, o bloco histórico que a partir da década de 1970 assume um caráter transformador e a liderança intelectual e moral da sociedade britânica é aquele que se constituirá em torno do *thatcherismo*²⁰⁰. Como veremos, parte do projeto *thatcherista* assentou na criação de antagonismos vários sugestivos de um perigo fatal para a ideia do “ser britânico”²⁰¹. Procurando estabelecer quem é realmente britânico, vai questionar sistematicamente se é possível ser britânico e militante sindical; britânico e negro; britânico e comunista etc. É neste contexto que podemos encontrar a “profunda vocação histórica” dos estudos culturais enquanto prática a partir da qual podem ser construídas estratégias de resistência por parte daqueles que, em determinado momento histórico, se veem excluídos da ideia de comunidade nacional²⁰².

2.1.1. “Pessimismo do intelecto, otimismo da vontade”²⁰³

Multiplicando-se pelos vários números do *L’Ordine Nuovo*²⁰⁴, esta frase será popularizada no contexto da nova esquerda britânica, entre alguns outros, por Stuart Hall. Servirá de ponto de referência ao trabalho que, a partir de finais da década de 1970, Hall começa a desenvolver com o objetivo de decodificar dois fenômenos que identifica como faces de uma mesma moeda: a consolidação do bloco histórico que vai sustentar o *thatcherismo* e uma profunda crise da esquerda e do Partido Trabalhista britânico em particular²⁰⁵. Naquela curta frase, Gramsci procurava sintetizar aquela que considerava dever ser a concepção socialista de um processo revolucionário: apenas partindo de um confronto direto com a experiência concreta dos trabalhadores, e com o estado da luta socialista - a quota do pessimismo -, poderia surgir a confiança e o otimismo necessários

²⁰⁰ Herbert Pimlott, “Stuart Hall’s Legacy: Thatcherism, Cultural Studies and «The Battle for Socialist Ideas» during the 1980’s” em *Socialist Studies*, 12 (Spring 2017), 120;

²⁰¹ Christopher Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics” (2013). Tese de doutoramento submetida à Universidade de Birmingham - Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais para a obtenção do grau de Doutor em Filosofia, 43;

²⁰² Hall, “The Emergence of Cultural Studies and the Crisis of the Humanities”, 22;

²⁰³ Antonio Gramsci citado em Leo Panitch “On Revolutionary Optimism of the Intellect”, *Socialist Register* vol. 53 (2017), 356;

²⁰⁴ “Revista de Cultura Socialista” afeta ao Partido Socialista Italiano (PSI) editada, entre outros, por Antonio Gramsci que servirá de referência teórica e política ao grupo organizado que em 1921 cindirá com o PSI fundando Partido Comunista Italiano (PCI). Crehan, *Gramsci cultura e antropologia*, 32;

²⁰⁵ Hall, “Thatcherism and the Crisis of the Left”, 2;

à edificação de uma outra ordem. Nas entrelinhas, a estratégia revolucionária urgia à construção de algo novo: a base da ação socialista requeria uma organização política disciplinada e capaz de funcionar como estímulo para a “criatividade revolucionária”²⁰⁶. A crença no seu triunfo, noutro futuro, só poderá advir da ação desencadeada por um encontro violento com o presente.

Em texto publicado em junho de 1987 no *Marxism Today*, revista afeta ao Partido Comunista da Grã-Bretanha²⁰⁷, Stuart Hall interpelava a esquerda britânica para a atualidade desta ideia gramsciana. Neste artigo intitulado *Gramsci and Us*, Hall chamava à atenção para as semelhanças entre o período posterior ao falhanço do momento revolucionário da década de 1920²⁰⁸ e o período a partir do qual escrevia. Com as diferenças que faz questão de sublinhar, Hall descreve dois momentos históricos marcados pela capacidade da direita política em hegemonizar a resposta a derrotas de projetos do campo socialista. O fascismo na década de 1930 e, no seu caso, o bloco conservador liderado por Thatcher, que iniciava um terceiro mandato, eram representativos de novas conjunturas dominadas pela direita e de momentos de profunda crise para uma esquerda que via profundamente abalados os seus pontos de referência. Neste contexto, longe de soluções prontas a aplicar, o contributo gramsciano permitiria começar por questionar a situação política das últimas duas décadas do século a partir de um ponto de vista transformador”²⁰⁹.

De Gramsci, Hall recuperava a ideia da “disciplina da conjuntura” entendida como um primeiro passo rumo ao necessário choque com o “presente tal como ele é”²¹⁰. A centralidade que Hall reserva a esta ideia é facilmente compreensível face à natureza da crítica endereçada a uma esquerda - dominante entre trabalhistas e comunistas britânicos - cuja análise do presente dizia assentar em leituras ritualísticas ou celebratórias²¹¹. A prática da análise conjuntural deveria distanciar-se da forma como as leituras marxistas

²⁰⁶ Gramsci, “Adress to the Anarchists” em *Selections from Political Writings 1910-1920*, 188;

²⁰⁷ Fundado em 1957, o *Marxism Today* funcionará como centro do debate teórico no quadro do Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB). A partir de 1977, com a nomeação de Martin Jacques - da ala reformista do partido - para diretor da publicação, esta assume um papel central na teorização do fenómeno thatcherista e na procura por uma atualização da teoria socialista. Apesar de pertencente ao CPGB, a sua influência estendia-se ao Partido Trabalhista e a outros movimentos de esquerda;

²⁰⁸ Se na União Soviética o governo revolucionário sobrevive à guerra civil e prossegue com a construção de um Estado socialista, no resto da Europa os mais variados movimentos revolucionários são derrotados. Veja-se, a título de exemplo, os casos italiano ou alemão;

²⁰⁹ Hall, “Gramsci and Us”, 162;

²¹⁰ *Ibidem*;

²¹¹ Hall, “Thatcherism and the Crisis of the Left”, 13;

mais ortodoxas generalizavam e dissolviam no quadro de “categorias mecânicas e métodos padronizados” as especificidades históricas que constituíam as particularidades do presente²¹². Apenas desta forma se conseguiria fazer sentido “da junção de contradições muitas vezes distintas embora relacionadas que se movem de acordo com ritmos diferentes, mas condensadas num mesmo momento histórico”²¹³. Por outras palavras, só assim seria possível atentar naquilo que torna um determinado momento histórico necessariamente diferente de qualquer outro.

Traços largos, é a partir desta constatação que se construirá a base das teorizações de autores como Hall e outros “pós-marxistas” em torno da crise das perspectivas socialistas. Para Ernesto Laclau e Chantal Mouffe²¹⁴, qualquer reflexão oportuna neste sentido teria necessariamente de partir da aceitação em “toda a sua radicalidade” das mais variadas transformações da sociedade, escapando à tendência para as “ignorar ou distorcer de forma a torná-las compatíveis com esquemas ultrapassados” e antigas fórmulas de pensamento. Esta teria ainda de partir de uma “inserção total” nas “lutas, desafios e perigos” contemporâneas, com vista à construção de uma relação com o passado assente num “diálogo organizado em torno de continuidades e descontinuidades, identificações e rupturas”, encarando-o como uma realidade “transitória e contingente” e não como uma qualquer “origem absoluta”²¹⁵.

2.1.2. O(s) Interesse(s) Naciona(is)l

Naquele que permanece o mais comentado dos seus textos, Stuart Hall constrói uma das primeiras análises do thatcherismo, o qual, algo precocemente, vai procurar enquadrar historicamente. Refiro-me a *The Great Moving Right Show*, publicado ainda antes da primeira vitória eleitoral de Margaret Thatcher, e no qual é argumentado que a viragem à direita que se fazia era representativa de algo mais do que o natural regresso

²¹² M. Shock, “Stuart Hall, *Marxism Today* and their reception of Antonio Gramsci in the long 1980s” em *Contemporary British History*, 34 (2020), 6;

²¹³ Uma possível definição de conjuntura avançada por Stuart Hall. Hall, “The Great Right Moving Show”, 41;

²¹⁴ Autores que publicam em 1985 o livro *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Central à análise e ao delinear de uma estratégia socialista que os próprios apelidam de pós-marxista;

²¹⁵ Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, “Post-Marxism without Apologies” em *New Left Review*, 166 (November-December, 1987);

dos Conservadores ao Governo. Stuart Hall fala-nos de um momento de transição cujos efeitos antevê estruturais. A esquerda, refere, havia perdido o monopólio sobre as “boas ideias”²¹⁶; ideais como igualdade e liberdade, ou mais concretamente instituições como o Estado, desligavam-se dos significados associados à leitura social-democrata dominante no período do pós-guerra²¹⁷. Como escreveria passado um ano, a social-democracia enquanto força política teria abandonado a tentativa do estabelecimento de uma “liderança moral-social sobre as classes que afirma representar”, teria deixado de “trabalhar o «bom senso» da classe” definido como o “instinto de classe espontâneo”, um “sentido do mundo como injustamente dividido entre classes oprimidas e opressoras”²¹⁸.

Nas contradições inerentes a qualquer projeto social-democrata, Hall via a chave para o entendimento desta viragem à direita de todo espectro político²¹⁹. Assumindo diferentes formas consoante os autores em questão, o “sujeito” desta crise, analisada no âmbito de um mais vasto debate sobre as perspectivas socialistas, será a “constelação de forças sociais” construída em torno do compromisso corporativista entre os “três interesses”: Estado, Capital e Trabalho (incorporado neste acordo por via sindical).²²⁰. Ou seja, serão os mecanismos social-democratas de governar o capitalismo dominantes no período após a Segunda Guerra. Stuart Hall procurou agrupar esta “formação política complexa” que, funcionando como “principal meio de representação política” da classe trabalhadora no governo, se constituiu enquanto “gestor alternativo da crise capitalista” no conceito de *Labourism*²²¹. Cultura política hegemónica na esquerda britânica do pós-guerra, importa referir que este *labourism* extravasava as fronteiras políticas do Partido Trabalhista.

Este é o modelo que, aquando da viragem para a década de 1970, parece esgotar-se. Como sabemos, o seu intuito fora menos o de transformar do que o de conter pela via reformista os efeitos da prolongada crise do capitalismo britânico. Como nota Andrew Gamble, o que resulta da aplicação do modelo social-democrata não é uma mudança de

²¹⁶ Diretamente traduzido do inglês “good ideas”. Deve ser entendido, no sentido que lhe é dado por Stuart Hall, como um sinónimo do conceito gramsciano do “bom senso”, uma parte intrinsecamente contra-hegemónica do senso comum;

²¹⁷ Hall, “The Great Moving Right Show”, 40;

²¹⁸ Hall, “Popular-Democratic vs Authoritarian Populism: Two Ways of «Taking Democracy Seriously»”, 143;

²¹⁹ Hall, “The Great Moving Right Show”, 45;

²²⁰ Hall, “The Crisis of Labourism”, 199;

²²¹ Hall, “The Great Moving Right Show” e “Living with the Crisis”;

rumo em direção ao socialismo. Este representa a acomodação entre as necessidades do capital e as exigências política e economicamente democratizantes vindas de baixo²²². Da autoria de Ken Loach, o documentário *The Spirit of '45* consegue captar esta tensão presente na forma como os Governos do pós-guerra encaixam a crescente pressão exercida pelas classes trabalhadoras na construção de um projeto profundamente reformista na sua génese. A certa altura deste filme, um antigo mineiro recorda a ambiguidade sentida perante o processo de nacionalização dos complexos mineiros. Se, como reconhecem outros entrevistados, as condições de segurança e a produtividade da atividade mineira melhorariam substancialmente, ao nível da divisão do trabalho, dos mecanismos de gestão das minas ou da distribuição da riqueza produzida, tudo permanecia na mesma. Tais relatos concluem com uma questão levantada por um outro trabalhador: “Que tipo de nacionalização foi, afinal, esta?”. Resignado, a resposta é pronta: “A mesma velha mão de sempre no poder”.

A breve referência a este episódio permite-nos sintetizar a contradição central a este projeto político. Se enquanto oposição a um Governo ou enquanto cultura política não-dominante, o projeto social-democrata procura afirmar-se enquanto defensor dos interesses de classe dos trabalhadores, representando-a no espaço da disputa política. Uma vez no Governo, ou assumindo-se enquanto paradigma político dominante, os compromissos assumidos com certos setores do capital forçam uma redefinição da relação entre Partido e classe. É neste contexto que se afirma a retórica do interesse nacional, para Hall a “principal fórmula ideológica através da qual uma sucessão de derrotas é imposta à classe trabalhadora pela social-democracia no poder”²²³. A relação entre o partido e a classe que este procura organizar e representar é re-articulada sob a forma de uma relação entre Governo e população. O espaço da disputa política é reconfigurado.

Encarnando o interesse nacional perante os interesses seccionais dos mais variados grupos de pressão, o Estado social-democrata chama a si mesmo a responsabilidade de criar as condições para o normal funcionamento dos mecanismos de acumulação do

²²² Andrew Gamble, *The Free Economy and the Strong State - The Politics of Thatcherism* (London: Macmillan, 1988), 12;

²²³ Hall, “The Great Right Moving Show”, 46;

capital²²⁴. No quadro do papel reformista a que se propõe, o Estado incorpora vastos setores do capital, regulando-os e integrando-os no compromisso entre capital e trabalho, sem, no entanto, alterar estruturalmente as relações de propriedade e distribuição da riqueza²²⁵. Perante momentos de crise ou de enfrentamento, a social-democracia no poder coloca-se do lado “da nação” contra os “interesses seccionais” de classe²²⁶. O Estado que incorporara no seu seio representantes políticos da classe trabalhadora afirma-se como o principal mediador desta relação, apresentando-se como um espaço neutro, um árbitro na disputa entre classes. Apresenta-se como o instrumento central para o disciplinar da classe que alega representar²²⁷. Sem perspectivas fora da atuação do Estado, o movimento socialista desmobiliza e perde capacidade de ação. De forma hábil, o *thatcherismo* converterá o descontentamento popular para com algumas destas características burocráticas do Estado num assalto completo ao edifício sócio-político da social-democracia do pós-guerra.²²⁸

2.1.3. Uma teoria para a luta de classes “atual”

Em texto datado de 1983, Stuart Hall propunha aos alunos a quem se dirigia um exercício que, apesar da sua simplicidade, nos permite atentar na outra grande crítica por ele apresentada perante a crise das perspectivas socialistas. Tal exercício consistia na análise das notas de rodapé de textos contemporâneos de variados teóricos marxistas, com vista à contabilização das referências à correspondência trocada entre Engels e Marx. Nestes textos, o primeiro começara por reconhecer que a construção da crítica ao idealismo hegeliano teria introduzido na teoria marxista uma dimensão exageradamente determinista no que ao económico diz respeito²²⁹. A citação ou não destes textos permitiria conhecer a posição dos autores no interior do debate em torno do qual Hall considerava dever centrar-se a necessária atualização teórica do socialismo²³⁰. O grande

²²⁴ Sobre a crítica da Nova Direita britânica aos modelos corporativistas de representação ver mais em: Gamble, *The Free Economy and the Strong State - The Politics of Thatcherism*, 30;

²²⁵ Hall, “Popular-Democratic vs Authoritarian Populism: Two Ways of «Taking Democracy Seriously»”, 136;

²²⁶ Hall, “The Great Right Moving Show”, 46;

²²⁷ Hall, “Popular-Democratic vs Authoritarian Populism: Two Ways of «Taking Democracy Seriously»”, 134;

²²⁸ Hall, “The State - Socialism’s Old Caretaker”, 227;

²²⁹ Veja-se a título de exemplo: Karl Marx e Friedrich Engels: *Selected Correspondence 1846-1895 With Commentary And Notes* (London: Lawrence and Wishart, 1943), 475;

²³⁰ Hall, “The Formation of Cultural Studies” em *Cultural Studies 1983 - A Theoretical History*, 22;

desafio à construção de uma teoria socialista para o fim do século seria o de imaginar o futuro do socialismo no quadro das categorias culturais utilizadas pela vasta maioria da população para imaginar o seu próprio futuro²³¹. O desafio seria o da sua adaptação à realidade de uma sociedade capitalista em profunda transformação. Do declínio de alguns dos setores produtivos tradicionais e do sujeito político a si associado, como é descrito por Eric Hobsbawm no seu famoso texto *Forward March of Labour Halted*²³², às alterações decorrentes do acentuar do carácter étnico e de género da divisão do trabalho, passando pela massificação do acesso a bens de consumo e da mercantilização cultural.

Com isto, pareciam dissolver-se também as velhas certezas teóricas em torno de uma inevitabilidade do socialismo como “centro de gravidade natural das ideias da classe-trabalhadora”²³³. No texto acima referido, Hobsbawm alertava para o perigo de um “determinismo histórico” que entendia dominante à esquerda. Para recuperar a sua “iniciativa histórica”, o movimento socialista teria de reconhecer a novidade do tempo presente, correspondendo-lhe com uma teoria e linguagem política capazes de acompanhar as transformações no processo da luta de classes²³⁴. Tal processo teria de começar pela contestação da proposição central à leitura marxista das relações entre o económico, o político e o cultural e, segundo a qual, a cada classe corresponderia naturalmente determinada posição no quadro da luta política²³⁵. Teria de passar pelo reconhecimento da inadequação da ideia de uma correspondência irreversível entre o económico e o político e de uma identificação direta entre base e superestrutura, bem como do condicionamento total exercido pela primeira sobre tudo o resto. Este será, aliás, um dos contributos centrais dos estudos culturais e de análises como estas que procuraram pensar os domínios da produção cultural e do simbólico, da linguagem e do ideológico, em articulação com a sua fundação material e não como uma dimensão a este meramente subordinado²³⁶.

Antecipando o argumento central da obra que pouco tempo depois viriam a publicar, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau chamam à atenção para o surgimento e ampliação de um conjunto de sujeitos políticos com um carácter que definem como “anti-

²³¹ Hall, “Cultural Gap”, 211;

²³² Eric Hobsbawm, “Forward March of Labour Halted?” em *Marxism Today*, 22 (9) (1978): 279-286;

²³³ Hall, “The Battle for Socialist Ideas”, 84;

²³⁴ Hobsbawm, “Forward March of Labour Halted?”, 286;

²³⁵ Hall, “Thatcherism and the Crisis of the Left”, 4;

²³⁶ Hall, “The Formation of Cultural Studies” em *Cultural Studies 1983 - A Theoretical History*, 23;

capitalista”, mas cuja identidade não é construída em torno dos “interesses de classe” associados a uma política de classes tradicional. Os exemplos apresentados remetem, entre outros, para os ativistas dos movimentos-antinucleares, dos movimentos feminista e antiracista²³⁷. Em sentido semelhante, Hall apontara para as alterações na forma como as relações de classe passaram a ser experienciadas. Em causa não estaria o desaparecimento ou sequer o diluir desta relação, mas a forma como esta era percebida perante as transformações decorrentes do triunfo do consumo individual massificado. A “participação de massas” através do “mercado de massas” redefinira expectativas sociais e modificara os padrões de vida da vasta maioria dos trabalhadores, deslocando-os de uma imagem idealizada ainda dominante à esquerda²³⁸.

A ideia da “produção de novas necessidades” enquanto fenómeno intrínseco à atividade humana, desenvolvida por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, pode ser útil para pensar este momento. No quadro da vida em comunidade, os seres humanos satisfazem algumas das suas necessidades, abdicam de uma parte delas e produzem tantas outras, em suma, atuam historicamente²³⁹. A emergência de sujeitos políticos constituídos em torno de um novo tipo de contradições cuja centralidade não reside necessariamente na oposição entre classes é exemplo desta produção de novas necessidades. Escrevendo poucos meses após a eleição de 1983, Hobsbawm apontava para a urgência da criação de uma política capaz de “atravessar linhas de classe”. Nesta nova derrota eleitoral, Hobsbawm via confirmada a ideia de que, continuando a identificar-se como tal, uma vasta maioria dos trabalhadores sentia que o Partido Trabalhista deixará de representar os seus interesses. As mudanças no sentido da construção de uma narrativa política mais abrangente, e dirigida a outros sujeitos, não se prendia com concessões oportunistas. Afinal, não seria oportunista a “crença de que a corrida às armas nucleares é o caminho para o desastre” ou “acreditar que devemos apelar a todas as mulheres e jovens”. Urgia ao *Labour* recuperar o carácter de um “partido popular amplo”, assumindo-se como o centro de gravidade político para “todos aqueles que defendem a democracia”²⁴⁰.

Importa notar que referências como esta multiplicam-se nos textos dos autores aqui em análise, existindo uma convergência em torno da ideia de uma expansão da sociedade

²³⁷ Laclau e Mouffe, “Socialist Strategy: Where Next?” em *Marxism Today*, 25 (1) (January, 1981), 17;

²³⁸ Hall, “Cultural Gap”, 213;

²³⁹ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã* (São Paulo: Boitempo, 2007), 33;

²⁴⁰ Hobsbawm, “Labour’s Lost Millions” em *Marxism Today*, 27 (10) (October, 1983), 9;

civil enquanto espaço onde se vai articular politicamente a diversificação dos “mundos sociais” habitados pela população. Stuart Hall fala de uma expansão “das posicionalidades e identidade disponíveis para as pessoas no quotidiano da sua vida profissional, social, familiar ou sexual” decorrente desta “«pluralização» da vida social”²⁴¹. É retomado o princípio desenvolvido por Gramsci de que a disputa pela hegemonia, longe de se cingir ao aparelho estatal, se desenrola no terreno da sociedade civil, sendo que em Gramsci o entendimento dos limites desta vá além do que convencionado na tradição liberal ²⁴². Desta difusão dos pontos de disputa da hegemonia e, portanto, das dinâmicas de exploração, mas também das resistências que lhes estão associadas, resultará a politização de um conjunto de esferas tradicionalmente ignoradas enquanto espaço de política²⁴³.

Em relação a esta crise da esquerda, Mouffe e Laclau argumentariam que, longe de coincidir com um momento de “reforço do domínio burguês”, esta coexistia com um período de “crise existencial” do próprio sistema capitalista. À viragem para a década de 1980, nem o mais otimista dos capitalistas decretaria o fim da luta de classes como Harold Macmillan o havia feito após a vitória eleitoral conservadora nas eleições de 1959²⁴⁴. A crise da esquerda parecia espelhar a crise dos mecanismos de dominação burguesa na medida em que, para os autores, a sua “forma de existência” construíra-se nas últimas décadas a partir de uma “função de oposição dentro da ordem capitalista”²⁴⁵. Perante as alterações do capitalismo do período do pós-guerra, parecia perigar a pertinência do contributo de um movimento socialista centrado na oposição a um bloco de poder que se transformara profundamente.

Esta viragem, como notam os autores aqui convocados, ultrapassava o terreno do “conjuntural”, assumindo um carácter “orgânico”, ou seja, acarretava consigo efeitos estruturantes. E, mais do que um reflexo da crise do modelo capitalista, deveria ser encarada enquanto uma resposta quase que endógena a tal fenómeno²⁴⁶. Como veremos de seguida, o projeto político *thatcherista* procurará operar nas diferentes dimensões desta

²⁴¹ Hall, “The Meaning of New Times” em *Selected Political Writings* (Durham: Duke University Press, 2017), 261;

²⁴² Crehan, *Gramsci, cultura e antropologia*, 125;

²⁴³ Shock, “Stuart Hall, *Marxism Today* and their reception of Antonio Gramsci in the long 1980s”, 11;

²⁴⁴ “BBC On This Day: 9 October 1959 - Supremacy leads Tories to Victory”. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/october/9/newsid_3095000/3095531.stm;

²⁴⁵ Laclau e Mouffe, “Socialist Strategy: Where Next?”, 17;

²⁴⁶ Hall, “The Great Moving Right Show”, 43;

crise explorando o multiplicar de identidades e posicionalidades a que acima nos referimos. Se a esquerda e em particular o *Labour* pareciam não ter ouvido falar da prática da “guerra de posições”, a Nova Direita concentrada em torno de Thatcher mostrava-se ciente da força material das ideias quando identificadas e integradas num movimento político real²⁴⁷. Como notara Gramsci, se determinadas realidades económicas criam campos de possibilidades, a sua transformação em possibilidades históricas exigia a sua “articulação sob a forma de narrativas persuasivas”²⁴⁸. Vejamos de que formas.

²⁴⁷ Hall, “The Crisis of Labourism”, 207;

²⁴⁸ Crehan, *Gramsci, cultura e antropologia*, 43;

2.2.. O *thatcherismo* enquanto projeto hegemónico

“Para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como dantes e exijam mudanças (...) é necessário que os exploradores não possam viver e governar como dantes e exijam mudanças. Só quando os de baixo não querem o que é velho e os de cima não podem como dantes, só então a revolução pode vencer”²⁴⁹

V. I. Lenine

Lançado na primavera de 1988, o cantor britânico Morrissey encerrava o seu primeiro disco a solo após a saída dos *The Smiths* com uma faixa cujo título pouco deixava à imaginação. *Margaret on the Guillotine* descrevia a morte de Margaret Thatcher como um “sonho maravilhoso” partilhado por todos aqueles que, por oposição à então primeira-ministra, definia como “gentis”. O refrão, repetitivo, questionava: “Quando é que vais morrer?”. Um ano mais tarde, no auge da sua carreira, Elvis Costello lançava *Tramp The Dirt Down* exprimindo com semelhante sadismo a sua vontade em profanar a campa de Thatcher. Desde os primeiros anos dos Governos de Thatcher, uma década antes, canções como *Ghost Town* dos *The Specials* ou *Stand Down* dos *The English Beat* assumiam afincadamente uma posição contra a primeira-ministra britânica. São várias as canções que como estas se tornaram sucessos comerciais de massas ultrapassando as fronteiras de estilos musicais tradicionalmente identificados com esta agressividade lírica.

Outras podiam ser as expressões culturais convocadas para pensar a dimensão e a forma como circulou o debate em torno do carácter distintivo da ideologia, do estilo político ou do programa político do Partido Conservador sob a liderança de Margaret Thatcher. À viragem para a década de 1990, também à escala da investigação histórica, do trabalho jornalístico, houve outras tentativas de descrever, conceptualizar ou teorizar este fenómeno, sobre o qual se construíra mesmo uma pequena “indústria”²⁵⁰. A publicação em 1988 de *The Free Economy and the Strong State* da autoria de Andrew Gamble vem apresentar uma importante reflexão em torno desta proliferação de estudos sobre o *thatcherismo*. Gamble partia da crítica às análises unidimensionais centradas no “carisma” e “personalidade” de uma figura a quem era atribuída uma agência quase ilimitada, mas também àquelas que considerava ignorarem a novidade do *thatcherismo*

²⁴⁹ V. I. Lenine, *A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo* (Lisboa: Edições Avante, 2017), 79;

²⁵⁰ Christopher Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics”, 26;

escudadas na ideia de que este não representaria mais do que uma adaptação eleitoralista dos Conservadores com vista à defesa dos seus interesses de classe²⁵¹.

Para Gamble, o que tornava o conceito apropriado para caracterizar o período e o processo histórico a ele associado era a novidade na forma como Margaret Thatcher se identificara com as ideias da Nova Direita e utilizara, a partir de 1975, a sua posição enquanto presidente dos Partido Conservador, e depois enquanto primeira-ministra, para as difundir de uma forma que descreve como pouco habitual. Em síntese, a novidade residia na recusa à partida de que as soluções para o “declínio britânico” se encontrariam no quadro do consenso político e económico do pós-guerra. Reforçando que todos os “rótulos” simplificam fenómenos políticos complexos e não representam por si qualquer tipo de explicação, o *thatcherismo* deveria ser nome de um fenómeno para investigar e não definição de uma entidade com contornos claramente definidos²⁵².

Na sua óptica, uma análise do fenómeno *thatcherista* nas suas diferentes dimensões deveria partir do conceito de hegemonia. Na sua estratégia e alcance, o projeto político *thatcherista* revelara sempre uma ambição hegemónica: ciente de que um poder efetivo apenas se exerce quando o domínio económico é acompanhado por um domínio moral, intelectual e político, o *thatcherismo* materializara-se em diversas frentes, englobando o económico, o político (no sentido da prática partidária e governamental) e o ideológico²⁵³. A presente análise parte desta constatação. Note-se que esta pretensão hegemónica desde cedo habita a narrativa do *thatcherismo*. Em 1977, dirigindo-se a uma plateia de jovens militantes do seu partido, Thatcher conclui mais um exercício de denúncia da “sociedade permissiva” com um instigante apelo: “Não vemos nada como inevitável. Os homens ainda podem moldar a história”²⁵⁴. Antes de proclamar o fim da história, tomar o seu curso de assalto.

Partamos da frase que abre este ponto na qual Lenine afirma que “Só quando os de baixo não querem o que é velho e os de cima não podem como dantes, só então a revolução pode vencer”²⁵⁵, escrita a propósito de um texto sobre o movimento comunista

²⁵¹ Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 21;

²⁵² *Ibid.*, 22;

²⁵³ *Ibid.*, 25;

²⁵⁴ Margaret Thatcher, “Speech to Greater London Young Conservatives (Iain Macleod Memorial Lecture - Dimensions of Conservatism)” (1977). Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/103411>

²⁵⁵ Lenine, *A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo*, 79;

inglês no início da década de 1920, para pensar o percurso e algumas das principais características do *thatcherismo*. Mantendo-se a geografia, a conjuntura analisada por Lenine transformara-se profundamente. A possibilidade de uma revolução socialista não estaria iminente e grande parte do “movimento comunista” no qual Lenine encontrava o potencial revolucionário do país fora hegemonizado por um Partido Trabalhista comprometido com uma solução capitalista na sua forma social-democrata. Contudo, esta reflexão pode assumir outro alcance. Para Lenine, é a partir dos momentos de crise nacional - aqueles que impactam as classes dirigentes e “arrastam para a política” o que define à época como as “massas mais atrasadas” - que se forjam transformações estruturais em determinada sociedade.²⁵⁶

Pensar o período em análise a partir desta ideia de uma crise nacional capaz de espoletar a entrada em cena de novos sujeitos políticos e de suscitar um sentimento de incerteza entre as classes dominantes pode ser útil para compreender o que representou o *thatcherismo*. Então editor do *Marxism Today*, Martin Jacques publica em 1979 um ensaio no qual procura desenhar a trajetória do impasse do capitalismo britânico desde a década de 1950. Em *Thatcherism - The Impasse Broken*, argumentava que desde meados da década de 1960 se assistia a uma progressiva erosão da base social do bloco histórico sobre o qual assentava a social-democracia britânica do pós-guerra. Para Jacques, este fenómeno traduzia-se numa “crise de autoridade do bloco dominante, da sua liderança e da sua hegemonia sob a sociedade britânica”²⁵⁷. Nas suas versões trabalhistas e conservadoras, a estratégia modernizadora apresentada por sucessivos governos revelava-se incapaz de quebrar o impasse resultante do declínio estrutural da economia britânica e, como referido, da erosão do bloco histórico que servira de base ao consenso social-democrata que enquadrara a política britânica desde 1945²⁵⁸. Sintetizando-a, Jacques apresentava esta conjuntura fazendo ressoar as palavras de Lenine, para ele estava-se perante o momento no qual: “o bloco dominante se revelava incapaz de assegurar o

²⁵⁶ V. I. Lenine, *A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo*, 79;

²⁵⁷ Martin Jacques, “Thatcherism: The Impasse Broken?” em *Marxism Today*, 23 (10) (October, 1979) 7;

²⁵⁸ Os falhanços das reformas introduzidas pelo Governo conservador liderado por Edward Heath, bem como a insuficiência das propostas apresentadas pelos Governos trabalhistas liderados por Harold Wilson e James Callaghan entre 1974 e 1979 contribuíram para o adensar deste impasse e para dramatização política deste período;

consentimento da classe trabalhadora, e a classe trabalhadora se revelava incapaz de se unir em torno de uma solução alternativa”²⁵⁹.

A situação descrita é a de uma crise de hegemonia, de um sentimento de crise nacional facilmente visível nos acontecimentos do período conhecido por *Winter of Discontent*, iniciado em novembro de 1978 e marcado pelas maiores paralisações laborais desde o período do pós-guerra. Como escrevia na conclusão do seu ensaio, um momento de bloqueio com estas características resultaria sempre numa transformação política acentuada; se à esquerda ou à direita, ditava-o a correlação de forças saída do realinhamento das partes em disputa. A eleição de Margaret Thatcher em maio de 1979 representaria o romper deste impasse, representaria a rejeição de um passado fracassado e o triunfo do *thatcherismo* enquanto projeto modernizante que se propunha a resgatar, como de seguida se desenvolverá, o orgulho perdido do Reino Unido²⁶⁰.

Os vários assuntos abordados ao longo deste capítulo têm gravitado em torno de uma questão com uma formulação bastante simples e que, ainda que repetida no conteúdo, considero longe de estar esgotada. Retomando o texto de Martin Jacques, resumia-a da seguinte forma: porque é que, perante o agudizar das contradições da forma social-democrata do capitalismo e o degradar das condições materiais da população, o impasse sentido se desfaz com uma viragem tão acentuada à direita? Por outras palavras, como é que o *thatcherismo* ganha a leitura e perceção popular sobre a crise e, partindo daí, constrói um novo bloco histórico de poder?

2.2.1. Ganhar a crise no “nacional-popular”

Quando nos *Cadernos do Cárcere* a ideia do nacional-popular é desenvolvida por Gramsci, ela aparece primordialmente associada a um “conceito cultural” relacionado com “a posição das massas na cultura da nação”²⁶¹. Contudo, esta ideia assume uma potencialidade política que procuraremos desenvolver. A ideia do nacional-popular remete para um movimento, uma cultura ou uma vontade nas quais uma classe assume uma posição hegemónica a uma escala nacional através da construção de uma aliança

²⁵⁹ Martin Jacques, “Thatcherism: The Impasse Broken?”, 9;

²⁶⁰ Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 43;

²⁶¹ Gramsci citado em Crehan, *Gramsci, cultura e antropologia*, 18;

com grupos sociais que lhe são subalternos²⁶². Tal aliança será tão mais forte quanto maior for a capacidade do grupo hegemónico em convencer os grupos que lhe são subalternos da existência de uma coincidência de interesses e objetivos.

Se a parte referente ao nacional responde por si, é central para esta leitura referir que para Gramsci o popular não se assumia sinónimo de valores e práticas com uma natureza revolucionária. O popular referia-se ao carácter massificado de determinada realidade, dizia respeito aquilo que encontra “as suas raízes no húmus da cultura popular tal como ela é”, mesmo quando esta assume um carácter “atrasado e convencional”²⁶³. A construção deste conceito parte de uma ideia que, ao longo deste texto, temos procurado desenvolver: os mecanismos de dominação política funcionam para além de uma esfera meramente económica, constroem-se e desenvolvem-se a partir de alianças expansivas entre classes ou frações de classe que, como referimos, identificam nos interesses da classe hegemónica algo em comum²⁶⁴. Alcançada uma posição hegemónica no quadro de determinado espaço nacional, poderemos então falar de uma vontade nacional-popular, de um conjunto de interesses e objetivos partilhados por grupos sociais distintos que, fora desta construção ideológica, veríamos como profundamente contraditórios.

Partamos então desta ideia da vontade nacional-popular para pensar o *thatcherismo*. Procurando retirar ilações da década de Thatcher, Stuart Hall publicaria em 1988 um texto no qual começava por afirmar que a primeira aprendizagem a reter seria a de que os “Grandes Temas” não “caem das prateleiras” sem que determinado enquadramento ideológico as revista da coerência a partir da qual estes poderão ser popularmente percecionados e discutidos²⁶⁵. Tal reflexão levava-o à conclusão de que a experiência *thatcherista* era demonstrativa de que a política funcionava e construía-se, sobretudo, na e através da lógica da linguagem²⁶⁶. Importa notar que para Hall, e ao contrário do sugerido por autores como Laclau e Mouffe, o momento de crise a que aludimos e a partir do qual se constrói o *thatcherismo* não se resume ao fracasso do

²⁶² David Forgacs, *The Gramsci Reader - Selected Writings 1916-1935* (New York: New York University Press, 2000), 426;

²⁶³ David Forgacs, *The Gramsci Reader - Selected Writings 1916-1935*, 392;

²⁶⁴ David Forgacs, “National-popular - genealogy of a concept” em *The Cultural Studies Reader* (London: Routledge, 1999), 213;

²⁶⁵ Hall, “Learning from Thatcherism”, 271;

²⁶⁶ *Ibid.*, 273;

sistema discursivo de representação dominante durante a década de 1970²⁶⁷. Contudo, a premissa defendida por Laclau e Mouffe de que apenas é possível fazer sentido da sociedade que habitamos graças aos efeitos estruturantes assumidos pelo discurso é partilhada por Hall e é central à análise que aqui procuro construir²⁶⁸.

A procura por um momento fundador necessário a qualquer narrativa pode levar-nos ao ano de 1968 e à figura de Enoch Powell. Em abril, esta destacada figura do Partido Conservador profere um discurso no qual, a partir de um lugar de destaque político, é ensaiada pela primeira vez uma narrativa de novo tipo com vista ao assalto ao consenso construído por Conservadores e Trabalhistas no período do pós-guerra²⁶⁹. Nesta e noutras intervenções públicas que se seguiram poderíamos encontrar os principais contornos do que viria a ser o *thatcherismo*, o que leva Gamble a descrever Powell como o “primeiro arquiteto de uma nova direção”²⁷⁰. Em síntese, o contributo central de Powell prende-se com a forma como conseguiu enquadrar e articular os efeitos de uma recessão económica em torno da ideia de uma profunda crise de identidade da nação definindo um conjunto de inimigos internos que a faziam perigar. Entendido como um primeiro ensaio do deslocamento social explorado por Thatcher ao longo da década de 1970, é possível afirmar, como escreve Camilla Schofield, que “o *Powellismo* preparou o Reino Unido para a cruzada de Thatcher”²⁷¹.

Na figura de Enoch Powell e no impacto espoletado pela sua intervenção pública (cerca de cem mil cartas chegaram ao seu gabinete após o discurso de Birmingham²⁷²), podemos encontrar um primeiro momento no processo de transformação da direita no que

²⁶⁷ Há em autores como Stuart Hall ou Andrew Gamble uma atenção ao multiplicar das contradições no quadro das políticas prosseguidas pelos diferentes Governos bem como, uma atenção ao agudizar das condições económicas sentidas pela maior parte da população britânica que parece estar ausente das análises de Laclau e Mouffe. Ver mais em Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics”, 51;

²⁶⁸ Laclau e Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy*, 107; Para Laclau e Mouffe: “Todo o objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto existe fora da condição discursiva a partir do qual emerge”.

²⁶⁹ Proferido em abril de 1968 em Birmingham no contexto de um encontro do Partido Conservador, este discurso ficará conhecido pelo nome de *Rivers of Blood*. Nele, Powell assume um discurso abertamente racista procurando construir a ideia de uma crise de identidade do Reino Unido. Sobre E. Powell e este discurso ver mais em: Camilla Schofield, “Enoch Powell and Thatcherism” em *Making Thatcher's Britain* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012), 95-110;

²⁷⁰ Gamble, *The Strong State and Free Market*, 176;

²⁷¹ Schofield, “Enoch Powell and Thatcherism”, 98;

²⁷² Amy Whipple, “Revisiting the “Rivers of Blood” Controversy: Letters to Enoch Powell” em *The Journal of British Studies*, 48 (03) (2009), 718; Sobre o discurso de Enoch Powell e o seu significado ver: Shirin Hirsch, *In the shadow of Enoch Powell: Race, locality and resistance* (Manchester: Manchester University Press, 2018);

Stuart Hall definiu como uma “força política ativa”²⁷³. Ou seja, uma força política comprometida com uma lógica transformadora que encarava a crise como uma oportunidade para a reconstrução de todo o campo político. Como nota Gamble, a incapacidade revelada por Conservadores e Trabalhistas em quebrar o impasse a que anteriormente aludimos abriu espaço para a constituição da corrente política da Nova Direita. Aquando da eleição de Thatcher para a presidência do Partido Conservador em 1975, esta corrente radical ocupava já o centro político e intelectual da direita britânica e revelava a sua ambição hegemónica²⁷⁴. Citando Thatcher em discurso proferido nesse mesmo ano: “o nosso objetivo é a construção de uma sociedade próspera, não de um sistema económico”²⁷⁵.

O argumento central a este texto é o de que o *thatcherismo* surge e consolida-se inicialmente enquanto uma “lente” com que observar e fazer sentido de tão prolongado e profundo período de crise²⁷⁶. Recorrendo à terminologia utilizada por Laclau e Mouffe, o *thatcherismo* constrói-se inicialmente enquanto um novo “campo de discursividade” com vista à substituição daquele que fora hegemónico nas décadas após 1945²⁷⁷. Agindo desde o primeiro momento no terreno contraditório da ideologia popular, é nesta disputa em torno da leitura da crise que considero que o projeto *thatcherista* se constrói enquanto uma vontade nacional-popular. Retomando Gramsci pelas palavras de Kate Crehan, é neste processo que a “matéria-prima da experiência de classe” é moldada em torno de “uma narrativa política convincente e coerente na qual os indivíduos reconhecem a sua situação” e são motivados a agir coletivamente²⁷⁸. Parecendo seguir estas prescrições gramscianas, o *thatcherismo* construir-se-á nesta articulação entre interesses económicos e sociais correspondentes a grupos e classes bastante distintas em torno de uma narrativa dedicada à compreensão da crise.

Como nos sugere Stuart Hall, podemos partir para a análise deste processo de redefinição ideológica dos interesses de classe e, consequentemente, da sua

²⁷³ Hall, “Popular Democratic vs Authoritarian Populism”, 125;

²⁷⁴ Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 182;

²⁷⁵ Margaret Thatcher, “Speech to Conservative Central Council”, (1975). Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/102655>;

²⁷⁶ Importa referir o trabalho de Louise Phillips em torno das persistências e impactos do discurso *thatcherista* no qual é argumentado que o campo das “práticas discursivas” assumiu particular centralidade no caso do *thatcherismo*. Louise Phillips, “Hegemony and Political Discourse: The lasting impact of Thatcherism” em *Sociology* 32 (4), (1998), 847-867;

²⁷⁷ Christopher Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics”, 39;

²⁷⁸ Crehan, Gramsci, cultura e antropologia, 180;

“reapresentação” política a partir do conceito da “sociedade da lei e da ordem”²⁷⁹. Em síntese, podemos encontrar nesta ideia a chave da leitura da crise a partir da qual se constrói a referida vontade nacional-popular que alavanca o bloco de poder *thatcherista*. Como em toda a narrativa do *thatcherismo*, a questão da lei e da ordem assenta numa leitura profundamente moralista e maniqueísta da sociedade britânica. A cadeia de equivalências que constrói segue um raciocínio simples com um objetivo bastante definido, o da construção de um “outro” com quem procura antagonizar.

Como nota Laclau, a definição de um qualquer discurso, neste caso a construção do sujeito de uma alternativa política e das hipóteses para a sua construção, implica sempre a definição daquilo que está para lá dos seus limites. Ou seja, implica sempre uma definição daquilo e daqueles que exclui²⁸⁰. O caso do *thatcherismo* destaca-se pela forma como define este antagonismo através desta sociedade da lei e da ordem. Partindo de uma narrativa na qual a ideia da conspiração ocupa um lugar central, opõe-se uma ideia de “interesse nacional” que, como nota Hall, “se torna inequivocamente identificada com quaisquer que sejam as políticas adoptadas pelo Estado”²⁸¹, aos interesses de um conjunto de “minorias” que são apresentadas como uma ameaça para a identidade britânica. Teoricamente, uma ameaça para a totalidade deste discurso.

Todas as crises têm as suas causas. Como referimos, esta crise resulta do desgaste do capitalismo britânico na sua forma social-democrata, das suas formas de representação política e dos seus mecanismos de acumulação e distribuição do capital. Contudo, a forma como determinada crise é percepcionada parte sempre de uma subjetividade inerente à experiência humana. E é neste campo que intervém a leitura *thatcherista* da crise. Inicialmente experienciada como um “mal-estar difuso” e uma “perturbação de pontos de referência morais” que provocam uma “onda de ansiedade social não localizada”, esta evolui no sentido da definição de alvos mais concretos²⁸². Lord Hailsham, destacado político conservador, sintetizaria esta ideia numa intervenção na qual de uma assentada juntava a guerra no Chipre e massacres no Sudão, o movimento *Black Power* e os

²⁷⁹ Conceito desenvolvido, entre outros, nos seguintes ensaios: Hall *et. all.*, “Living with the Crisis”, 19-38; e Hall, “1970: Birth of the law and order society” em *Selected Political Writings*, 158-171; e em S. Hall, J. Clarke, C. Critcher, T. Jefferson and B. Roberts, *Policing The Crisis* (London: Macmillan), 1978;

²⁸⁰ Laclau, “Populismo: o que há num nome?” em *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão* coor. Bruno Peixe Dias e José Neves (Lisboa: Tinta da China, 2010), 55;

²⁸¹ Hall *et. all.*, *Living with the Crisis*, 20;

²⁸² *Ibid.*, 34;

assassinos de Kennedy, a Irlanda do Norte e a Sociedade da Língua Galesa, grevistas britânicos nos hospitais e nos transportes e até os pescadores de bacalhau islandeses como parte de um mesmo “caminho perigoso”²⁸³. Simultaneamente, a ameaça “à forma de ser britânica” chega de todo e, paradoxalmente, de lado nenhum.

Escrevendo comparativamente sobre os tumultos que em outubro de 1985 estalam em Londres e a longa greve dos mineiros esmagada pelo Governo de Thatcher meses antes, Hall destacava a forma como, perspectivadas sob a lente “da lei e da ordem”, todas as questões se transformavam rapidamente num confronto entre bem e mal, autoridade e desordem, moral e decadência²⁸⁴. Esta é, aliás, uma ideia várias vezes veiculada no discurso *thatcherista*. Em março de 1978, a um ano da eleição que a faria primeira-ministra, Thatcher enunciara: “para mim (...) e para a maioria das pessoas comuns, o céu e inferno, o certo e errado, o bom e mau são questões que contam”²⁸⁵. Como escreveria noutra ocasião, desta forma, ao impulso de restrição e controlo sentido a partir de cima e exercido a partir do Estado, acrescia uma pressão popular que o legitimava. O sentimento de um “pânico moral” converge e coincide com a percepção de uma ameaça ao Estado, nas palavras de Hall: “as ansiedades de muitos são orquestradas com a necessidade de controlo de poucos”²⁸⁶.

Em termos gerais, o que estava errado concentrava-se em torno da ideia da “permissividade da vida social”²⁸⁷. No fundo, a consequência direta de uma sociedade vítima de um “modelo estatista decrépito” que castrava a liberdade individual dos seus cidadãos e os subjugava aos imperativos coletivistas inerentes ao “socialismo decadente” que assolava o Reino Unido desde o fim da guerra²⁸⁸. Não deixa de ser curioso notar a utilização frequente de expressões como “feitiço” para falar sobre o Estado Social ou o

²⁸³ J. Griffith, “Hailsham - Judge or Politician” em *New Statesman* (13 June, 1975) citado em Hall *et. all*, *Policing the Crisis*, 311;

²⁸⁴ Hall, “Cold Comfort Farm”, 75;

²⁸⁵ Margaret Thatcher, “Speech at St Lawrence Jewry (“I Believe - A speech on Christianity and Politics”)), (1978). Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/103522>

²⁸⁶ Hall *et. all*, *Living with the Crisis*, 35;

²⁸⁷ Sobre a ideia da “sociedade permissiva” importa citar Gamble: “O *thatcherismo* aparecia como a voz autêntica de uma classe trabalhadora branca e patriarcal pregadora da importância de uma nação e família fortes para assegurar a coesão social (...). O projeto *thatcherista* era sobre reclamar a nação e a família das forças políticas e ideológicas desencadeadas nos anos 60 e que ameaçavam subverter ambas”. Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 197;

²⁸⁸ Hall, “The Empire Strikes Back”, 72;

movimento sindical²⁸⁹. Remetendo para uma ideia tantas vezes convocada pelo *thatcherismo*, esta sociedade permissiva ameaçava, em última instância, a herança Vitoriana e valores como a frugalidade, honestidade, reverência e uma capacidade empreendedora e de trabalho árduo que lhe estariam associados e figurariam no núcleo da identidade britânica²⁹⁰.

Como vimos, o *thatcherismo* operava no campo da moralidade popular, conjugando as referidas “ansiedades populares” construídas em torno de temas não politizados de uma forma convencional (como o crime e os tumultos, expressões culturais associadas a “subculturas” e a movimentos de jovens²⁹¹), com questões tradicionalmente encaradas como políticas, como por exemplo as relacionadas com o movimento sindical. Como sintetizado por Stuart Hall, o *thatcherismo* enquanto ideologia dirige-se aos medos, ansiedades, o sentimento da perda de identidade de um povo. Citando-o: “convida-nos a pensar a política em imagens”, dirige-se “às nossas fantasias coletivas, à Grã-Bretanha como uma comunidade imaginada, ao imaginário social”²⁹².

Na sua *Razão Populista*, Ernesto Laclau definiu o populismo enquanto uma estratégia discursiva através da qual se procura traçar uma divisão entre dois campos da sociedade, apelando à mobilização do “povo” contra aqueles que “estão no poder”. Reconhecendo que o povo “não é uma expressão de natureza ideológica”, mas um modo de constituir a unidade de um grupo que aspira a ser concebido enquanto a única totalidade legítima²⁹³, Laclau encara o populismo enquanto uma forma de agir politicamente que pode ser mobilizada a partir de campos políticos e ideológicos bastante distintos. O “povo” enquanto sujeito político é então constituído a partir da cristalização de uma “cadeia de equivalências”. Cadeia essa construída a partir da relação de afinidade estabelecida entre diversas reivindicações que, uma vez articuladas e opostas a um mesmo campo antagónico, emergem com uma certa unidade²⁹⁴. Em suma, a política do populismo consiste no processo através do qual divisões de classe e dos interesses

²⁸⁹ Hall, “The Crisis of Labourism”, 206; Ben Jackson e Robert Saunders, Introduction: Varieties of Thatcherism em *Making Thatcher’s Britain*, 28;

²⁹⁰ Florence Sutcliffe-Braithwaite, “Neo-liberalism and morality in the making of Thatcherite social policy” em *The Historical Journal - Cambridge University Press*, 55 (2) (2012), 497-520;

²⁹¹ Sobre as “subculturas juvenis” enquanto práticas de resistência no Reino Unido do pós-guerra importa fazer referência a uma das obras fundadoras do CCCS publicada em 1975: Stuart Hall e Tony Jefferson (eds.), *Resistance through Rituals*, (London: Routledge, 2006).

²⁹² Hall, “Gramsci and Us”, 167;

²⁹³ Laclau, *On Populist Reason* (London: Verso Books, 2005), 73, 85;

²⁹⁴ *Ibid.*, 93;

associados à identidade de cada indivíduo são dissolvidos com vista à construção de uma unidade indiferenciada representada no e pelo “povo”²⁹⁵.

Associado a este conceito, Chantal Mouffe desenvolveu a hipótese do “momento populista” para pensar os processos desencadeados por crises de hegemonia e através dos quais se processam a desarticulação de blocos históricos de poder existentes e o surgimento de um sujeito político coletivo - o povo - que procura reconfigurar uma ordem social que sente como injusta²⁹⁶. Se Mouffe explora esta ideia no contexto das transformações políticas decorrentes da crise do capitalismo de 2008, é a própria quem encontra no *thatcherismo* um ponto de referência histórico para pensar momentos de quebra de hegemonia. Neste sentido, o fenómeno que temos abordado ao longo deste ponto pode ser lido à luz desta hipótese do momento populista.

Como vimos, o *thatcherismo* constrói-se desde cedo com base numa estratégia populista e triunfa a partir do momento em que passa a ser percecionado como parte do “povo”, como uma força oposta ao poder instituído. Como escreve Andrew Gamble, “um dos marcos de Thatcher foi a sua disposição em reconhecer que um fosso se tinha aberto entre o povo e as instituições” e em trabalhar sobre ele a partir de uma lógica populista²⁹⁷. O “povo” do qual o *thatcherismo* se procurou assumir como intérprete histórico diferia profundamente do “povo” em torno do qual se construíra o compromisso social-democrata do pós-guerra. De forma a apresentar-se do lado do “povo”, o projeto político *thatcherista* tinha de anular o caráter de classe presente nas divisões entre o poder e o que se lhe opõe. A fronteira traçada pelo *thatcherismo* não passaria mais por categorias como capital ou trabalho, antes assentaria, como referimos, numa leitura moralista da sociedade.

O *thatcherismo* recuperava o imaginário das Duas Nações, mas, contrariamente ao descrito por Benjamin Disraeli um século antes, o que as dividia não era a posse ou não de riqueza²⁹⁸. O “socialismo” do pós-guerra contribuía profundamente para a criação da

²⁹⁵ *Ibid.*, 96;

²⁹⁶ Mouffe, *Por um populismo de Esquerda* (Lisboa: Gradiva, 2019), 23;

²⁹⁷ Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 173;

²⁹⁸ Referência a Benjamin Disraeli, primeiro-ministro conservador entre 1874 e 1880 e durante um breve período em 1868. Em 1845 Disraeli publicou um romance intitulado *Sybil* no qual disserta sobre o perigo representado pelas crescentes desigualdades sociais decorrentes do processo de industrialização e que, em última instância, poderia levar a uma divisão do Reino Unido em duas nações, a dos ricos e a dos pobres. Sobre esta questão ver mais em: Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 141;

mais estratificada das sociedades, longe de uma sociedade sem classes o resultado de décadas de opção socialista saldara-se na divisão profunda entre uma elite burocrática adjacente ao funcionamento do Estado e restante população refém desta elite²⁹⁹. Do lado destes últimos, o *thatcherismo* assumia-se defensor da liberdade, representante da vontade do “povo” e polo de contra-poder a um Estado burocrático e corporativista, refém da vontade das minorias.

A referência ao “grande sindicato da Nação”, expressão cunhada por Edward Heath e popularizada durante a década de 1970 como forma de denúncia dos “interesses seccionais” dos trabalhadores, é desta lógica exemplo: enquanto sujeito de uma prática política populista, “o povo” totaliza a representação de distintas reivindicações populares; desta forma, sindicatos, imigrantes ou mulheres são encarados como corpos estranhos ao “povo” e, por sinal, à “Nação”. Seguindo a lógica de Thatcher, são inimigos internos. Como nota Gamble, a unidade nacional *thatcherista* não poderia nunca ser uma unidade de toda a nação, visto que o país que ambicionava restaurar “tornaria ilegítima a ideia de uma sociedade plural”³⁰⁰.

Traços largos, este ponto procurou lidar com algumas das características de uma nova política hegemónica que, ultrapassando-a, se constrói em torno da figura de Margaret Thatcher. Na procura por uma designação, Stuart Hall desenvolveu o conceito do “populismo autoritário”³⁰¹ para definir a dimensão hegemónica do projeto *thatcherista*. De forma resumida, a ideia do populismo autoritário remete para a combinação entre a imposição a partir “de cima” de um regime de disciplina social assente no alargamento dos mecanismos repressivos do Estado e uma simultânea mobilização popular a favor deste processo³⁰². Recuperando uma terminologia gramsciana, este conceito remeteria para momentos nos quais a balança de forças entre coerção e consentimento característica dos regimes democráticos se inclinaria a favor de

²⁹⁹ Florence Sutcliffe-Braithwaite, “Neo-liberalism and morality in the making of Thatcherite social policy”, 519;

³⁰⁰ Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 198;

³⁰¹ Como explica no texto “Authoritarian Populism: A Reply to Jessop et al.”, a ideia do “populismo autoritário” constrói-se a partir de uma releitura e de uma adaptação à realidade britânica do conceito de “estatismo autoritário” desenvolvido por Nicos Poulantzas na sua obra *State, Power and Socialism*.

³⁰² Hall, “The Toad in the Garden: Thatcherism among the Theorists” em *Marxism and the Interpretation of Culture* (London: Macmillan, 1988) , 40;

um polo autoritário sem fazer perigar a “quota” do consentimento necessária à construção de qualquer projeto hegemónico³⁰³.

O projeto *thatcherista* procurou o seu fundamento no apelo a um “povo” necessitado de “ordem” perante uma crise moral intrínseca à sociedade permissiva criada por décadas de “estatismo socialista”. O centro deste apelo populista metamorfoseara-se consoante as necessidades do momento, procurando enraizar-se “nas categorias essencialistas da experiência do senso comum e do moralismo prático”³⁰⁴. Contra o movimento sindical com o seu mais mediático momento nos anos de 1984 e 1985, pelo reavivar de pontos de referência tradicionalistas e reacionários com a Guerra nas Malvinas em 1982 ou contra a população imigrante nos primeiros anos após a sua eleição. Tudo isto, obedecia a um mesmo objetivo, o da definição de uma identidade e do seu antagonismo, o da construção do “povo” e “nação” enquanto agentes históricos profundamente reacionários. Neutralizando o seu impulso popular, no lugar de uma ruptura popular procede-se à construção de uma unidade populista, como escreve Stuart Hall “a excitação do sentimento populista é cortada e subsumida ou transformada na identificação com a autoridade e os valores do tradicionalismo”³⁰⁵. Em suma, podemos encontrar na ideia do populismo autoritário uma definição para a tensão, aparentemente paradoxal, sob a qual o *thatcherismo* se cimentou enquanto um novo bloco histórico de poder assente numa verdadeira vontade nacional popular, aquela que não reflete mas constrói unidade a partir da diferença³⁰⁶.

2.2.2. Uma governamentalidade *thatcherista*?

Parecendo contrariar um conjunto de ideias comumente associadas à sua figura e às políticas neoliberais em geral, Thatcher viria a afirmar em outubro de 1975 que, longe de uma explicação economicista, tanto as causas como as soluções para os problemas económicos do Reino Unido não se encontrariam nunca no campo do económico. Para a recém-eleita líder do Partido Conservador, os dois grandes desafios do seu tempo

³⁰³ Hall, “The Great Moving Right Show”, 42;

³⁰⁴ Hall, “The Empire Strikes Back”, 71;

³⁰⁵ *Ibid.*, 73;

³⁰⁶ Hall, “Gramsci and Us”, 166;

prendiam-se com questões da ordem da moralidade e da política e, apenas por arrasto, se assistiria às necessárias transformações na ordem do económico³⁰⁷.

Refletindo acerca das políticas sociais desenhadas durante este período, Florence Sutcliffe-Braithwaite descreveu o *thatcherismo* como uma “ideologia coerente orientada pela visão de um rejuvenescimento moral” envolvendo “a apropriação do monetarismo económico mas a rejeição do imposto sobre o rendimento negativo³⁰⁸ de Milton Friedman”³⁰⁹. Reforçando a ideia do aparente paradoxo existente entre a narrativa tradicionalista e o discurso de apologia a uma liberdade construída a partir do mercado, Sutcliffe-Braithwaite sublinhava a elasticidade do *thatcherismo* no que à incorporação de diferentes componentes da doutrina económica neoliberal diz respeito. No mesmo sentido, Stuart Hall chamara à atenção para a forma como o *thatcherismo* colocara sempre “a questão nacional-moral acima da questão económica”. Afinal, a agenda moral do *thatcherismo*, ancorada numa “classe média” em processo de definição identitária, funcionara sempre como a linha da frente do seu projeto populista³¹⁰.

Nem Thatcher, nem Hall, nem Sutcliffe-Braithwaite procuraram com estas e outras reflexões descurar a dimensão económica do *thatcherismo*. O que agrega estas três ideias é que não encaram o “económico” como uma esfera autónoma sujeita às suas próprias regras, mas enquanto um espaço de representação com vista à formação de uma “nova objetividade” que, no contexto da degradação do sistema construído em torno da opção keynesiana, vai assumir uma função estruturante³¹¹. De uma forma geral, podemos afirmar que neste contexto a “economia” é encarada como o conjunto de mecanismos e dispositivos a partir dos quais se procura governar determinada sociedade e a sua população. Por outras palavras, nestas três intervenções podemos encontrar uma referência ao *thatcherismo* enquanto um projeto governamental, uma

³⁰⁷ Margaret Thatcher, “Speech to Conservative Party Conference” (1975). Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/102777> ;

³⁰⁸ Ideia que ganha força com a publicação de *Capitalism and Friedman* de Milton Friedman em 1962. Como defendido por Friedman, o *negative income tax* passaria pela transferência de uma prestação do Estado para uma parte da população com baixos rendimentos que deixaria de pagar impostos. De um ponto de vista teórico, a prestação paga pelo Estado seria calculada a partir da diferença entre o rendimento do beneficiário e um limite de rendimento ou um nível a partir do qual se começa a pagar impostos sobre o rendimento.

³⁰⁹ Florence Sutcliffe-Braithwaite, “Neo-liberalism and morality in the making of Thatcherite social policy”, 520;

³¹⁰ Hall, “No Light at the End of the Tunnel”, 85;

³¹¹ Christopher Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics”, 60;

governamentalidade. Desenvolvido no capítulo anterior, este conceito permite-nos refletir sobre algumas das características centrais do *thatcherismo*.

Antes de mais, importa atentar na forma como a própria Margaret Thatcher aborda esta questão. Na já citada entrevista ao *Sunday Times*, Thatcher afirma: “A economia é o método, o objetivo é mudar a alma”³¹². Como vemos, Thatcher refere-se diretamente à “economia” como um método, um conjunto de mecanismos, através do qual o projeto político em si personificado procura agir no campo do “espírito”. Nesta curta afirmação, é a própria quem parte da ideia da governamentalidade para pensar o seu projeto político. Se o objetivo passava pela “libertação” de um país refém de opções estatistas, o *thatcherismo* propunha-se a fazer do mercado a tecnologia governamental libertadora. Recuperando a leitura foucaultiana do neoliberalismo que desenvolvemos no primeiro capítulo, podemos entender o *thatcherismo* enquanto expressão de uma governamentalidade neoliberal. Se, como escreveu Foucault, o neoliberalismo passa por uma “regulação geral da sociedade pelo mercado”³¹³, as palavras de Thatcher acima citadas corroboram esta ideia. No contexto da sua investigação sobre as múltiplas facetas do neoliberalismo na política britânica³¹⁴, Christopher Byrne encontra no *thatcherismo* um projeto hegemónico “concebido para assegurar apoio popular generalizado” ao “ataque à forma social liberal de governo que predominou no período pós-guerra” e à “emergência de uma nova configuração governamental”³¹⁵.

Como vimos, mais do que um processo de “colonização” do Estado pelo mercado, devemos encarar o neoliberalismo enquanto uma “colonização” do mercado pelo Estado, por meio de uma racionalidade política que ambiciona impor a disciplina do mercado a toda a sociedade³¹⁶. Pode ser útil pensar a política *thatcherista* à luz desta ideia. Recorrentemente utilizada, a expressão cunhada por Andrew Gamble para definir o *thatcherismo* (“Economia livre, Estado forte”) permite-nos pensar o seu caráter profundamente intervencionista. Um projeto que, como escreveu Stuart Hall, ambicionava “transformar o Estado de forma a reestruturar a sociedade”³¹⁷ implicava a

³¹²Margaret Thatcher, “Interview for Sunday Times” (1981). Disponível em <https://www.margaretthatcher.org/document/104475>;

³¹³ Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 190;

³¹⁴Uma parte substancial desta encontra-se publicada em: Christopher Byrne, *Neoliberalisms in British Politics* (London: Routledge, 2019);

³¹⁵ Christopher Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics”, 74;

³¹⁶ *Ibid.*, 79;

³¹⁷ Hall, “Gramsci and Us”, 163;

adoção de uma postura ativa por parte do Estado. Para Gamble, a existência de um Estado forte assume-se desde cedo como uma condição indispensável para a construção do *thatcherismo*. Este intervencionismo não se cingia ao “quebrar das resistências durante o processo de desvinculação dos compromissos da social-democracia”, mas participava da “remodelação do quadro institucional da economia livre” através do qual “os cidadãos são forçados a ser livres e empreendedores”³¹⁸.

A análise de uma cronologia com alguns dos momentos mais mediáticos dos governos de Margaret Thatcher permite-nos visualizar este intervencionismo estatal nas suas diversas dimensões. Em 1981 através da polícia no contexto dos *riots* que estalam nas principais cidades britânicas; na sua forma militar e na frente externa, com a invasão das Malvinas em 1983; nos anos seguintes, conjugando um imenso aparato policial com uma guerra jurídica contra o sindicalismo, é esmagada a longa greve dos mineiros³¹⁹; em 1983, no contexto das políticas de saúde e em 1988 em contexto escolar, quando através da lei o Governo impõe a contratação externa de serviços como os de lavandaria, distribuição alimentar ou limpeza, criando e assegurando o funcionamento de novos mercados³²⁰; através de investimentos financeiros, como os realizados com o objetivo de tornar apelativa a adesão a fundos de pensões privados ou de tornar competitivas as empresas candidatas à privatização dos caminhos de ferro³²¹; ou, por fim, em 1988, também através da lei com a aprovação da “*Section 28*”, que proibia a “promoção da homossexualidade”³²².

Se o *thatcherismo* se constitui inicialmente enquanto um “corpo negativo de ideias” construído por oposição ao “socialismo” nas suas mais diversas formas³²³, o *thatcherismo* “no poder” segue uma lógica semelhante. As categorias com que se operava a divisão entre “bem” e “mal” na sociedade britânica permanecem as mesmas. O “evangelho

³¹⁸ Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 43;

³¹⁹ Sobre o *thatcherismo* e o sindicalismo ver: David Marsh, *The New Politics of British Trade Unionism: Union Power and the Thatcher Legacy* (Basingstoke: Macmillan, 1992);

³²⁰ Referência ao “NHS Management Inquiry” de 1983 e ao “Education Act Reform” de 1988;

³²¹ Ao longo de toda a década de 1980, o investimento público efetuado com o objetivo anunciado de tornar o setor público apelativo ao investimento do setor privado alcançou os vários biliões de libras. Sobre o processo de progressiva privatização da segurança social escreve C. Byrne: “Financial incentives introduced after 1985 for people to opt out of SERPS and take up private personal or occupational pensions cost the national insurance fund £2bn”. Christopher Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics”, 80;

³²² Sobre este processo legislativo e outras ações semelhantes ver mais em: Matthew Grimley, *Thatcherism, morality and religion* em *Making Thatcher's Britain*, 78-94;

³²³ Robert Saunders, “‘Crisis? What crisis?’ Thatcherism and the seventies” em *Making Thatcher's Britain*, 40;

positivo do mercado” enquanto política oficial de Estado legitimava a condição de pobreza e exclusão social de vastas camadas da população³²⁴. Nas suas memórias, Thatcher desenvolve a ideia do pobre “não merecedor”, definindo-o como aquele que perde a “vontade ou hábito de trabalhar” e de “progredir pessoalmente”, representando a “cultura da dependência” alimentada pelo estado-providência³²⁵. Os governos de Thatcher não inauguram a pobreza, tal como o Governo de Richard Attlee não inaugurara a social-democracia em 1945, mas nesta nova fase a existência de pobreza é tida como “correta e adequada” na medida em que a implicasse que a população britânica voltasse a “endurecer as fibras morais, adquirir auto-suficiência e deixar de depender do Estado Providência”³²⁶.

O que está em causa é uma profunda transformação da racionalidade governamental dominante até então. Convocando de Hayek a argumentação em torno da impossibilidade da existência de um “bem comum”, qualquer lógica de governo semelhante à social-democrata deixava de fazer sentido. Em entrevista televisiva datada de 1983, Thatcher seria convidada a sintetizar as suas noções de justiça, igualdade e compaixão. Encarando a ideia da igualdade enquanto um primeiro passo para a construção do “totalitarismo”, a justiça e compaixão passavam a estar diretamente relacionadas com a capacidade de cada indivíduo assumir a sua independência perante o Estado. A ideia *thatcherista* de país assentava no princípio de que se cada indivíduo possuísse “a sua própria participação de propriedade pessoal (...) e as suas poupanças” e ambicionasse “conservar o seu valor”, a liberdade floresceria. Parafraseando-a, seria por aqui que se construiria “uma nação”, ou seja, o denominador comum capaz de unir um país e a matriz da racionalidade governamental³²⁷.

A doutrina económica neoliberal materializava-se no quotidiano da população, incrustando-se na linguagem popular e nos seus imperativos morais, traços largos, no seu senso comum. Hall fala de uma conversão da “economia dura” numa “linguagem do moralismo compulsivo” e de uma “ideologia teórica” numa “linguagem populista”³²⁸. Conceitos económicos como os do monetarismo ou da *public choice theory* não penetram

³²⁴ Hall, “The Crisis of Labourism”, 199;

³²⁵ Margaret Thatcher, *Os anos de Downing Street* (Lisboa: Bertrand), 624;

³²⁶ Hall, “Cold Comfort Farm”, 78;

³²⁷ Margaret Thatcher, “TV Interview for London Weekend Television Weekend World (“Victorian Values”)), (1983). Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/105087>

³²⁸ Hall, “The Toad in the Garden: Thatcherism among the Theorists”, 47;

por si só o campo da ideologia popular. A sua tradução é operada a partir dos lugares de enunciação política, da comunicação social e dos diversos aparelhos de produção cultural integrados nas dinâmicas mercantis. O monetarismo não remetia para Friedman ou para Chicago, mas para a necessidade imperiosa de gerir as finanças do país como se de um orçamento familiar se tratasse. Da mesma forma, a inflação remetia para um conjunto de descontentamentos sociais que pouco diziam sobre o fenómeno inflacionário em si, mas que para Thatcher representavam a maior das ameaças para “a fábrica social da nação”³²⁹.

Recuperando Foucault e a sua leitura do neoliberalismo, podemos encontrar no fenómeno *thatcherista* o encontro das duas ramificações que para o filósofo e historiador francês davam corpo a uma governamentalidade neoliberal. Como nota Sutcliffe-Braithwaite, o *thatcherismo*, assumindo que “os quadros económicos e legais têm efeitos culturais formativos a longo prazo”, atribuiu um “papel fundamental à estrutura”³³⁰, às instituições da “normalização disciplinar”. Se, como vimos, o “rejuvenescimento” britânico teria de ocorrer a um nível cultural, o Estado teria igualmente de intervir no processo da “normalização biopolítica”, um poder exercido a partir do interior das práticas, a partir do interior dos próprios indivíduos. O Estado forte, teria de formar sujeitos tendentes à aceitação da “economia livre” e das suas regras. Como escreve Gamble, “o plebiscito diário do mercado” substituíra qualquer mecanismo democrático-liberal no que à construção do cidadão-modelo do Estado dizia respeito³³¹.

O caso do *thatcherismo* é particularmente emblemático pela forma como opera ao nível da relação entre cidadãos e as diferentes facetas do Estado social, a marca da social-democracia do pós-guerra. Ancorada na ideia forte do *value for money*³³² e dos “custos excessivos” do seu funcionamento, os serviços públicos tornam-se paulatinamente sujeitos a uma lógica de gestão privada. Através da sua privatização, da aplicação de objetivos que impossibilitam o cumprimento de um serviço público ou da criação de mecanismos artificiais concorrenciais, procede-se à reconversão do cidadão que recorre

³²⁹ Citada em Christopher Byrne, “Neo-Liberalisms in British Politics”, 61;

³³⁰ Florence Sutcliffe-Braithwaite, “Neo-liberalism and morality in the making of Thatcherite social policy”, 512;

³³¹ Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 57;

³³² A ideia do “value for money” traduzida como “valor por dinheiro”, expressada lexicalmente de diversas formas, torna-se bastante popular no país. Citando Louise Phillips esta ideia: “liga a sua [dos cidadãos] experiência como beneficiário de serviços às suas próprias experiências como compradores, e assim liga o mundo privado das pessoas ao mundo público da política, a audiência é abordada como consumidor”. Phillips, “Hegemony and Political Discourse: The lasting impact of Thatcherism”, 856;

ao Estado num cliente que adquire um qualquer serviço. Refletindo sobre este processo, Hall chama à atenção para a forma como o *thatcherismo* constrói ideologicamente a sua política económica. Uma privatização não seria só uma privatização, tal como a imposição de um teto de gastos às autoridades locais significaria mais que a própria ação. Citando-o: “Não faz qualquer sentido cortar impostos a menos que o vendas como parte do teu «pacote de Liberdade»”³³³.

No sentido do que escrevera Gramsci, o *thatcherismo* permite-nos observar a natureza contraditória da ideologia “em ação”. Novos elementos e posições rompem com valores e costumes acumulados, alterando-os e criando pontos de referência, procurando construir uma nova imagem estável da realidade. Neste processo, convivem elementos à primeira vista tão estranhos como o nacionalismo imperialista britânico e o utilitarismo económico exacerbado, a celebração da família tradicional e do patriarcado e a apologia a uma liberdade individual conquistada através do consumo e do sucesso profissional individual. Stuart Hall chamou a este fenómeno, que entendia simultaneamente como “regressivo e progressivo”, de “modernização regressiva”³³⁴. No processo, essencial a qualquer projeto com ambições hegemónicas, de construção de uma imagem de futuro alternativo ao presente existente, o *thatcherismo* encontra no passado o repositório de uma “moralidade” e “pureza” inalcançáveis, mas que parecem oferecer conforto no quadro de uma tão ambígua ideia de modernidade.

Apesar de pensada a partir de um posicionamento político bastante distinto, acredito que possa fazer sentido mobilizar o conceito do tempo histórico liminar, desenvolvido pelo sociólogo e dirigente político Álvaro García Linera, para concluir esta reflexão. Partindo da ideia da liminaridade, García Linera definiu como “época liminar” os períodos nos quais determinada sociedade atinge um ponto de saturação do seu tempo histórico, entendido como a percepção do tempo enquanto “sucessão acorrentada de acontecimentos que nos aproximam de um destino comum”³³⁵. A época liminar é o período durante o qual o tempo perde “direcionalidade” e uma “intencionalidade coletiva partilhada”, em que os acontecimentos que sucedem, por mais significativos que o sejam,

³³³ Hall, “Learning from Thatcherism”, 274;

³³⁴ Hall, “Gramsci and Us”, 164;

³³⁵ Álvaro García Linera, “Tiempo Histórico Liminal” em *Jacobin (Jacobin Latinoamérica)*. Disponível em: <https://jacobinlat.com/2021/01/05/tiempo-historico-liminal/>;

são experienciados como “eventos caóticos, sem sentido ou vocação”³³⁶. Se, como sublinha García Linera, a incerteza e angústia provocadas por este período não se perpetuam infinitamente, existirá sempre um momento em que algo devolve à população um sentido de tempo histórico. Entendendo a crise hegemónica que impacta a sociedade britânica ao longo da década de 1970 como um período atravessado por esta “liminaridade”, podemos encontrar no *thatcherismo* o momento em que se constrói o sentido de um novo tempo histórico.

Certa vez, Stuart Hall definiu o *thatcherismo* como uma “marcha em direção ao futuro revestida de uma armadura do passado”³³⁷. A ideia da “marcha” aponta precisamente para a certeza de uma direção e para o sentimento de pertença a um “tempo histórico”. Um tempo que, uma vez alinhadas as lógicas históricas, políticas, culturais com as tendências do desenvolvimento capitalista se faz parecer “coincidente com o curso inevitável do futuro”³³⁸.

O capítulo que se segue, o último desta tese, ocupar-se-á da trajetória de um nome que a certa altura pareceu também coincidir com um curso inevitável do futuro. Neste caso, com um curso inevitável para o desenvolvimento do regime democrático português.

³³⁶ *Ibidem*

³³⁷ Hall, “The Neoliberal Revolution: Thatcher, Blair, Cameron - The Long March of Neoliberalism Vontinues” em *Soundings* 48 (2011), 18;

³³⁸ Hall, “Learning from Thatcherism”, 276;

Capítulo III. De que é o “Cavaquismo” nome?: um trajeto parlamentar

Em novembro de 1993, José Pacheco Pereira fez publicar um breve texto dedicado a um conjunto de reflexões sobre o “cavaquismo”. Tomando emprestado o título que anos antes Manuel Villaverde Cabral utilizara para pensar o proletariado português³³⁹, Pacheco Pereira afirmava que “nome” e “coisa” não correspondiam necessariamente ao mesmo³⁴⁰. O uso do nome está “sempre para além da coisa” e, sublinhava, “nem sempre a acompanha”. Acontecia até, como era o caso à época, o nome tornar-se, sobretudo, um “instrumento dos inimigos da coisa”³⁴¹. Mesmo nestas circunstâncias, Pacheco Pereira aconselhava não à sua simples recusa, mas à precisão do seu significado. O “nome” e a “coisa” em questão são, naturalmente, o “cavaquismo” e, procurando dar significado à “coisa”, Pacheco Pereira definiu-a como o “fator de identidade” de uma época marcada pela condução política de Aníbal Cavaco Silva e do PSD. Antes de concluir, Pacheco Pereira prognosticava um longo futuro ao “nome”: “daqui a cem anos esta fase da vida portuguesa será classificada de «cavaquismo»”³⁴².

Dos cem referidos por Pacheco Pereira distam cerca de setenta anos. Se a classificação permanecerá relevante ou se, entretanto, se diluirá numa outra, não temos como saber, mas passadas três décadas considero relevante fazer sentido do “nome” e da “coisa” referentes ao que foi o mais longo período governativo da história da democracia portuguesa até à data. Ciente de que “nome” e “coisa” não se correspondem naturalmente, ao longo do presente capítulo partiremos do “nome” para pensar diferentes significados da “coisa”. A nomeação, ou seja, a utilização das expressões “cavaquismo” e “cavaquista” no contexto dos debates parlamentares, servirá de mapa nesta procura por um entendimento da “coisa” e dos seus vários significados. Se, como veremos, o “cavaquismo” pode assumir-se como indicador cronológico, referente ao período entre 1985 e 1995, o seu significado não se esgota nesta leitura. Neste sentido, a cronologia das referências analisadas parte do presente até fevereiro de 1983, quando pela primeira vez,

³³⁹ Manuel Villaverde Cabral, *Proletariado o nome e a coisa* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1983);

³⁴⁰ José Pacheco Pereira, “O nome e a coisa - reflexões sobre o «cavaquismo»” em *O Nome e a Coisa - Textos dos anos 80 e 90*, (Lisboa: Editorial Notícias, 1997), 26;

³⁴¹ Pereira, “o nome e a coisa”, 26;

³⁴² *Ibidem*;

pela voz de um deputado do Partido Socialista (PS), o “nome” ecoou em sessão plenária na Assembleia da República³⁴³. Cavaco Silva ainda não era primeiro-ministro, sequer líder do PSD, mas uma discussão em torno da política financeira do governo da Aliança Democrática levou um deputado do PS a concluir que: “Afinal, há muitos cavaquistas”³⁴⁴.

Devidamente adaptada, a pergunta que serve de título e orienta este capítulo não é necessariamente original. Inspira-se na questão colocada por Alain Badiou, aquando da eleição de Nicolas Sarkozy para a presidência da república francesa em abril de 2007. Para o filósofo francês, importava ir além da dimensão institucional a que tantas vezes a política é reduzida e compreender as “raízes nacionais-históricas inconscientes” que, fora de um campo de visão imediato, “configuram à distância, providenciando lei e ordem a um mecanismo coletivo”³⁴⁵. Por outras palavras, importava compreender a “subjatividade” que sustentava a ação de Sarkozy e, em última instância, o levá-lo à Presidência da República Francesa³⁴⁶. Em parte, a nossa pergunta de partida assemelha-se ao exercício de Badiou: o que significou e continua a significar o “cavaquismo”, se quisermos ir além do número de votos obtidos nas eleições legislativas de 1985, 1987 e 1991? Não se trata de desvalorizar um conjunto de dados que permitem observar que “nome” e “coisa” ganharam tração popular traduzindo-se nas duas primeiras maiorias absolutas da democracia portuguesa, mas, como anteriormente referido, procurar compreendê-las para além da sua dimensão eleitoral.

3.1. “Pressão, Orgulho, Cultura, Comunicação Social, Direita, Consciência, Filosofia, Yuppismo, Consulado, Tecnocracia, Revolução, Milagre, Património, Tragédia, Progresso”

Nos dias 10 e 11 de novembro de 2015, a Assembleia da República reuniu em sessão plenária para votar um conjunto de quatro moções de censura ao governo constituído pelo Partido Social-Democrata (PSD) e Centro Democrático Social (CDS), que tomara posse poucos dias antes. Na sua última intervenção da sessão, Catarina

343 Intervenção do Deputado Manuel dos Santos (PS). Sessão Plenária de 4 de fevereiro de 1984. Diário da Assembleia da República, 4/2/1983, 1436;

344 *Ibidem*;

345 Alan Badiou, *The Meaning of Sarkozy*, (London: Verso, 2008), 77;

346 Badiou, *The Meaning of Sarkozy*, 27;

Martins, coordenadora do Bloco de Esquerda (BE), afirmaria que “Nunca se viu um Paulo Portas tão cavaquista como no dia em que perdeu o poder”³⁴⁷. Paulo Portas era ainda vice-primeiro-ministro e em discussão encontrava-se a legitimidade política do acordo de incidência parlamentar que viria a sustentar um governo do PS. Importa-nos reter a utilização, duas décadas depois do fim do último governo de Cavaco Silva, da palavra “cavaquista” enquanto adjetivo, no contexto de um dos mais importantes debates parlamentares dos últimos anos.

Como anteriormente referido, a primeira utilização da palavra “cavaquista” ou “cavaquismo” em contexto parlamentar data de fevereiro de 1983. Cerca de três anos teriam de passar para que uma destas duas palavras voltasse a ser utilizada no parlamento. Neste espaço de tempo, Cavaco Silva assumira a liderança do PSD, rompera com o governo do “Bloco Central” e ganhara em outubro as eleições legislativas de 1985. Em dezembro desse ano, Raúl Castro, deputado eleito pelas listas do MDP/CDE, inscreve a primeira referência ao “cavaquismo” nos debates parlamentares identificando-o com a distância que vai “do cor-de-rosa para o negro”³⁴⁸. O deputado denunciava a degradação das condições de vida da população e o desfasamento entre “promessas eleitorais” e políticas concretas do governo.

Esta intervenção inaugura um conjunto de 536 referências aos dois nomes em análise. Antes de mais, importa traçar uma breve comparação com o número de referências, em contexto parlamentar, a termos como “eanismo”, “cunhalismo”, “soarismo”, “guterrismo”, “barrosismo”, “santanismo”, “socratismo” ou “passismo”. No seu total, estas foram proferidas apenas 65 vezes. Apesar da sua efemeridade, apenas as referências ao “gonçalvismo”, no total de 328, se aproximam em número daquelas que aqui analisamos.

Se é certo que não pode ser ignorado o impacto da duração total dos governos liderados por Cavaco Silva, considero que estes números permitem um conjunto de reflexões que desenvolverei ao longo deste ponto. Como vimos, a utilização das palavras “cavaquista” e “cavaquismo” como forma de classificar sujeitos, períodos, práticas ou instituições atravessa um período que antecede o ano de 1985 e se prolonga até ao

³⁴⁷ Intervenção da Deputada Catarina Martins (BE). Sessão Plenária de 11 de novembro de 2015. Diário da Assembleia da República, 11/11/2015, 53;

³⁴⁸ Intervenção do Deputado Raúl Castro (MDP/CDE). Sessão Plenária de 11 de dezembro de 1985. Diário da Assembleia da República, 11/12/1985, 436;

presente. Escrevendo sobre as “classificações de pessoas”, Ian Hacking desenvolve uma ideia que procuro extrapolar para pensar “cavaquismo” e “cavaquista” enquanto categorias. Em *Formar pessoas*, Hacking pensa a categorização das pessoas enquanto um mecanismo que visa responder a necessidades e vontades várias: serve para as controlar, mas pode servir para as ajudar, serve para as organizar, mas também para as transformar, serve ainda para as compreender, encorajar ou, simplesmente, admirar³⁴⁹. Para Hacking, estas classificações assumem um “efeito de *looping*“, uma vez que se transformam à medida que interagimos com elas. São, então, um “alvo em movimento”³⁵⁰. Neste sentido, do argumento de Hacking importa reter a ideia de que, para além de em permanente transformação, as categorias partem de necessidades e vontades bastante diversas de identificar e dar nome a algo.

Ao traçar o caminho da utilização das palavras “cavaquismo” e “cavaquista” em contexto parlamentar, e retomando à comparação acima apresentada, deparamo-nos com esta ideia. Se, numa primeira fase, a utilização destas palavras corresponde à necessidade de dar nome a algo identificado como novo, decorrente da percepção de uma ruptura, estas popularizar-se-ão ao assumirem múltiplos significados.

Regresso por isso à ideia desenvolvida por Andrew Gamble a propósito da utilização da palavra *thatcherismo* enquanto forma de classificar um projeto político. Gamble sublinha que todos os rótulos simplificam fenómenos políticos complexos e que, não podendo funcionar enquanto explicações em si, estes permitem definir “fenómenos que são identificáveis e coerentes o suficiente para justificar uma investigação mais aprofundada”³⁵¹. É desta forma que o presente capítulo encara o “cavaquismo”, não como algo com um significado único e rigidamente definido, mas como um fenómeno com múltiplos significados, que ultrapassa as ações e palavras da pessoa que lhe dá nome.

Ao longo deste capítulo, as palavras “cavaquismo” e “cavaquista” assumem a função de um conceito social e político. Em *Futures Past*, Reinhart Koselleck procurou demonstrar como, em determinados contextos, certas palavras assumem a função de um conceito que pode servir de objeto de estudo a uma investigação histórica. Se todo o conceito se prende a uma palavra específica, nem todas as palavras se transformam em

³⁴⁹ Ian Hacking, “Formar pessoas” em *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão* coord. Bruno Peixe Dias e José Neves (Lisboa: Tinta da China, 2010), 95;

³⁵⁰ *Ibidem*;

³⁵¹ Gamble, *The Free Economy and the Strong State*, 22;

conceitos. Para Koselleck, “uma palavra torna-se conceito quando a totalidade do significado e da experiência dentro do contexto sociopolítico no qual e para o qual uma palavra é utilizada pode nela ser condensada”. O conceito deve então compreender uma generalização e uma certa ambiguidade. Desta forma, pode reunir a “diversidade da experiência histórica” e um conjunto de referências “teóricas e práticas numa relação que só pode ser experienciada” através de uma referência ao próprio conceito. É a partir desta ideia que ao longo do texto entendemos o “cavaquismo”. Quando questionamos e procuramos compreender as várias dimensões compreendidas no “nome”, encaramo-lo como um conceito atentando ao “espaço da experiência” a partir do qual é enunciado e ao “horizonte de expectativas” para que remete³⁵².

O título deste ponto reúne um pequeno conjunto de palavras às quais “cavaquismo” e “cavaquista” aparecem associadas em várias intervenções parlamentares. Como podemos observar, o significado das palavras às quais se imputam características “cavaquistas” ou com as quais se define o “cavaquismo” é bastante abrangente e o seu significado flutuará consoante o período temporal da sua utilização e o lugar do hemiciclo ocupado pelo deputado que a enuncia. É neste sentido que procuraremos identificar as principais tendências na utilização destas palavras, localizando-as política e temporalmente.

Encontramos referências a “cavaquista” e “cavaquismo” nos debates de treze das catorze legislaturas que dão corpo ao período democrático-constitucional iniciado com a aprovação da Constituição da República portuguesa em abril de 1976. Importa começar por reconhecer que, à exceção do PSD (também com as suas exceções), todos os partidos políticos com representação parlamentar utilizaram frequentemente, apesar de em diferentes fases, as palavras em análise. Se, e como se poderia esperar, a esmagadora maioria das referências provém das bancadas parlamentares do PS e do Partido Comunista Português (PCP), também da parte de deputados do CDS e de membros de diferentes Governos se ouviu várias vezes falar em “cavaquismo” e de “cavaquistas”. Partindo da análise destas diversas entradas, procurei agrupar em torno de quatro tendências a utilização destes nomes em contexto parlamentar associando-as a: um nome

³⁵² Reinhart Koselleck, *Futures Past* (New York: Columbia University Press, 2004), 81;

de época, uma forma de ser, uma variante portuguesa do neoliberalismo e, por fim, uma ideologia política.

3.2. Nome de Época?

Começo pela utilização destas palavras enquanto indicador de um período temporal. É através das referências à “década cavaquista” ou à “década do cavaquismo” enquanto forma de nomear os dez anos atravessados pelos governos liderados por Aníbal Cavaco Silva que estas palavras, pela sua aparente espontaneidade, parecem permanecer de forma mais persistente. Em janeiro de 1990, Narana Coissoró do CDS-PP centrar-se-ia nesta questão a propósito de um debate sobre uma remodelação governamental levada a cabo pelo primeiro-ministro. Reivindicando para o seu partido uma noção de “memória coletiva”, o deputado afirmava que ao “contrário do PSD que nunca fala do passado (...) pois só o pensa em termo de «antes de Cavaco» e «depois de Cavaco»” o seu partido não reconhecia a Cavaco Silva o papel de “divisória histórica”³⁵³. Poucos meses passados, em julho, Coissoró voltaria a fazer referência a um “velho refrão das Eras”: “AC - antes de Cavaco e DC - depois de Cavaco”³⁵⁴. Se a crítica de Narana Coissoró, o deputado que à direita mais se serve do “nome” para atacar a “coisa”, é dirigida ao Governo e ao partido que o suporta, a análise dos debates parlamentares demonstra que cedo os partidos da oposição se serviram destas expressões para balizar um período temporal.

Em *Futures Past*, Reinhart Koselleck notou que se perante o estudo de um tempo histórico “é impossível evitar a utilização de medidas e unidades temporais (...) concebidas em termos de princípios matemáticos”, como é o caso da duração de um governo, a “interpretação das relações resultantes destes fatores transcende determinações temporais” desta natureza³⁵⁵. Desta forma, o “tempo histórico” e a forma como o escolhemos nomear “está ligado a ações sociais e políticas, a seres humanos que agem e sofrem, às suas instituições e organizações”, ou seja, este assume uma “especificidade

³⁵³ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS). Sessão Plenária de 9 de janeiro de 1990. Diário da Assembleia da República, 5/1/1990, 997;

³⁵⁴ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS). Sessão Plenária de 4 de julho de 1990. Diário da Assembleia da República, 11/12/1985, 3235;

³⁵⁵ Koselleck, *Futures Past*, 2;

histórica” à qual é importante atentar³⁵⁶. É neste sentido que, retomando Coissoró, importa observar em que contextos e de que forma é empregue a expressão “cavaquista” para designar o período entre 1985 e 1995.

A compreensão do “cavaquismo” enquanto “divisória histórica” é reveladora de uma tensão que importa destacar. Como referido, o “refrão das Eras” ao qual aludiu o deputado do CDS, longe de um exclusivo do Governo e dos deputados do PSD, rapidamente ganhou lugar no discurso da oposição. Sobretudo a partir de 1991, após a conquista da segunda maioria absoluta pelos sociais-democratas, os deputados de PS, PCP e CDS começam a utilizar expressões como: “era cavaquista”, “ciclo” ou “período” do cavaquismo. O período é pensado e nomeado de uma forma que lhe parece conferir um estatuto de referencial e mesmo aquelas que assumem um carácter claramente crítico - como são, a título de exemplo, as várias referências a um “consulado” ou “reinado”³⁵⁷ - aderem a esta identificação do “cavaquismo” com um projeto político hegemónico, condutor de um período particular da história democrática portuguesa.

Em *Les Noms D'Époque*, o historiador francês Dominique Kalifa sublinhou como, longe de serem “simples artefactos”, os “nomes próprios dados ao tempo” permitem “organizar o material do evento, dar-lhe acesso, visibilidade e construí-lo como memória social”³⁵⁸. Neste sentido, atentemos nas palavras de Rosado Correia, deputado do PS, proferidas em junho de 1986. Para o deputado socialista, “onze anos passados do Verão Quente de 1975” estar-se-ia perante o ressuscitar de “um novo PREC”, opondo o “PREC” da “era gonçálvista” que descrevia como “espontâneo”, a um PREC “cavaquista”, “planeado e programado para atingir um fim: o da destruição do aparelho de Estado”³⁵⁹. Se a ideia da destruição do aparelho de Estado será desenvolvida nos pontos seguintes dessa intervenção, destaco a forma como, mesmo numa fase inicial, é estabelecido um paralelo entre o “cavaquismo” e um período de profundas transformações políticas e sociais, como foi o processo revolucionário de 1974-75.

³⁵⁶ *Ibidem*;

³⁵⁷ Intervenção do Deputado André Martins (PEV). Sessão Plenária de 14 de dezembro de 1994. Diário da Assembleia da República, 14/12/1994, 868;

³⁵⁸ Dominique Kalifa, *Les noms D'Époque*, (Paris: Éditions Gallimard, 2020), 10;

³⁵⁹ Intervenção do Deputado Rosado Correia (PS). Sessão Plenária de 18 de julho de 1986. Diário da Assembleia da República, 18/7/1986, 3666;

Em sentido semelhante, ainda que uma década depois, Narana Coissoró apresentaria no parlamento as conclusões do congresso do seu partido. Para o deputado do CDS a curta história da democracia portuguesa dividia-se em “dois ciclos diversos”: um primeiro “de 25 de Abril de 1974 a 1985, dominado pela esquerda” que subordinara o país “à ideologia e à concepções socializantes”; e um segundo ciclo - “o ciclo do centro” - iniciado em 1985 e “correspondente àquilo que vulgarmente se designa como a década do «cavaquismo»”³⁶⁰. O exercício de Coissoró tinha como objetivo a delimitação política de ambos os ciclos, de forma a apresentar a estratégia do CDS como a da abertura da “etapa da direita democrática”³⁶¹. De novo, importa sublinhar a forma como o “cavaquismo” é mobilizado enquanto marcador temporal para definir um período histórico e a forma como o estabelecimento de uma comparação, ou de uma equiparação ao período revolucionário, é demonstrativa da relevância histórica que lhe é conferida.

Longe de se cingir ao período durante o qual o “cavaquismo” é governo, a utilização das duas palavras cujo trajeto acompanhamos conhece novo fôlego a partir de 1995. Findo o “cavaquismo governamental”³⁶², para utilizar uma expressão de um deputado do BE em 2010, e empossado o governo liderado por António Guterres, as referências ao “cavaquismo” enquanto identificação de um período temporal aumentam substancialmente. Partamos de uma intervenção de José Magalhães, deputado do PS, para pensar o significado das referências neste período. A propósito das conversações entre PS e PSD com vista à revisão constitucional que se efetivaria em setembro de 1997, José Magalhães afirmava que, após o “ciclo em que o cavaquismo foi enterrado e não voltará”, “PS e PSD têm de se entender em consensos de Estado para as boas causas e os bons motivos”³⁶³.

Interessa notar a forma como repetidas vezes deputados do PCP, do CDS, mas sobretudo, do PS, se referem temporalmente à década dos governos de Cavaco Silva através das palavras “no cavaquismo”, remetendo para uma ideia de distância temporal e,

³⁶⁰ Intervenção do Deputado Narana Coissoró (CDS). Sessão Plenária de 16 de fevereiro de 1995. Diário da Assembleia da República, 16/2/1995, 1486;

³⁶¹ *ibidem*

³⁶² Intervenção do Deputado Luís Fazenda (BE). Sessão Plenária de 4 de novembro de 2010. Diário da Assembleia da República, 4/11/2010, 56;

³⁶³ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 16 de janeiro de 1997. Diário da Assembleia da República, 16/1/1997, 1001;

simultaneamente, atribuindo-lhe uma carga de importância histórica³⁶⁴. Em março de 1996, um deputado socialista referir-se-ia inclusive ao “antigo regime, vulgo cavaquismo”, recorrendo a uma expressão com um forte significado histórico³⁶⁵. Passadas as eleições de 1995, o “cavaquismo” parece ser encarado como que se de uma anomalia histórica se tivesse tratado. Parafraseando José Magalhães, uma vez enterrado o “cavaquismo”, PS e PSD podiam negociar o conteúdo da nova versão da constituição e, assim, retomar uma certa ideia de “normalidade” democrática³⁶⁶.

Os próprios deputados do PSD, com a periódica exceção de Manuela Ferreira Leite, que chega a afirmar, em setembro de 2000, que “o período do cavaquismo é o mais brilhante da história democrática deste país”³⁶⁷, poucas vezes recorrem ao “nome” para defender a obra ou legado do “cavaquismo”. Retomando o argumento de Dominique Kalifa, importa recordar que “a nomeação [de um período] é sempre portadora de intenções ou efeitos”, carregando sempre consigo “uma imaginação, uma teatralidade, até mesmo uma dramaturgia”³⁶⁸. No que ao discurso parlamentar diz respeito, os significados carregados por este nome, após o fim do último governo de Cavaco Silva, parecem remeter para um período temporal conotado com um imaginário negativo, que nem os deputados do PSD, mesmo em períodos de maiorias parlamentares em 2002 ou 2011, se esforçarão por resgatar.

3.3. Uma forma de ser?

Poderíamos agrupar em torno desta segunda tendência a vasta maioria das referências a “cavaquismo” e “cavaquista” no quadro dos debates parlamentares analisados. Mais do que no contexto de aprofundados argumentos ou longos raciocínios sobre a realidade política do país, é a utilização destas duas palavras enquanto forma de caracterizar práticas, instituições ou sujeitos que faz o número de referências a

³⁶⁴ No quadro dos debates analisados as únicas referências semelhantes encontram-se nas referências ao tempo anterior à Revolução de Abril de 1974 através da formulação textual: “no fascismo”;

³⁶⁵ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 26 de março de 1996. Diário da Assembleia da República, 26/3/1996, 1598;

³⁶⁶ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 16 de janeiro de 1997. Diário da Assembleia da República, 16/1/1997, 1001;

³⁶⁷ Intervenção da Deputada Manuela Ferreira Leite (PSD). Sessão Plenária de 21 de setembro de 2000. Diário da Assembleia da República, 21/9/2000, 35;

³⁶⁸ Kalifa, *Les Noms D'Époque*, 9;

“cavaquismo” e “cavaquista” elevar-se relativamente às que se referem a outras personalidades políticas de destaque no quadro da democracia portuguesa. Se, como referido, são as referências ao “cavaquismo” ou a um período “cavaquista” que fazem perdurar o “nome”, é esta segunda tendência que, à época, se funde na linguagem comum do espaço parlamentar. É como adjetivo que a palavra “cavaquista” se torna frequentemente empregue, sobretudo, após as eleições legislativas de 1987 e a conquista da maioria absoluta por parte do PSD.

Com uma conotação manifestamente crítica - uma vez mais com a exceção de Manuela Ferreira Leite, que em 1997 proclamou ter “muito orgulho em ser cavaquista”³⁶⁹ - estas duas palavras popularizar-se-ão no discurso parlamentar enquanto forma de descrever uma novidade no exercício do poder político. Em traços largos, podemos identificar esta segunda tendência com a utilização de “cavaquismo” e “cavaquista” enquanto palavras que remetem para ideias de autoritarismo, arrogância ou prepotência, ou seja, enquanto adjetivos utilizados para criticar uma forma “cavaquista” de estar e de fazer política. A intervenção de Catarina Martins com que abrimos este capítulo, na qual é imputado a Paulo Portas um mau-perder “cavaquista”, é apenas um dos exemplos que pode ser mobilizado para pensar a “longa duração” destes significados no discurso político português.

Em julho de 1990, José Magalhães referir-se-ia a uma “idiossincrasia própria do «cavaquismo»” no contexto do que considerava tratar-se de mais uma fuga dos membros do Governo ao papel escrutinador da Assembleia da República. Para o então deputado do PCP, o Governo e em particular o primeiro-ministro, funcionavam como uma “espécie de Romeu ao contrário: quanto mais ama, mais se ausenta; quanto mais acha importantes os temas, mais foge deles”³⁷⁰. Não sendo possível ignorar o efeito que a obtenção da primeira maioria absoluta da história democrática portuguesa teria na perceção de um maior pendor executivo na ação do Governo, independentemente do partido ou primeiro-ministro em questão, importa-nos atentar nas idiossincrasias próprias do “cavaquismo” a que José Magalhães se refere.

³⁶⁹ Intervenção da Deputada Manuela Ferreira Leite (PSD). Sessão Plenária de 26 de abril de 1997. Diário da Assembleia da República, 26/4/1997, 2294;

³⁷⁰ Intervenção da Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 11 de julho de 1997. Diário da Assembleia da República, 11/7/1990, 3366;

É a partir da bancada parlamentar do PCP que se começa por denunciar aquilo que, cerca de um ano após a tomada de posse do primeiro governo liderado por Cavaco Silva, José Magalhães definia já como algo “tipicamente cavaquista”. Para o deputado, para além do carácter “inconstitucional e indesejável” das Grandes Opções do Plano para o ano de 1987, a postura do Governo era reveladora de uma “pressão e constrição inaceitáveis” para com o papel escrutinador da Assembleia da República³⁷¹. Em janeiro de 1988, Carlos Brito parodiava a reação do primeiro-ministro face a uma “atmosfera de oposição acrescida” afirmando querer Cavaco Silva “imitar o milagre das rosas da Rainha Santa Isabel exclamando angelicalmente: «São pressões, senhores»”³⁷². Em abril do mesmo ano, José Manuel Mendes, também do PCP, denunciava a “vocação autocrática que atravessa a governação cavaquista”³⁷³. Contudo, é Narana Coissoró quem, pela primeira vez, recorre à utilização da palavra autoritarismo para descrever o executivo liderado por Cavaco Silva. Refletindo sobre a pluralidade que a ideia de “interesse nacional” poderia assumir consoante quem a interpretasse, Coissoró denunciava a “concepção autoritária e monopolista do poder” do Governo do PSD³⁷⁴. Não será de ignorar que, ainda em 2019, semelhante formulação ganhará forma através de uma intervenção do PCP no sentido de um voto de condenação da repressão “ordenada pelo governo autoritário do PSD” aquando do bloqueio da Ponte 25 de Abril em junho de 1994³⁷⁵.

Importa sublinhar que esta narrativa conhece uma correspondência por parte do primeiro-ministro, que procura complementá-la e, em parte, dela apropriar-se. Chamando a si a “coragem e determinação” que considerava ter faltado aos seus antecessores, Cavaco Silva invertia o ónus do debate, responsabilizando a Assembleia da República por um “conformismo paralisante”³⁷⁶ e descrevendo-a como parte central de um “condicionalismo político” que, no período prévio à obtenção da maioria absoluta, tudo

³⁷¹ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Voto n.º 851/XIII/4.ª apresentado pelo Grupo Parlamentar da CDU, Diário da Assembleia da República, 26/6/2019, 2; Plenária de 7 de janeiro de 1986. Diário da Assembleia da República, 7/1/1986, 190;

³⁷² Intervenção do Deputado Carlos Brito (PCP). Sessão Plenária de 15 de janeiro de 1988. Diário da Assembleia da República, 15/1/1988, 3366;

³⁷³ Intervenção do Deputado José Manuel Mendes (PCP). Sessão Plenária de 29 de abril de 1988. Diário da Assembleia da República, 29/4/1988, 3248;

³⁷⁴ Intervenção do Deputado Narana Coissoró (CDS). Sessão Plenária de 20 de abril de 1988. Diário da Assembleia da República, 20/4/1988, 2935;

³⁷⁵ Voto n.º 851/XIII/4.ª apresentado pelo Grupo Parlamentar da CDU, Diário da Assembleia da República, 26/6/2019, 2;

³⁷⁶ Aníbal Cavaco Silva, *Ganhar o Futuro*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1991), 68;

fez para boicotar a ação do Governo³⁷⁷. A utilização destas palavras enquanto sinónimos de autoritarismo ou más-práticas democráticas é, particularmente, reveladora da forma como a crítica à ação de Cavaco Silva é parte central à construção de uma imagem do “cavaquismo”. A crítica, em alguns casos o “insulto”, dão forma à “coisa”. Retomando uma ideia desenvolvida no capítulo anterior, importa notar que, se as grandes questões políticas não “caem das prateleiras” sem que um enquadramento ideológico as revista da coerência a partir da qual são popularmente percecionadas³⁷⁸, o mesmo se poderá constatar em relação à forma como esta narrativa ganha forma fora da Assembleia da República. Se, no parlamento, a referida postura resultava numa identificação negativa do “cavaquismo” com as “teses do populismo”³⁷⁹, à escala da perceção geral da população a questão da “arrogância” do “cavaquismo” ganha ao ser abordada a partir de outro objeto de estudo.

Interessa notar que, de entre as seis “características do cavaquismo” identificadas por António José Telo na sua *História Contemporânea de Portugal*, quatro remetem diretamente para o conjunto de ideias desenvolvidas ao longo deste ponto³⁸⁰. Nesta obra com um carácter bastante abrangente e, portanto, sintética na abordagem aos assuntos, o “cavaquismo” é descrito como “polo agregador de vontades antes dispersas” e enquanto processo de “fulanização da política”, de “governamentalização do partido”, de “centralização do poder no executivo e, dentro deste, no primeiro-ministro”³⁸¹. Naquela que foi a primeira da síntese do “cavaquismo” no quadro das “histórias gerais” de Portugal, importa destacar como o “cavaquismo” remete, sobretudo, para a postura arrogante para uns, determinada para outros a partir do qual o é percecionado.

Partindo da análise dos debates parlamentares, é possível observar como este significado do “cavaquismo” parece ganhar forma através de uma dimensão caricatural na construção da figura do primeiro-ministro. Ao longo do período que abarca os Governos liderados por Cavaco Silva, a postura do “«quero, posso e mando»” com que

³⁷⁷ *Ibidem*, 90;

³⁷⁸ Hall, “Learning from Thatcherism”, 271;

³⁷⁹ Intervenção do Deputado Herculano Pombo (PEV). Sessão Plenária de 20 de maio de 1989. Diário da Assembleia da República, 20/5/1989, 4114;

³⁸⁰ As outras duas características identificadas por António José Telo prendem-se com “um discurso sem tonalidade ideológicas, técnico, frio, nacional, marcado pela procura pela modernidade” e uma “forma de fazer política de contacto direto com a população, por cima da máquina partidária”. *História Contemporânea de Portugal - Do 25 de Abril à Actualidade Vol II*, (Lisboa: Editorial Presença, 2008), 51

³⁸¹ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal - Do 25 de Abril à Actualidade Vol II*, 44-50;

Carlos Carvalhas, deputado do PCP, definia em 1988 a “filosofia do cavaquismo”³⁸², será várias vezes retratada de forma algo efabulada pelos partidos da oposição. Atentemos nas referências ao “conselho privado da rainha”³⁸³, expressão utilizada por Narana Coissoró ou à “gravura oriental, perfil sisudo, hierático e faraónico”³⁸⁴ de Cavaco Silva. Vejamos ainda os paralelismos traçados com figuras como Rambo, no contexto do que José Magalhães considerava tratar-se do “monopólio do «cavaquismo» na RTP” que emitira já o “«Cavaco XXX depois do Cavaco I, Cavaco II, Cavaco III...»”³⁸⁵, ou com os apóstolos bíblicos, como o mesmo deputado, agora deputado independente eleito pelas listas do PS, referindo-se à postura epistolar da ação governativa de Cavaco Silva³⁸⁶. Estes são apenas alguns dos exemplos demonstrativos da forma como a perceção de um “poder absoluto do cavaquismo”³⁸⁷ evoluiu para a construção de uma imagem que, ainda que caricatural, permite transportar o “cavaquismo” para uma dimensão construída em torno de ideias como as do “delírio oriental”, “tropismo megalómano” ou “fantasia árabe”³⁸⁸. Com uma dose de orientalismo à mistura, a “prepotência, autoritarismo e arrogância”³⁸⁹ identificada pelo CDS, ou a “arrogância, teimosia e irresponsabilidade”³⁹⁰ identificada pelo PS, definiam a “natureza” e a “cultura política” do “cavaquismo” elevando-o ao estatuto de uma estrutura de sentimento.

Partindo de Raymond Williams, a referência ao “sentimento” enfatiza a distinção face a conceitos mais formais e estruturados como, a título de exemplo, o de ideologia, e sublinha o papel de “significados e valores (...) vividos e sentidos de forma ativa”³⁹¹. À luz desta ideia, atentemos num conjunto de referências que parecem encaminhar-se para

³⁸² Intervenção do Deputado Carlos Carvalhas (PCP). Sessão Plenária de 24 de junho de 1988. Diário da Assembleia da República, 24/6/1988, 4235;

³⁸³ Intervenção do Deputado Narana Coissoró (CDS). Sessão Plenária de 20 de abril de 1988. Diário da Assembleia da República, 20/4/1988, 2934;

³⁸⁴ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 18 de maio de 1989. Diário da Assembleia da República, 18/5/1989, 3981;

³⁸⁵ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 29 de março de 1989. Diário da Assembleia da República, 29/3/1989, 1912;

³⁸⁶ Intervenção do Deputado José Magalhães (Independente). Sessão Plenária de 15 de março de 1991, 1762;

³⁸⁷ Intervenção do Deputado Eurico de Figueiredo (PS). Sessão Plenária de 4 de maio de 1995. Diário da Assembleia da República, 4/5/1995, 2311;

³⁸⁸ Intervenção do Deputado José Manuel Mendes (PCP). Sessão Plenária de 7 de junho de 1991. Diário da Assembleia da República, 17/6/1991, 2934;

³⁸⁹ Intervenção do Deputado Narana Coissoró (CDS). Sessão Plenária de 5 de janeiro de 1990. Diário da Assembleia da República, 5/1/1990, 996;

³⁹⁰ Intervenção do Deputado Alberto Costa (PS). Sessão Plenária de 24 de fevereiro de 1994. Diário da Assembleia da República, 24/2/1994, 1341;

³⁹¹ Raymond Williams, *Marxism and Literature*, (Oxford: Oxford University Press, 1977), 134;

a definição de uma forma “cavaquista” de ser e de estar, de uma identidade “cavaquista”. Importa reforçar que é, sobretudo pela voz de deputados não afetos ao PSD que as diferentes imagens do “cavaquismo” desenvolvidas ao longo deste trabalho ganham forma. Desta feita, introduzamos a questão a partir de uma intervenção de David Justino. Em março de 2001, o deputado social-democrata encontrava à esquerda algo que definia como um “problema quase de divã”. A propósito da persistência das referências ao “cavaquismo” seis anos passados do fim do último governo de Cavaco Silva, o deputado falava de uma “espécie de divã coletivo” onde os deputados, sobretudo os socialistas deveriam procurar “resolver o seu trauma”³⁹². David Justino assumia os efeitos estruturantes das políticas dos governos de Cavaco Silva em campos como a educação, mas estranhava um tom que considerava ultrapassar um comum “atirar da responsabilidade para os outros”³⁹³. Ainda que sem referências diretas a divãs importa observar a forma como ao longo do decénio que abrange os governos liderados por Cavaco Silva, o próprio “cavaquismo” foi tratado pela oposição como um “problema quase de divã”.

Por várias vezes, a palavra “cavaquista” ou “cavaquismo” surgirá como forma de descrever uma “fidelidade”, uma “consciência” ou uma “filosofia”. Em abril de 1989, a propósito de um debate sobre a televisão pública, um deputado comunista referir-se-ia inclusivamente a um comportamento “ferrenhamente cavaquista” que teria de ser praticado “cinco vezes por dia” sob o risco de se incorrer em “pecado”³⁹⁴. De novo, assistimos a uma efabulação do discurso raramente presente em discussões sobre outras figuras políticas. Entre referências a um “guardião” da “revolução cavaquista”³⁹⁵, como foi classificado Silva Guedes, ou a momentos de “assombro «cavaquista»”³⁹⁶, comentário do então Ministro da Justiça António Costa a propósito de Manuela Ferreira Leite, são várias as intervenções parlamentares que parecem construir uma identidade “cavaquista” em torno das referidas ideias de arrogância ou autoritarismo. Em 1995, passada a fase de maior crispação política entre os dois partidos, o próprio CDS, uma vez mais por Narana

³⁹² Intervenção do Deputado David Justino (PSD). Sessão Plenária de 23 de março de 2001. Diária da Assembleia da República, 23/3/2001, 2475;

³⁹³ *Ibidem*;

³⁹⁴ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 27 de abril de 1989. Diário da Assembleia da República, 27/4/1989, 3357;

³⁹⁵ Intervenção do Deputado José Lello (PCP). Sessão Plenária de 27 de abril de 1990. Diário da Assembleia da República, 27/4/1990, 2293;

³⁹⁶ Intervenção do Ministro da Justiça António Costa. Sessão Plenária de 24 de fevereiro de 2000. Diário da Assembleia da República, 24/2/2000, 68;

Coissoró, resumia da seguinte forma o congresso do PSD que escolheria o sucessor de Cavaco Silva: “Venha o Diabo e escolha entre os dois «cavaquistas»!”³⁹⁷.

Talvez o mais relevante destes exemplos, até pela recorrência no discurso parlamentar, sejam as referências à versão “cavaquista” da conhecida expressão: “Ser mais papista que o Papa”. A ideia do “ser mais cavaquista” do que Cavaco Silva é reveladora da circulação discursiva desta identificação do “cavaquismo” com uma forma de ser ou de estar. A propósito de um aceso debate relativo às acusações de suborno das quais era alvo o deputado do PSD Branco Malveira, outro deputado social-democrata revelar-se-ia indignado com a comunicação social e a oposição, afirmando: “Não faltou quem titulasse, acusador, Malveiro mais «cavaquista» que Cavaco”, como se isso fosse algum crime tipificável³⁹⁸. Também os defensores da “mitologia cavaquista”, relativamente ao que se considerava ser o “mito do crescimento económico”³⁹⁹ ou, no caso citado, o mito das “forças-de-bloqueio” seriam por várias vezes descritos como mais “cavaquista do que o próprio Primeiro-Ministro”. Nesta sequência podemos atentar na forma como neste caso a palavra “cavaquista”, fixa um paradigma associado ao que a oposição considera um conjunto de más práticas democráticas.

De uma forma geral, o presente ponto tem como foco algo a que nos poderíamos referir como a dimensão política do “insulto”. Recorro à ideia do insulto para dar conta da novidade presente nesta identificação das duas palavras que aqui analisamos com um conjunto de sujeitos e práticas com uma conotação manifestamente negativa. Mais do que enquanto sinónimo de ofensa ou injúria, o insulto toma aqui o significado de uma crítica que, uma vez pessoalizada através do nome, vem nomear pela negativa uma cultura política. Partindo de Foucault, importa sublinhar que o “mecanismo complexo e instável” a que o discurso dá forma pode assumir-se tanto enquanto “instrumento e efeito do poder” como, simultaneamente, afirmar-se enquanto “ponto de resistência e partida para uma estratégia oposta”⁴⁰⁰. É à luz deste entendimento do discurso enquanto veículo e produtor do poder que podemos fazer sentido das múltiplas e persistentes referências ao

³⁹⁷ Intervenção do Deputado Narana Coissoró (CDS). Sessão Plenária de 9 de fevereiro de 1995. Diário da Assembleia da República, 9/2/1995, 1437;

³⁹⁸ Intervenção do Deputado Mendes Bota (PSD). Sessão Plenária de 2 de fevereiro de 1995. Diário da Assembleia da República, 2/2/1995, 1360

³⁹⁹ João Rodrigues, *O Neoliberalismo não é um Slogan* (Lisboa: Tinta-da-China, 2022), 257;

⁴⁰⁰ Michel Foucault, *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber* (Lisboa: Relógio D'Água, 1994), 104;

“cavaquismo” e aos “cavaquistas” enquanto forma de, numa primeira fase, nomear algo novo e, posteriormente, identificar algo que parece assumir a forma de espectro. Através de terminologias como estas, o discurso fixa e cria significados. Longe da passividade, o “nome” enforma a “coisa”, participando ativamente da sua construção. No que aos debates parlamentares diz respeito, este processo desenvolve-se, sobretudo, a partir da referida dimensão política do “insulto”.

3.4. Uma variante portuguesa do neoliberalismo?

Em terceiro lugar, importa sublinhar uma tendência para a associação das duas palavras em análise com um programa político identificado como neoliberal. É, então, sobre o percurso parlamentar da identificação do “cavaquismo” enquanto uma variante portuguesa do neoliberalismo que agora atentaremos. Importa começar por assinalar que o mapear das referências em contexto parlamentar a esta dimensão económica do “cavaquismo” reforça o argumento, sintetizado por João Rodrigues de que o neoliberalismo em Portugal “ganha densidade intelectual e credibilidade política” enquanto “contraponto à forma de economia política traduzida na Constituição da República Portuguesa (CRP)”⁴⁰¹. Na medida em que é a partir desta que podem ser operadas as revisões constitucionais, a Assembleia da República assume-se como espaço privilegiado para a discussão sobre as “reformas” dos governos liderados por Cavaco Silva, no quadro de um debate sobre as virtudes e defeitos da CRP.

De entre as quatro tendências que aqui destacamos, esta é aquela que de uma forma mais explícita nos permite apreender as dinâmicas eleitorais e partidárias do período em análise. A título de exemplo, podemos observar a forma como o PS abandona a utilização das referências ao “cavaquismo” enquanto sinónimo de políticas neoliberais aquando da aproximação dos dois partidos durante as negociações para as revisões constitucionais de 1989 e de 1992 e como posteriormente retoma a sua utilização com a tomada de posse do governo socialista liderado por António Guterres.

Continuemos com o PS, mas recuemos até junho de 1986, quando, numa intervenção a que já aludimos, referente a um “PREC cavaquista”, Rosado Correia realiza

⁴⁰¹ João Rodrigues, *O Neoliberalismo não é um Slogan*, 202;

a primeira intervenção parlamentar que mobiliza o “nome” para o identificar, neste caso, com a “destruição do aparelho de Estado tal como existia até à posse do Governo”⁴⁰². Como se percebe ao ler todo o debate, o deputado socialista referia-se sobretudo às transformações do organograma do Governo e de outros órgãos administrativos do Estado. Contudo, a chamada de atenção para o fim de instituições como, por exemplo, a Direção-Geral das Construções Hospitalares, encaminha-se no sentido de uma crítica que ultrapassa uma apreensão burocrática e se centra naquilo que o deputado considera ser uma demissão do Estado, por diretiva do Governo, de responsabilidades centrais à sua ação tal “como existia até à posse do Governo”⁴⁰³.

Da mesma forma que inaugura as referências ao “cavaquismo” como sinónimo daquilo que podemos definir enquanto uma política económica de matriz neoliberal, a intervenção de Rosado Correia marca o distanciamento do PS em relação à identificação do “nome” com um conjunto de políticas que, em última instância, contrariavam a narrativa e parte do programa político dos socialistas. O período que dista de 1987 a 1991 - durante o qual existe uma aproximação entre Cavaco Silva e Vítor Constâncio com vista aos processos de revisão constitucional e à assinatura do Tratado de Maastricht e durante o qual se fixam as bases de uma economia política neoliberal⁴⁰⁴ - é particularmente revelador de algo a que nos referimos no início do capítulo. Falo da intenção política existente no ato da nomeação, portanto, da criação e utilização de categorias para definir determinado sujeito ou ação política. Ao não nomear o “cavaquismo”, e ao não identificar como “cavaquistas” o conjunto de políticas levadas a cabo com a sua concordância, o PS procura afastar-se de uma prática política que em 1993, passada a fase da convergência, um deputado socialista definiria como sujeita ao “sacralizado mercado”⁴⁰⁵. A propósito de um debate sobre política agrícola e as implicações da adesão europeia para os agricultores portugueses, Capoula Santos identificava o “cavaquismo triunfante” com o “slogan (...) «a partir de agora, quem tem unhas é que toca viola» e com a descoberta de que o Estado não teria de intervir nas decisões da iniciativa privada”⁴⁰⁶. No mesmo sentido, Joel Hasse Ferreira descrevia em janeiro de 1995 a “ação do cavaquismo”

⁴⁰² Intervenção do Deputado Rosado Correia (PS). Sessão Plenária de 18 de junho de 1986. Diário da Assembleia da República, 18/6/1986, 3666;

⁴⁰³ *Ibidem*;

⁴⁰⁴ João Rodrigues, *O Neoliberalismo não é um Slogan*, 203;

⁴⁰⁵ Intervenção do Deputado Capoula Santos (PS). Sessão Plenária de 15 de março de 1993. Diário da Assembleia da República, 15/3/1993, 1845;

⁴⁰⁶ *Ibidem*;

enquanto a conjugação entre um “pseudopragmatismo político” e, note-se, uma “ideologia de cunho ultraliberal, atravessada por intervenções de pendor estatizante que não obedecem a uma lógica estratégica”⁴⁰⁷. Face a um “cavaquismo declinante”, expressão utilizada com frequência na segunda metade do último mandato de Cavaco Silva, o PS retomava ativamente a utilização do “nome” e a sua identificação com a adoção de políticas neoliberais.

Contudo, a primeira associação literal entre “cavaquismo”, ou “cavaquista”, e as palavras “neoliberal”, ou “neoliberalismo”, surge apenas em março de 1994, pela voz de João Corregedor da Fonseca, deputado independente eleito pelas listas da Coligação Democrática Unitária (CDU)⁴⁰⁸. Para o deputado, o país atravessava uma crise nos planos económico, cultural, político e, acrescentava, ético. Corregedor da Fonseca definia esta crise como “neoliberal” e “cavaquista”, associando-lhe um governo “sem suporte doutrinário, ideológico, filosófico ou sociológico aceitável”⁴⁰⁹. De forma sintética, o deputado identificava este neoliberalismo cavaquista com uma “política de concentração de capital e de reconstituição dos grandes grupos económicos promovida pelo Governo do PSD”, uma política propiciadora de “frustrações, exclusões e discriminações sociais e culturais”⁴¹⁰. De uma forma bastante geral, esta é desde cedo a interpretação hegemónica do “cavaquismo” entre os deputados do PCP e outros eleitos pelas listas da CDU.

De forma constante, ao longo dos dez anos que atravessam a governação de Cavaco Silva, os deputados do PCP procuraram identificar o “cavaquismo” com um processo de desmantelamento das conquistas do período revolucionário, nomeadamente no que ao controlo público dos meios de produção ou à legislação laboral diz respeito. Um processo materializado nas revisões constitucionais de 1989 e 1992 e associado a uma forma de integração europeia assente na transferência de soberania para o mercado e para as instituições europeias. Em março de 1989, José Magalhães referia-se a um “canibalismo empresarial”, à “desnacionalização e estrangeirização do setor público” e a um “reforço das desigualdades sociais e regionais”, para dar conta de um processo económico que

⁴⁰⁷ Intervenção do Deputado Joel Hasse Ferreira (PS). Sessão Plenária de 12 de janeiro de 1995. Diário da Assembleia da República, 12/1/1995, 1092;

⁴⁰⁸ As palavras “neoliberal” e “neoliberalismo” são várias vezes empregues pelos deputados durante as legislaturas correspondentes aos X, XI e XII Governos constitucionais, cinjo-me à análise destas palavras quando diretamente ligadas às palavras “cavaquismo” ou cavaquista”;

⁴⁰⁹ Intervenção do Deputado João Corregedor da Fonseca (Independente). Sessão Plenária de 25 de março de 1994. Diário da Assembleia da República, 25/3/1994, 1742;

⁴¹⁰ *Ibidem*;

reduzia o país a um papel de “«co-gestor»” e a uma “soberania esvaziada e cada vez mais «co-gerida»”⁴¹¹.

Poucos meses depois, o deputado do PCP retomava esta ideia dando conta de um processo central à aplicação das políticas económicas neoliberais. Referindo-se à reprivatização das empresas públicas, iniciada ainda antes da revisão constitucional de 1989, que aboliu a garantia da irreversibilidade das nacionalizações levadas a cabo durante o período revolucionário⁴¹², o deputado dava conta da forma como o “cavaquismo começou a aplicar no terreno uma política de privatizações *a latere* da Assembleia da República impondo factos no terreno, criando terreno”⁴¹³. Sublinhando a natureza “governamental” do neoliberalismo, neste caso, na sua versão “cavaquista”, a intervenção de José Magalhães permite-nos retomar a ideia desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho, que aponta para uma definição do neoliberalismo enquanto um “projeto intelectual com vista à adoção o Estado e leis certas para servirem uma ordem de mercado”⁴¹⁴.

Intervenções como esta multiplicam-se a partir da bancada parlamentar do PCP, entre descrições do Governo de Cavaco Silva enquanto uma “OPV permanente”⁴¹⁵, uma “agência de negócios” ou a denúncia à “vassalagem quantos aos grandes de Maastricht”, o que Miguel Urbano Rodrigues considerava ser a “imagem do cavaquismo”⁴¹⁶. Para os deputados comunistas, o significado do “nome” prendia-se, sobretudo, com o ambicioso programa de liberalização da economia colocado em prática pelos Governos liderados por Cavaco Silva⁴¹⁷ que, citando Carlos Brito, se exprimia através do “alastramento das chocantes zonas de pobreza (...) a par da crescente ostentação do luxo desmedido e imoral”⁴¹⁸. Lino Carvalho, deputado do PCP, em abril de 1990 opusera o “sentido das

⁴¹¹ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 29 de março de 1989. Diário da Assembleia da República, 29/03/1989, 1097;

⁴¹² José Magalhães, “A Constituição e as suas revisões, a Lei e a Justiça” em *Portugal -20 Anos de Democracia* coord. António Reis (Lisboa: Temas & Debates, 1996), 118;

⁴¹³ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 18 de maio de 1989. Diário da Assembleia da República, 18/5/1989, 3980;

⁴¹⁴ Quinn Slobodian, *Globalists*, 87;

⁴¹⁵ Intervenção do Deputado Carlos Carvalhas (PCP). Sessão Plenária de 14 de junho de 1988. Diário da Assembleia da República, 14/6/1988, 4325;

⁴¹⁶ Intervenção do Deputado Miguel Urbano Rodrigues (PCP). Sessão Plenária de 26 de junho de 1994. Diário da Assembleia da República, 26/4/1994, 1778;

⁴¹⁷ Ricardo Noronha, “The Portuguese Road to Neoliberalism (1976-1989)”, *Contemporary European History*, 31(1), 125.

⁴¹⁸ Intervenção do Deputado Carlos Brito (PCP). Sessão Plenária de 20 de outubro de 1989. Diário da Assembleia da República, 20/10/1989, 109;

comemorações e iniciativas” celebrativas do aniversário da Revolução de Abril de 1974 às “orientações neoliberais” do “cavaquismo”, que identificava como o princípio da normalidade do “aumento acelerado dos privilégios e riqueza num segmento restrito da sociedade portuguesa”⁴¹⁹. E em abril de 1994, com o fim do mandato de Cavaco Silva à vista, Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, definia o “decénio cavaquista” enquanto o “decénio da multiplicação das fortunas feitas de um dia para o outro, pelo saque ao erário público, a transferência de recursos para os senhores do dinheiro” e, acrescentava, pela proliferação das “atividades especulativas e parasitárias” e a desindustrialização de um país que o deputado considerava tornar-se mais “dependente e periférico”⁴²⁰. O “espartilho cavaquista”, para usar a expressão de José Magalhães, sufocava o país, distanciando-o da Constituição que em 1976 contara com o apoio dos comunistas e empurrando-o para a adoção de um “espírito do «salve-se quem puder» que o cavaquismo promoveu a postura de Estado”⁴²¹.

Como vimos, à esquerda do PS, as reformas dos Governos de Cavaco Silva, as revisões do texto constitucional e o processo de integração europeia são identificadas diretamente com um processo de neoliberalização em curso. Também a direita política, pela voz do CDS, se dedicará à denúncia do “mundo criado pelo cavaquismo”, que, fazendo lembrar expressões anteriormente citadas, Narana Coissoró definiu como um mundo do “«salve-se quem puder»”⁴²². Apesar de algumas coincidências discursivas, a crítica a esta dimensão do “cavaquismo”, levada a cabo pelos deputados do CDS, parte, naturalmente, de um lugar diferente daquelas construídas à esquerda. Em abril de 1998, Nuno Correia da Silva, deputado do já rebatizado CDS-PP, pensava retrospectivamente “o tempo do cavaquismo”, interpelando um deputado comunista para o mundo que separava “a vossa luta de classes” de uma luta, que identificava como sua. Ou seja, opunha duas críticas ao “cavaquismo” enquanto um projeto político neoliberal⁴²³. Seria novamente Narana Coissoró o mais vocal dos deputados do CDS na crítica a um projeto que várias

⁴¹⁹ Intervenção do Deputado Lino de Carvalho (PCP). Sessão Plenária de 27 de abril de 1990. Diário da Assembleia da República, 27/4/1990, 2285;

⁴²⁰ Intervenção do Deputado Carlos Carvalhas (PCP). Sessão Plenária de 26 de novembro de 1994. Diário da Assembleia da República, 26/11/1994, 676;

⁴²¹ Intervenção do Deputado José Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 7 de julho de 1988. Diário da Assembleia da República, 7/7/1988, 663;

⁴²² Intervenção do Deputado Narana Coissoró (CDS). Sessão Plenária de 26 de julho de 1991. Diário da Assembleia da República, 26/7/1991, 3387;

⁴²³ Intervenção do Deputado Nuno Correia da Silva (CDS). Sessão Plenária de 2 de março de 1998. Diário da Assembleia da República, 2/4/1998, 1866;

vezes define como “tecnocrata”. A propósito de um debate sobre uma remodelação governamental em 1990, que resultaria na saída de Álvaro Barreto do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Coissoró destacava as qualidades políticas e humanistas de Álvaro Barreto para justificar a sua incompatibilização com a “tecnocracia cavaquista”⁴²⁴. De uma forma geral, a crítica do CDS a esta dimensão do “cavaquismo” prende-se com o que os deputados consideravam ser a desproteção dos indivíduos perante o processo de neoliberalização económica em curso e a subserviência do país face um “federalismo «germanocrático»”⁴²⁵. É neste sentido que, no decorrer debate sobre a situação dos “pequenos agricultores portugueses” face aos impactos da adesão europeia, surge a denúncia do “«mundo do salve-se quem puder»”⁴²⁶ criado pelo “cavaquismo”. Findo o “cavaquismo governamental”, em junho de 1996, Paulo Portas acusava o primeiro-ministro António Guterres de uma “utilização política das estatísticas”, identificando tal prática como “um dos vícios de maior categoria do cavaquismo”. Na redução da política económica a uma “«guerrilha estatística»”⁴²⁷, Paulo Portas encontrava uma continuidade do “cavaquismo” e sublinhava o que considerava ser o seu vincado carácter tecnocrático.

Como um deputado do CDS fizera questão de lembrar, em julho de 1988, a urgência da revisão constitucional e a abertura do processo reformador que o partido defendia passavam pela reprivatização das empresas públicas ou a abertura dos vários setores à iniciativa privada⁴²⁸. Mais do que com a reforma liberalizante, que o CDS ativamente defendia, o problema prendia-se com o que os deputados centristas descreviam como uma forma “cavaquista” de a fazer.

Importa agora atentar num conjunto de referências à circulação parlamentar desta identificação do “cavaquismo”, e de algo “cavaquista” com uma economia política neoliberal, no período após a vitória eleitoral do PS nas eleições legislativas de outubro de 1995. Se não é o “cavaquismo” que “inaugura” o neoliberalismo em Portugal, o fim

⁴²⁴ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS). Sessão Plenária de 5 de janeiro de 1990. Diário da Assembleia da República, 5/1/1990, 995;

⁴²⁵ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS). Sessão Plenária de 16 de fevereiro de 1995. Diário da Assembleia da República, 16/2/1995, 1486;

⁴²⁶ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS). Sessão Plenária de 26 de julho de 1991. Diário da Assembleia da República, 26/7/1991, 3387;

⁴²⁷ Intervenção do Deputado Paulo Portas (CDS). Sessão Plenária de 12 de junho de 1996. Diário da Assembleia da República, 12/6/1996, 2702;

⁴²⁸ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS). Sessão Plenária de 22 de julho de 1988. Diário da Assembleia da República, 22/7/1988, 4775;

do “cavaquismo governamental” também não põe fim à associação entre esse “nome” e a “via portuguesa para o Neoliberalismo”⁴²⁹. Logo em setembro de 1996, um deputado comunista recorria ao “cavaquismo” para dar nome às continuidades que identificava entre os Governos do PSD e o novo Governo socialista. O “plano tecnocrático, quantitativista, desligado de qualquer conceito global de desenvolvimento”, criticado por José Calçada era apelidado de “cavaquista”⁴³⁰. Numa outra ocasião, notava Carlos Carvalhas que “mesmo disfarçado de sorrisos ou de retórica social” o Governo de António Guterres continuava com o “essencial da política cavaquista (...) assente nos dogmas neoliberais”⁴³¹.

O próprio PS, que uma vez no Governo não colocaria em causa o essencial das “reformas da década”⁴³², prosseguindo inclusive com o processo de privatização do setor público do Estado, adotaria o “nome” enquanto sinónimo de um conjunto de transformações económicas cujo carácter estrutural não colocava em causa. Como se depreende da seguinte intervenção de Henrique Neto, e fazendo lembrar o discurso do CDS acima desenvolvido, o problema não estaria nas privatizações, na reforma fiscal ou na flexibilização do mercado de trabalho, mas antes na forma “cavaquista” de o fazer: “as privatizações, na fase cavaquista, foram lentas, não contribuíram para o objectivo essencial de criação de grupos económicos de raiz nacional”⁴³³. Poucos meses depois, Manuel dos Santos retomaria semelhante ideia, tratando a “promiscuidade existente entre o cavaquismo e os grupos económicos” como uma característica própria da prática governamental “cavaquista” e não como fenómeno intrínseco a um processo de liberalização. As preocupações com, a título de exemplo, “a evolução do futuro do Estado-Providência”, ou a “divergência com a Europa comunitária”⁴³⁴, que os deputados socialistas traziam regularmente ao parlamento nos últimos anos do Governo de Cavaco Silva, deixavam de figurar no discurso socialista.

⁴²⁹ Ricardo Noronha, “The Portuguese road to Neoliberalism (1976-1989);

⁴³⁰ Intervenção do Deputado José Calçada (PCP). Sessão Plenária de 20 de setembro de 1996. Diário da Assembleia da República, 20/9/1996, 3423;

⁴³¹ Intervenção do Deputado Carlos Carvalhas (PCP). Sessão Plenária de 24 de junho de 1999. Diário da Assembleia da República, 24/6/1999, 3528;

⁴³² Aníbal Cavaco Silva, *As Reformas da Década* (Lisboa: Bertrand Editora, 1995);

⁴³³ Intervenção do Deputado Henrique Neto (PS). Sessão Plenária de 19 de maio de 1997. Diário da Assembleia da República, 19/5/1997, 3598;

⁴³⁴ Intervenção do Deputado Manuel dos Santos (PS). Sessão Plenária de 17 de março de 1994. Diário da Assembleia da República, 17/3/1994, 1625;

Já este século, nomeadamente durante o período do Governo de José Sócrates, assente numa maioria absoluta, que em 2007, Luís Fazenda, do BE, descrevia como “tão cavaquista como foi o cavaquismo”⁴³⁵, seriam retomadas referências ao “cavaquismo” enquanto sinónimo da aplicação de políticas neoliberais. Em 2009, Francisco Madeira Lopes, do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), referindo-se ao primeiro Governo liderado por José Sócrates, serviu-se da expressão “via cavaquista” para descrever o “neoliberalismo que pôs em prática durante quatro”⁴³⁶. Anos antes, em 2005, Mariana Aiveca, do BE, imputava ao mesmo Governo socialista o reavivar de uma “tese cavaquista” que passaria pela ideia de “quem quer serviços tem de pagá-los”⁴³⁷.

O receio revelado por Mário Tomé em 1994, então deputado da União Democrática Popular (UDP) eleito pelas listas da CDU, de que a propósito do vigésimo aniversário da Revolução de Abril de 1974 se vendesse “o patrocínio do 25 de Abril à Coca-Cola”⁴³⁸ não se concretizou. Contudo, a ideia subjacente a esta afirmação parece persistir na associação entre o “Cavaquismo” e uma política neoliberal, que teria na formamercadoria a sua pedra angular.

3.5. Uma ideologia política?

Se no segundo ponto deste capítulo procurámos dar conta de um processo de associação das referências parlamentares a “cavaquista” e “cavaquismo” com algo que identificámos como uma estrutura de sentimento, esta última tendência centrar-se-á nas referências a estes dois “nomes” no contexto de debates cujos protagonistas assumem à partida tratar-se de debates relativos a posicionamentos político-ideológicos. Retomando o argumento desenvolvido por Raymond Williams em *Marxism and Literature*, este último ponto ocupar-se-á da utilização das duas palavras em análise à luz de debates que tomaram forma em torno de “conceitos mais formais e estruturados”, como são os da

⁴³⁵Intervenção do Deputado Luís Fazenda (BE). Sessão Plenária de 5 de janeiro de 2007. Diário da Assembleia da República, 5/1/2007, 17;

⁴³⁶ Intervenção do Deputado Francisco Madeira Lopes (PEV) Sessão Plenária de 9 de abril de 2009. Diário da Assembleia da República, 9/4/2009, 36;

⁴³⁷ Intervenção da Deputada Mariana Aiveca (BE). Sessão Plenária de 16 de outubro de 2005. Diário da Assembleia da República, 16/10/2005, 2089;

⁴³⁸ Intervenção do Deputado Mário Tomé (UDP eleito pelas listas da CDU). Sessão Plenária de 25 de março de 1994. Diário da Assembleia da República, 25/3/1994, 1763;

“ideologia” ou “mundividência”⁴³⁹. É de uma forma breve e, quase sempre, sem uma elaboração do seu significado que o “nome” é evocado em plenário da Assembleia da República. Atentemos agora nas ocasiões em que o “nome” foi utilizado para tentar definir ou enquadrar ideologicamente a “coisa”.

Situemo-nos em junho de 1993. Passando em revista os oito anos do “cavaquismo”, Raúl Castro, deputado independente eleito pelas listas da CDU, concluía o resumo do que considerava ser uma “política ditada do estrangeiro e submetida a Bruxelas” com uma questão: “Isto em nome de quê?” Ainda antes de passar a palavra aos deputados do PSD, o próprio respondia à questão recuperando a ideia da “Social-democracia à portuguesa” várias vezes evocada por Cavaco Silva. A “expressões consagradas” como o “vira à moda do Minho” ou o “cozido à portuguesa”, o deputado opunha o referido princípio da “social-democracia à portuguesa” que confessava causar-lhe perplexidade. Porque submetida aos ditames da Comunidade Económica Europeia, esta social-democracia pouco teria de portuguesa. E, no mesmo sentido, a forma como colocava em causa “horizontes de progresso” e “justiça social”, contribuindo para a destruição do aparelho produtivo, amputava-lhe a sua componente social-democrata⁴⁴⁰.

Ainda que construída a partir da negação, neste caso, de uma ideia de social-democracia reivindicada pelo Governo e pela bancada parlamentar do PSD, a intervenção de Raúl Castro sintetiza uma crítica central no quadro dos debates que procuraram enquadrar ideologicamente o “cavaquismo”. De diferentes formas e em diferentes alturas, para PS, PCP e CDS, o primeiro passo para localizar politicamente o Governo - e este PSD “cavaquista” - passava pela denúncia da ausência de social-democracia, que teria sido purgada por Cavaco Silva. Interessa sublinhar a forma, como neste processo, a figura de Sá Carneiro assume uma “função simbólica”⁴⁴¹, sobretudo no discurso de deputados do CDS, mas também do PS, enquanto representante de um património político - que Cavaco Silva fazia perigar. Centremo-nos no CDS e na narrativa da bipolarização a partir da qual os deputados centristas procuraram enquadrar politicamente o “cavaquismo”.

Data de janeiro de 1988 a primeira referência por parte da bancada parlamentar do CDS, ao que Narana Coissoró definia como o “posicionamento bipolar” da política

⁴³⁹ Raymond Williams, *Marxism and Literature*, 131;

⁴⁴⁰ Intervenção do Deputado Raúl Castro (Independente) Sessão Plenária de 4 de junho de 1993. Diário da Assembleia da República, 4/6/1993, 2496;

⁴⁴¹ Ana Catarina Pinto, *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*, 141;

portuguesa. Para o deputado, o jogo entre o “Governo cavaquista e grupo parlamentar comunista” tornara-se “vulgar”⁴⁴², condicionando a ação governativa em geral, e a execução das prometidas reformas estruturais em particular. Um ano depois, Coissoró retomaria o princípio da bipolaridade para, a propósito de um debate sobre legislação laboral, dar conta de um braço de ferro entre o “radicalismo de alguns setores da esquerda parlamentar e a inabilidade do cavaquismo”, que evoluía, uma vez mais, para a denúncia de um panorama político refém da “impotência deste Governo” e do seu “contraponto na gritaria do PCP e da CGTP”⁴⁴³. Contudo, é Basílio Horta quem, em abril de 1988, denuncia uma divisão do país em duas metades. Replicando a crítica ao discurso *thatcherista* das “Duas Nações”, o deputado acusava o Governo de “tornar o diálogo entre duas metades de Portugal cada vez mais difícil”, descrevendo Pacheco Pereira, tido como representante parlamentar do “cavaquismo” e da política do Governo, como “extremista”⁴⁴⁴. Tendo em conta a posição política periférica a que a maioria absoluta obtida pelo PSD vetara o CDS, a narrativa dos deputados centristas centrar-se-á na identificação de uma complementaridade, expressão empregue por Coissoró, entre o radicalismo do polo comunista e um “contraponto”, no polo “cavaquista”⁴⁴⁵.

Como desenvolvido no ponto anterior, longe de uma oposição às reformas estruturais e ao sentido das revisões constitucionais, a narrativa dos deputados do CDS centrar-se-á na crítica à forma “cavaquista” de as executar. Esquivando-se à crítica do seu conteúdo programático que, em muito, convergia com o programa político do próprio CDS, as referências à “arrogância política” ou à “auto-suficiência tecnocrática”⁴⁴⁶ do Governo marcam o discurso destes deputados. Adicionalmente, o distanciamento para com o “cavaquismo” desenhava-se através do que os deputados consideravam ser uma negligência do Governo com a dimensão social que o mercado deveria assumir. A título de exemplo veja-se como, em fevereiro de 1991, Narana Coissoró esboçaria uma crítica

⁴⁴² Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS) Sessão Plenária de 16 de janeiro de 1988. Diário da Assembleia da República, 16/1/1988, 2372;

⁴⁴³ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS) Sessão Plenária de 26 de março de 1987. Diário da Assembleia da República, 26/3/1987, 2372;

⁴⁴⁴ Intervenção do Deputado Basílio Horta (CDS) Sessão Plenária de 20 de abril de 1988. Diário da Assembleia da República, 20/4/1988, 2936;

⁴⁴⁵ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS) Sessão Plenária de 27 de abril de 1990. Diário da Assembleia da República, 27/4/1990, 2285; A ideia da complementaridade surge na sequência de um debate em torno do “cunhalismo” e do “cavaquismo” que envolvia deputados do PSD e do PCP;

⁴⁴⁶ Intervenção do Deputado Basílio Horta (CDS) Sessão Plenária de 21 de dezembro de 1989. Diário da Assembleia da República, 21/12/1989, 959;

moral ao “novo-riquismo” associado ao “cavaquismo”, que opunha à “nova pobreza importada” que ao momento se encontrava a construir o Centro Cultural de Belém⁴⁴⁷.

Note-se como só em 1995 os deputados do CDS recorrem às referências políticas de “esquerda” e “direita” para localizar politicamente o “cavaquismo” ao “centro”. De uma forma geral, a narrativa política do CDS oscila entre uma tentativa de afirmação dos valores da democracia cristã e a denúncia dos perigos da “tecnocracia cavaquista”. O “cavaquismo” é encarado como “extremista”, ao ponto de funcionar como complemento ao “extremismo” comunista, não pretendendo esta correlação posicionar o “cavaquismo” à direita do CDS ou afirmar o CDS enquanto um partido da direita extrema. Em sentido contrário, a propósito das eleições presidenciais de 1996, nas quais Cavaco Silva era candidato, note-se como Paulo Portas acusará o antigo primeiro-ministro de uma “correção política” na sua biografia, com vista à reivindicação de “um antifascismo político que não lhe conhecíamos”, empurrando o “cavaquismo” para o polo constituído por pessoas “cujo passado era o da extrema-esquerda”, do maoísmo e do marxismo-leninismo”⁴⁴⁸.

A última referência de um deputado do CDS às palavras que aqui analisamos data de fevereiro de 2001. Nesta, é Paulo Portas quem recorre ao “nome” para acusar o então primeiro-ministro António Guterres de uma relação “cavaquista” com a verdade. A resposta do primeiro-ministro foi breve: “Não tenho a mania que tenho a verdade nas mãos”, Paulo Portas retorquiu: “Há vários modelos!”⁴⁴⁹. Se procurarmos posicionar politicamente o “cavaquismo” a partir das intervenções parlamentares dos deputados do CDS, deparamos com uma permanente oscilação: equivalente ao PCP e à extrema-esquerda na prática e postura; rendido às políticas de Bruxelas e do “federalismo «germanocrático»”; bastante ao “centro”, mas, de igual forma, insensível à “pobreza importada” e nacional. Parafraseando Paulo Portas, também para o CDS são vários os modelos de “cavaquismo” projetados a partir do discurso dos deputados centristas.

⁴⁴⁷ Intervenção do Deputado Narana Coissóro (CDS). Sessão Plenária de 27 de fevereiro de 1991. Diário da Assembleia da República, 27/2/1991, 1524;

⁴⁴⁸ Intervenção do Deputado Paulo Portas (CDS) Sessão Plenária de 12 de janeiro de 1996. Diário da Assembleia da República, 12/1/1996, 696;

⁴⁴⁹ Intervenção do Deputado Paulo Portas (CDS) Sessão Plenária de 22 de fevereiro de 2001. Diário da Assembleia da República, 22/2/2001, 2111

Ainda que com alguma ironia, a primeira referência ao “cavaquismo” enquanto algo que poderíamos definir como sinónimo de um património político e intelectual surge em outubro de 1988, pela voz de José Magalhães, então deputado do PCP. A definição, uma vez mais, começa a ser esboçada pela negativa, surgindo a partir de uma crítica endereçada pelo deputado à aproximação do PS ao Governo. Neste contexto, importa atentar nas palavras escolhidas por José Magalhães para definir o “pensamento” político do PSD: “liberal”, “«social-democrático»”, “«bernsteiniano»” e, por fim, “seja o que for (cavaquista!)”⁴⁵⁰. Nomeado após as referências políticas tradicionalmente utilizadas para definir “ideologicamente” o partido, a forma como o “Cavaquismo” é antecedido por um “seja o que for”, é demonstrativa do sarcasmo com que é referido e, simultaneamente, da incapacidade em definir algo que, como vimos, parece apresentar-se em vários modelos⁴⁵¹.

Neste sentido, importa sublinhar a forma como os deputados comunistas ou independentes eleitos pelas listas da CDU procuraram por várias vezes ultrapassar a definição do “cavaquismo” desenvolvida no ponto anterior e se lançaram na construção de uma crítica e, simultânea definição, à dimensão cultural e social do que definiam como “cavaquismo”. Em junho de 1994, uma longa intervenção de Raúl Castro definia-o enquanto “a antítese da cultura”, referindo-se, inclusivamente, a uma “contracultura do cavaquismo”⁴⁵². Se parte significativa desta intervenção teve como foco a política cultural prosseguida pelo Governo, a referência a uma “contracultura do cavaquismo” remetia para uma ideia de cultura com um significado mais abrangente do que o da ação da Secretaria de Estado da Cultura. Definindo como “neoliberal” uma ideologia que se traduzia no princípio de que “o grande objetivo é o sucesso individual, e este mede-se pela quantidade de dinheiro”, Raúl Castro identificava o “cavaquismo” como “uma flor seca dentro de um livro de Milton Friedman ou Hayek”. O “cavaquismo” via-se assim caracterizado enquanto cultura política, ou seja, citando Luís Trindade: “algo partilhado por muito mais gente que um mero indivíduo, e com manifestações mais inorgânicas do que aquelas que fazem diretamente parte do funcionamento de um regime

⁴⁵⁰ Intervenção do Deputado Jorge Magalhães (PCP). Sessão Plenária de 27 de outubro de 1988. Diário da Assembleia da República, 27/10/1988, 1647;

⁴⁵¹ *Ibidem*;

⁴⁵² Intervenção do Deputado Raúl Castro (Independente). Sessão Plenária de 24 de junho de 1994. Diário da Assembleia da República, 24/6/1994, 2687;

político”⁴⁵³. Para o deputado, as “manifestações inorgânicas” que davam corpo a esta cultura política identificavam-se crescentemente com o triunfo do consumo massificado e uma certa “estupidificação” da população. Entre outros, Castro exemplificava-o com a referência a um concurso publicitário de enorme sucesso, levado a cabo pela Rádio Cidade, que juntara milhares de candidatos a um sorteio que oferecia uma scooter a quem fosse capaz de ingerir mais baratas. O “cavaquismo”, escrevia o deputado, “impulsionou e fortaleceu uma sociedade em que o sucesso é ter dinheiro e o resto é paisagem”. Relativamente a esta intervenção importa salientar um último ponto: à identificação do “cavaquismo” com o “neoliberalismo” e à sua associação com o desemprego, analfabetismo e a pobreza enquanto problema estrutural. O deputado desenvolvia a ideia do autoritarismo “cavaquista” no sentido da sua identificação com uma “anti-memória do fascismo e do colonialismo”. As referências no discurso parlamentar ao “autoritarismo” de Governo e primeiro-ministro referiam-se, na sua grande maioria, à postura perante os órgãos de soberania, a um comportamento e postura institucionais. Contudo, esta intervenção de Raúl Castro, como a de outros deputados eleitos pelas listas da CDU e, sobretudo após 1995, a de alguns deputados do PS, aponta a um entendimento mais abrangente desta ideia de “autoritarismo” enquanto componente central do “cavaquismo”. A título de exemplo, Castro refere-se à “censura oficial” de um romance de Saramago⁴⁵⁴, às restrições impostas “à expressão da opinião pública por parte dos funcionários da Administração Pública” e, ainda, a uma “apologia da Pátria e da Família, só lhe faltando acrescentar Deus, para ser igual à célebre fórmula do fascismo”. As referências ao “autoritarismo cavaquista” à esquerda do PS projetavam assim um conjunto de continuidades, mesmo que ao nível simbólico, relativas ao período da ditadura do Estado Novo⁴⁵⁵.

Já em 1988, no decorrer de uma sessão plenária dominada pelo cancelamento dos episódios finais do programa *Humor de Perdição*, de Herman José⁴⁵⁶, por parte do Conselho de Gerência da RTP, o deputado do PCP Jorge Lemos dava conta de uma “conceção bafienta de pretensa defesa dos valores histórico-culturais”. Para Lemos, as

⁴⁵³ Luís Trindade, “Crítica da Cultura Política do Salazarismo” em *O Espectro dos Populismos* coord. Cecília Honória (Lisboa: Tinta-da-China, 2018), 70;

⁴⁵⁴ Referência ao veto por parte de António Sousa Lara, então Subsecretário de Estado da Cultura, da candidatura de *O Evangelho segundo Jesus Cristo* de José Saramago ao Prémio Literário Europeu;

⁴⁵⁵ Luís Trindade, “Crítica da Cultura Política do Salazarismo”, 75-84;

⁴⁵⁶ Programa humorístico apresentado por Herman José e transmitido pela RTP. O programa contava com um segmento intitulado “Entrevistas Históricas”, escrito por Miguel Esteves Cardoso, onde se encenavam

entrevistas a várias figuras históricas portuguesas. A 5 de maio de 1988, antes da entrevista à Rainha Santa Isabel, a emissão foi cortada e o fim do programa anunciado;

rábulas humorísticas nas quais se simulavam entrevistas a personalidades históricas viam-se alvo de censura porque questionavam “modelos de vida e da sociedade muito caros ao poder cavaquista e a todos os saudosos do passado”⁴⁵⁷. Em semelhante sentido, em 1991, desta feita a propósito de um debate sobre o Centro Cultural Belém, José Manuel Mendes referira-se a uma concepção relativa às obras públicas que fizera “época num período tenebroso da nossa história e que se reimpõe ou tenta reimpôr no discurso oficial”⁴⁵⁸.

Ainda que, à semelhança do CDS, as coordenadas políticas de “esquerda” e “direita” não sejam diretamente mobilizadas juntamente com referências a “cavaquismo” ou “cavaquista”, o enquadramento político do “cavaquismo” construído a partir do discurso dos deputados comunistas, encara-o, naturalmente, enquanto a institucionalização do projeto político da direita portuguesa. Neste contexto, importa destacar a novidade contida na síntese do “cavaquismo” construída a partir do discurso dos deputados comunistas. Em março de 1994, Lino de Carvalho dava conta do país que “o cavaquismo criou”, por um lado, “um polo de grupos sociais ricos ou muito ricos, por vezes ostentando o seu luxo de forma provocatória e, no outro extremo, uma massa de deserdados do progresso (...) vivendo na pobreza”. Na mesma intervenção, o deputado sublinhava o “retorno de Cavaco Silva à tríade «Deus, Pátria e Família»” e a tensão autoritária que considerava atravessar o “cavaquismo”⁴⁵⁹. De uma forma geral, era destacada a coexistência do que, noutra ocasião, um deputado comunista definira como o “*yuppismo* cavaquista”⁴⁶⁰ com a referida pulsão autoritária dava forma à expressão portuguesa de uma nova direita política⁴⁶¹.

Os deputados socialistas são aqueles que, por menos vezes, se lançaram à construção de um enquadramento político para o “cavaquismo”. A ausência de intervenções com vista a uma “localização política” de Cavaco Silva, e dos Governos por si liderados, revelam alguma coisa sobre a forma como o maior partido da oposição se

⁴⁵⁷ Intervenção do Deputado Jorge Lemos (PCP). Sessão Plenária de 17 de junho de 1998. Diário da Assembleia da República, 17/6/1998, 4128;

⁴⁵⁸ Intervenção do Deputado José Manuel Mendes (PCP). Sessão Plenária de 7 de junho de 1991. Diário da Assembleia da República, 7/6/1991, 2934;

⁴⁵⁹ Intervenção do Deputado Lino de Carvalho (PCP). Sessão Plenária de 25 de março de 1994. Diário da Assembleia da República, 25/3/1994, 1748;

⁴⁶⁰ Intervenção do Deputado José Manuel Mendes (PCP). Sessão Plenária de 16 de fevereiro de 1989. Diário da Assembleia da República, 16/2/1989, 1389;

⁴⁶¹ Manuel Loff, “Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da democracia portuguesa (1974-2014)” em *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, coor. Manuel Loff, Luciana Soutelo e Filipe Piedade, 68;

relacionou com o “cavaquismo”. Como referido, é, sobretudo, a partir de 1992, após a segunda das revisões constitucionais redigidas sobre a égide de Cavaco Silva, e com o aproximar do fim do seu terceiro Governo, que os deputados socialistas recorrem às duas palavras cujo trajeto aqui analisamos, dando-lhes um sentido mais amplo do que o da simples referência temporal ou o de um adjetivo com as características que destacámos em ponto anterior.

Situemo-nos, então, em novembro de 1994 quando Alberto Costa no quadro de um dos vários debates dedicados à elaboração de um balanço da década de Governo de Cavaco Silva, se referiu a uma inversão de papéis. Para o deputado socialista, perante um “cavaquismo declinante”⁴⁶², do lado do PSD estariam agora “os que resistem à modernização, à mudança, à transparência, à exigência”, sendo que com o PS estariam “propostas de abertura, de inovação, de modernização democrática”. O discurso de Alberto Costa ecoava o que viriam a ser os fundamentos da narrativa política do PS de António Guterres⁴⁶³, permitindo-nos identificar continuidades e rupturas com o “cavaquismo”. Mas centremo-nos na ideia da alteração dos papéis. Em traços largos, Alberto Costa identifica duas tendências: uma conservadora e avessa à mudança, e uma outra, modernizante e aberta à inovação, que associa, respetivamente, ao PSD e ao PS. Partindo desta afirmação, o deputado socialista parece reconhecer que, num momento anterior, teria o seu partido encarnado o papel da “resistência à modernização” que agora atribuía ao PSD. Contudo, mais do que sobre o reconhecimento ou não de um erro, importa sublinhar a forma como a construção de um balanço crítico do “cavaquismo” parte da estrutura discursiva por este fixada. Seguindo a lógica da dicotomia entre modernidade e o seu oposto, bem como a rejeição da componente política e ideológica da ação governativa, desde cedo estabelecida por Cavaco Silva, a intervenção de Alberto Costa é reveladora da forma como a imagem do “cavaquismo” construída pelo PS parece, em parte, destinada a mimetizá-lo.

Também o PS raramente recorreu às referências de “esquerda” e “direita” para enquadrar politicamente o “cavaquismo”. Ainda que com críticas a uma forma “cavaquista” de fazer as coisas, as reformas estruturais executadas pelos Governos do PSD não conheceram da parte do PS uma oposição total. Como sublinha Ricardo

⁴⁶² Intervenção do Deputado Alberto Costa (PS). Sessão Plenária de 12 de janeiro de 1995. Diário da Assembleia da República, 12/1/1995, 1092;

⁴⁶³ José Neves, *1998: Portugal, Uma Retrospectiva* (Lisboa: Tinta-da-China, 2019), 54-59;

Noronha, o caminho português para o neoliberalismo não é “inaugurado” em 1985 e o desenvolvimento de um campo intelectual neoliberal não tem no PSD o único interlocutor partidário⁴⁶⁴. Neste sentido, podemos falar de um apoio crítico do PS às alterações de fundo patentes nas revisões constitucionais de 1989 e 1992, acompanhando António de Sousa Franco quando este refere que, à margem de uma “verbalização superficial”, a convergência entre PSD e PS no que diz respeito à política económica é uma constante ao longo de grande parte do período democrático⁴⁶⁵. A hegemonia eleitoral do PSD ao longo de uma década⁴⁶⁶ não implica um total alheamento do PS relativamente a este processo. Como os deputados socialistas por várias vezes, fizeram notar, uma versão socialista da “democracia de sucesso”, construída a par e passo com os critérios de convergências estabelecidos nos tratados europeus, seria necessariamente diferente da sua versão “cavaquista”, mas operaria sempre no mesmo campo de possibilidades. O trajeto parlamentar das duas palavras que aqui analisamos parece dar conta desta flexibilidade: se, em momentos de convergência política, os socialistas se escusam à utilização do “nome” para se afastarem da “coisa”, de uma forma geral o PS atua no campo de possibilidades do “cavaquismo” porque, parafraseando Cavaco Silva, não quereria perder o comboio do progresso ou a chave do acesso à modernidade⁴⁶⁷.

Por outras palavras, se entendermos o “cavaquismo” enquanto sinónimo de um processo de “normalização” com o referente nas democracias liberais europeias, facilmente se perceberá a necessidade do PS em disputar esta associação. Uma vez mais, podemos atentar na intenção política da nomeação e da atribuição de um significado a determinado nome. Em 1994, com o fim do “cavaquismo governamental” à vista, Jaime Gama resumia a “década de ouro”, expressão recorrente na narrativa “cavaquista”, a três “retumbantes fracassos”: “reforma política falhada, modernização económica congelada e desigualdade social agravada”. Se, como vimos, a associação do “cavaquismo” a um agravamento das desigualdades sociais é prática comum no discurso dos partidos da oposição, importa notar o regresso do deputado às ideias da reforma e da modernização no fim desta sua intervenção. No “final de dez anos de cavaquismo”, afirmava Jaime Gama, a grande conclusão a retirar seria a de que o “País continua mal preparado para

⁴⁶⁴ Ricardo Noronha, “The Portuguese Road to Neoliberalism (1976-1989)”, 126;

⁴⁶⁵ António Sousa Franco, “A Economia” em *Portugal - 20 Anos de Democracia*, 258;

⁴⁶⁶ José Reis, *A Economia Portuguesa - Formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*, 137;

⁴⁶⁷ Aníbal Cavaco Silva, *Construir a Modernidade*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1989);

responder ao desafio da integração europeia da moeda única e da competição nos mercados mundiais”⁴⁶⁸. Como podemos ver, a “escala” com que o deputado socialista faz avaliação do “cavaquismo” encerra em si um conjunto de ideias que com este podemos identificar, com destaque para um entendimento da “modernização” enquanto projeto de desenvolvimento de uma forma neoliberal de economia política e a sua plena integração nos mercados internacionais.

Somente em 1997 um deputado socialista se dedicaria a pensar o “cavaquismo” à luz das “ideologias”. Já com António Guterres enquanto primeiro-ministro, Joaquim Sarmento criticava a “opacidade tecnocrática e ideológica que inundou o país durante o consulado cavaquista” para reivindicar para o seu partido o que definia como uma “ideologia de esquerda”: “somos homens e mulheres de esquerda e temos muito gosto em assumir essa ideologia”⁴⁶⁹. Selada a plena integração de Portugal na arquitetura económica da CEE, encarada como uma espécie de “imperativo histórico” por parte de PS e PSD, importava reivindicar de novo a diferença. A palavra “cavaquismo” não poderia sedimentar o seu significado enquanto sinónimo de um processo que os socialistas também tinham como seu. Assim, no período que se segue ao fim dos Governos liderados por Cavaco Silva, a utilização das palavras “cavaquismo” ou “cavaquista” em contexto parlamentar parecem remeter para a ideia de uma anomalia histórica, frequentemente explorada pelos deputados do PS.

Termino este ponto partindo de uma das raras ocasiões em que pela voz de um deputado do PSD, se recorreu ao “nome” para pensar e procurar dar um sentido de referência política à “coisa”. A intervenção, proferida por Manuel Frexes, data de julho de 1997, a meio do mandato do primeiro dos governos socialistas liderados por António Guterres. O debate sobre a política cultural do Governo do PS ficaria marcado pela intervenção do deputado social-democrata que, considerando existir uma perseguição política, cultural e pessoal por parte do Ministério da Cultura, levou o seu colega de bancada, Guilherme Silva, a comparar Manuel Maria Carrilho, então ministro, a António Ferro. Contudo, é na leitura de Manuel Frexes sobre a ordem de despejo do Teatro

⁴⁶⁸ Intervenção do Deputado Jaime Gama (PS). Sessão Plenária de 22 de outubro de 1994. Diário da Assembleia da República, 22/10/1994, 71;

⁴⁶⁹ Intervenção do Deputado Joaquim Sarmento (PS). Sessão Plenária de 6 de fevereiro de 1997. Diário da Assembleia da República, 6/2/1997, 1279;

Politeama que podemos encontrar algumas indicações relativamente à forma como, retrospectivamente, a bancada parlamentar social-democrata entendia o “cavaquismo”.

Para o deputado social-democrata, com o fim da década de 1990 à vista, o Teatro Politeama e o encenador Filipe La Féria assumiam-se como algo mais do que os nomes maiores do teatro de revista em Portugal. O “estilo de produção imediata e comunicante” que caracterizava o trabalho do encenador e que, para Manuel Frexes, fora capaz de levar ao teatro “um público que há muito virara costas a esse teatro” era revelador de um conjunto de semelhanças com o “cavaquismo”. Ainda que o deputado recorra ao “nome” para parafrasear aqueles que apelidavam La Féria de “encenador do cavaquismo” (e, note-se a escolha das palavras, “encenador do regime” ⁴⁷⁰), a defesa que se lhe segue é demonstrativa de uma identificação do sucesso do encenador - em particular, da aclamada peça *Passa por mim no Rossio*⁴⁷¹ - com os valores do “cavaquismo”.

Nota Manuel Frexes que, ao contrário do que seria a norma, Lá Féria não se exprimia “em termos esotéricos”, concebendo um teatro tido como acessível e direcionado a “coisas de que o público gosta”. Em suma, o encenador “arriscava-se a ter êxito” e, prosseguia o deputado, “havia quem não pudesse suportar o êxito de Filipe La Féria”⁴⁷². É visível a forma como a intervenção do deputado social-democrata opera a construção de um paralelismo com a imagem do “cavaquismo” e, aquilo que PSD considerava tratar-se de uma atitude revanchista perante o que consideravam ser o arrojo e a coragem de Filipe La Féria, ao construir um teatro de “talento e acessível” e apelativo a uma grande parte da população⁴⁷³. Se a identificação do trabalho de La Féria com o “cavaquismo” parte de uma crítica ao PS e ao resto da Esquerda, a intervenção de Manuel Frexes apropria-se do sentido da crítica para projetar uma imagem do “cavaquismo”, que contrapõe à “ascensão ao poder dos novos e iluminados senhores da cultura”. A uma ideia do popular que o deputado identificava com o “cavaquismo” - atente-se na referência às “filas que quase davam a volta ao edifício à espera da abertura das bilheteiras” - Manuel Frexes opunha o elitismo e a sobranceira do “Ministério do qual o titular tão afanosamente

⁴⁷⁰ Intervenção do Deputado Manuel Frexes (PSD). Sessão Plenária de 3 de julho de 1997. Diário da Assembleia da República, 3/7/1997, 3096;

⁴⁷¹ Musical escrito e encenado por Filipe La Féria que apresentava uma retrospectiva da revista à portuguesa de 1851 até à Revolução de Abril de 1974. A peça estreou em maio de 1991 no Teatro Nacional Dona Maria II sendo mais tarde adaptada à televisão e à rádio;

⁴⁷² Intervenção do Deputado Manuel Frexes (PSD). Sessão Plenária de 3 de julho de 1997. Diário da Assembleia da República, 3/7/1997, 3096;

⁴⁷³ *Ibidem*;

se reivindica dos valores da esquerda”. De certa forma, Lá Féria, descrito ao longo do debate como exemplo de um *self-made man*, servia como espelho da “classe média” que as imagens do “cavaquismo” construídas a partir do campo político do PSD idealizavam como seu sujeito político de referência. Para Manuel Frexes, tal como o teatro de revista de Filipe Lá Féria, o “cavaquismo” fora acessível e fizera coisas de que o público gostava. Talvez por isso, questionava o deputado, fora “saneado”, tal como acontecera ao encenador.

No epílogo ao seu *Les Noms D'Époque*, obra coletiva dedicada ao estudo dos nomes que se associaram a determinados períodos da história, Dominique Kalifa concluiu a sua reflexão com a ideia de que questionar os “nomes do tempo”, ou seja, fazer dos “cronónimos” que nomeiam determinado período, ou fenómeno político, um objeto de estudo, pode, paradoxalmente, permitir-nos ir além do peso das denominações. Levar a sério os “cronónimos”, escreve Kalifa, é “admitir que nunca se escreve senão neste emaranhado rapsódico e quase caleidoscópico de temporalidades que é constitutivo da história”⁴⁷⁴. Ao longo deste capítulo, e lembrando que um conceito não é apenas o conteúdo para que o seu nome remete, mas também o seu fator⁴⁷⁵, procurámos construir uma proposta de análise à trajetória dos conceitos “cavaquismo” e “cavaquista” no discurso parlamentar. Procurámos fazer destes dois “nomes” ponto de partida para o estudo de uma cultura política que, como vimos, marca ainda horizontes de expectativa e influencia a forma como percebemos e imaginamos o período democrático português.

⁴⁷⁴ Kalifa, *Les noms D'Époque*, 386;

⁴⁷⁵ Koselleck, *Futures Past*, 86;

Conclusão

Com o Padrão dos Descobrimentos como pano de fundo, a bandeira da Comunidade Europeia foi hasteada na Praça do Império no primeiro dia de janeiro de 1992. O momento que marcava o arranque da presidência portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias correspondia também à inauguração da primeira parte das obras do Centro Cultural de Belém (CCB). Após meses de atraso e de polémica relacionada com os elevados custos da obra e suspeitas de corrupção, o Centro Cultural de Belém cumpria com o primeiro dos dois objetivos apontados por Aníbal Cavaco Silva aquando do anúncio da sua construção: o acolhimento das instalações necessárias ao exercício presidência do Conselho Europeu⁴⁷⁶. O outro grande propósito do centro prendia-se com as “Comemorações do Quinto Centenário dos Descobrimentos Portugueses”⁴⁷⁷. Inserido na zona da cidade de Lisboa onde uma memória pública associada ao passado imperial e aos chamados Descobrimentos é mais expressiva⁴⁷⁸, o CCB assumia uma função simbólica que as palavras de Cavaco Silva, a propósito de um congresso dedicado a Bartolomeu Dias, deixavam antever: “Devemos celebrar os Descobrimentos com uma dinâmica própria, projetando o passado de que nos orgulhamos no futuro que estamos a construir de forma positiva e confiante”⁴⁷⁹.

O CCB abria ao público em março de 1993. Entre Pauliteiros de Mirandela, Cabeçudos de Torres Vedras e os *Madredeus*, a inauguração ficaria marcada por uma afluência de pessoas que levou uma repórter da RTP a afirmar que “o centro cultural fez inveja a muitos centros comerciais”⁴⁸⁰. O espaço destinado às exposições temporárias inauguraria com “O Trabalho” de Sebastião Salgado, exposição que o próprio descreve como uma “homenagem à classe trabalhadora”⁴⁸¹ e com a exibição de “Triunfo do Barroco”, exposição que, após passagem pela Europália’91 em Bruxelas, expunha os tesouros da arte barroca portuguesa.

⁴⁷⁶ Cavaco Silva, *Uma Experiência de Social-Democracia Moderna* (Porto: Porto Editora, 2020), 71;

⁴⁷⁷ *Ibid.*, 70;

⁴⁷⁸ Elsa Peralta, “Lisboa e a Memória do Império” (Odivelas: Outro Modo, 2017), 67;

⁴⁷⁹ Cavaco Silva, *Construir a Modernidade*, 111;

⁴⁸⁰ “CCB Abre a público”. Reportagem da RTP (21 de março de 1993). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ccb-abre-ao-publico/> ;

⁴⁸¹ “Inauguração do Centro de Exposições do CCB”. Reportagem da RTP (9 de setembro de 1993). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/inauguracao-do-ccb/> ;

No último dos seus livros, Cavaco Silva destaca o CCB enquanto um exemplo da aplicação prática dos princípios da social-democracia. Por se tratar de uma “realização material e concreta”, Cavaco Silva descreve-o – entre outras obras do seu governo – como algo “objetivo” e “insuscetível”⁴⁸² de controvérsia. Acompanhando a centralidade que Cavaco Silva atribui à construção do CCB enquanto marco do que descreve como uma “experiência de social-democracia moderna”⁴⁸³, atentemos no seu significado à luz do “cavaquismo”.

Recuemos a 1991 e regressemos aos debates parlamentares de que nos ocupámos no último capítulo. Em junho, no decorrer de um debate sobre a política cultural do governo marcado pela polémica que acompanhava a construção do CCB, o Secretário de Estado da Cultura Pedro Santana Lopes respondia a um deputado do PCP aludindo à necessidade de “garantir os meios para preservar a sua [do país] identidade”. Para Santana Lopes, “mesmo em épocas mais conturbadas”, a ideia de que “a identidade cultural portuguesa estava em risco ou em causa”⁴⁸⁴ não representara um perigo como naquele momento. Ao longo da sua intervenção, o Secretário de Estado refere-se a “novas realidades” e a novos tempos para dar conta das transformações sociais decorrentes da integração europeia e da inserção total do país nos mecanismos políticos e económicos do capitalismo ocidental. Longe de criticar a ideia de “modernidade” contida no “cavaquismo”, Santana Lopes afirmava a necessidade de preservar os “traços fundamentais que identificam a nossa cultura, a nossa alma, a nossa essência”⁴⁸⁵.

Ainda que de forma breve, a intervenção de Santana Lopes, como o significado atribuído ao CCB, revelam uma tensão a partir da qual, em jeito de conclusão, considero útil pensar o “cavaquismo”. Em *Gramsci and Us*, texto anteriormente abordado, o exercício de Stuart Hall passa pela compreensão dos mecanismos através dos quais o *thatcherismo* se constitui enquanto um projeto hegemónico que se propõe a disputar uma imagem da modernidade⁴⁸⁶. Ao longo do texto, Hall chama à atenção para as especificidades do desenvolvimento do capitalismo britânico, que considera ter passado ao lado da institucionalização da “civilização e estruturas do capitalismo avançado” que

⁴⁸² Cavaco Silva, *Uma Experiência de Social Democracia Moderna*, 202;

⁴⁸³ Cavaco Silva, *Uma Experiência de Social Democracia Moderna*;

⁴⁸⁴ Intervenção do Secretário de Estado da Cultura Pedro Santana Lopes. Sessão Plenária de 19 de junho de 1991. Diário da Assembleia da República, 19/6/1991, 3165;

⁴⁸⁵ *Ibidem*;

⁴⁸⁶ Hall, “Gramsci and Us”, 164;

marcara a história recente dos Estados Unidos da América ou da Alemanha⁴⁸⁷. Sendo que o objetivo desta dissertação nunca passou por uma comparação entre o *thatcherismo* e o “cavaquismo”, pode ainda assim ser útil aplicar a lógica do argumento de Stuart Hall ao caso português.

Retomando a questão que empresta o título ao último capítulo da tese, importa pensar uma definição do “cavaquismo” que compreenda as diferentes dimensões dos processos de neoliberalização que abordámos ao longo deste trabalho. Como inicialmente referido, esta dissertação surge do interesse por um estudo do “cavaquismo” capaz de ultrapassar a sua simples identificação temporal com a década durante a qual Cavaco Silva assumiu as funções de primeiro-ministro. Longe de se propor a apresentar uma resposta definitiva, o trabalho que agora termina é a materialização do processo através do qual procurei reunir um quadro teórico capaz de futuramente pensar o significado do “cavaquismo” para além das conclusões apresentadas a respeito da genealogia parlamentar do conceito. É desta forma que considero pertinente pensar a unidade do presente trabalho.

O primeiro capítulo apresenta uma síntese dos estudos sobre o neoliberalismo com vista à compreensão da forma como diferentes disciplinas o constroem como objeto de estudo e procuram avançar com possíveis definições. Destacando os entendimentos do neoliberalismo enquanto um modo de regulação do capitalismo, um “pensamento coletivo” e uma racionalidade governamental, procurámos agrupar os seus distintos contributos em torno do conceito de governamentalidade. A identificação do neoliberalismo com uma nova forma de governo, com a população como alvo e a economia política como principal forma de conhecimento⁴⁸⁸, permite-nos atentar nas diversas dimensões do que definimos como processos de neoliberalização. Neste sentido, um entendimento do “cavaquismo” terá de atentar no diploma que, em 1990, consagrou a independência estatutária do Banco de Portugal⁴⁸⁹, como terá de entender a forma como o primeiro-ministro e outros responsáveis políticos operaram narrativamente a transformação de cidadãos em consumidores⁴⁹⁰.

⁴⁸⁷ *Ibidem*;

⁴⁸⁸ Foucault, “Governmentality”, 102;

⁴⁸⁹ Ricardo Noronha, “The Portuguese Road to Neoliberalism (1976-1989)”, 126;

⁴⁹⁰ A título de exemplo atente-se em documentos como a Carta do Primeiro-Ministro aos Membros do Governo relativa à modernização dos serviços públicos e em formulações como por exemplo: “Cada serviço

O segundo capítulo, centrado no britânico, procura compreender os mecanismos através dos quais o campo dos Estudos Culturais, com destaque para Stuart Hall, procuraram durante as décadas de 1970 e 1980 ultrapassar definições do neoliberalismo marcadas por uma leitura profundamente economicista. A identificação do *thatcherismo* com um projeto político hegemónico permitia recentrar o debate atentando nas questões discursivas e no seu impacto ao nível das condutas individuais ou ainda no carácter contraditório das construções ideológicas, como demonstraria Stuart Hall ao desenvolver o conceito da “modernização regressiva”.

Partindo das ideias desenvolvidas anteriormente, o último capítulo procura pensar os diferentes significados associados ao “cavaquismo” através do acompanhamento da trajetória desta palavra no discurso parlamentar. A identificação da trajetória da utilização das palavras “cavaquismo” e “cavaquista” em contexto parlamentar permitiu-nos dar conta da multiplicidade de significados a que estas palavras são associadas, reforçando as diversas dimensões que dão forma ao “cavaquismo”. Tendo em conta as limitações inerentes a uma dissertação de mestrado, este revelou-se um objeto de estudo capaz de nos proporcionar a construção de uma narrativa mais localizada, abrindo caminho para um estudo do “cavaquismo” que a ultrapasse.

Recupero as duas referências que abrem esta introdução para esboçar uma hipótese da qual possa partir um estudo futuro do “cavaquismo”. Tanto o CCB e a função simbólica que ocupa, como a intervenção de Santana Lopes no parlamento revelam uma tensão que parece atravessar o “cavaquismo” quando o encaramos como um projeto com ambições hegemónicas. Como o *thatcherismo* na breve definição em cima apresentada por Stuart Hall, as múltiplas dimensões que considero constituírem o “cavaquismo” encaminham-no para o que podemos definir como o projeto modernizador que assume uma posição hegemónica ao longo das décadas de 1980 e 1990.

A ideia da modernidade ocupa um espaço central no discurso de Cavaco Silva. Importa notar que o primeiro dos vários livros editados por Cavaco Silva durante os seus

pensará o seu produto para o seu cliente” ou “rompendo com uma tradição de excessiva burocracia, a nova Administração faz apelo a valores de gestão, de personalização das relações, de avaliação dos resultados”. “A Modernização dos Serviços Públicos – Carta do Primeiro-ministro aos Membros do Governo”. Lisboa: Secretariado para a Modernização Administrativa: Fevereiro de 1990, 2;

três mandatos como primeiro-ministro tem como título *Construir a Modernidade*. Através das referências à “grande batalha da modernidade”⁴⁹¹ ou, note-se, ao “grande salto em direção à modernidade”⁴⁹², Cavaco Silva popularizava uma ideia que definia como uma existência “sem complexos de inferioridade nem atrasos que nos diminuem perante outros”⁴⁹³ e que antagonizava com a herança do coletivismo e a estatização instalados entre 1974 e 1975. Partindo de Ernesto Laclau, interessa olhar para a função desta ideia de “modernidade” enquanto um “significante” vazio. Ou seja, algo com um significado tão abrangente que perde a capacidade de significar alguma coisa em particular, mas que, simultaneamente, e em resultado da sua sobredeterminação, assume a capacidade de significar quase tudo e de ser politicamente utilizado das mais diversas formas⁴⁹⁴.

Para Cavaco Silva, é esta postura modernizante que distingue o seu projeto e, parafraseando-o, inaugura um novo ciclo histórico em Portugal⁴⁹⁵. Esta é a narrativa que persiste nas intervenções públicas de Cavaco Silva, apresentando-se como uma via alternativa entre um “socialismo” que classificava como conservador e um “liberalismo clássico” que considerava ultrapassado⁴⁹⁶. As divergências no campo das ideias seriam coisa do passado, referindo o primeiro-ministro que a realidade do presente correspondia “a uma civilização diferente daquela para aquela para que fomos educados e mentalizados”⁴⁹⁷. A “marcha trepidante do progresso”⁴⁹⁸ esbatia antigas divisões e configurava uma nova política. Questionado por Vasco Pulido Valente sobre este assunto, Cavaco Silva responderia: “Não sei bem, o que são hoje esses partidos e mesmo o que é o próprio PSD. Não há conjuntos de ideias identificáveis com a ideologia do CDS, ou do PS, ou do PSD (...). Hoje, na prática, prevalece o pragmatismo e a credibilidade pessoal dos governantes”⁴⁹⁹.

O “cavaquismo” parece assumir-se como intérprete de uma “modernização” que retomando a ideia do “significante vazio” significará tudo aquilo que se opõe à herança

⁴⁹¹ Cavaco Silva, *Construir a Modernidade*, 61;

⁴⁹² *Ibid.*, prefácio;

⁴⁹³ *Ibid.*, 114;

⁴⁹⁴ Laclau, “Populismo: o que há num nome?”, 62;

⁴⁹⁵ Cavaco Silva, *Cumprir a Esperança*, 21;

⁴⁹⁶ Cavaco Silva, *As Reformas da Década*, 13;

⁴⁹⁷ Cavaco Silva, *Cumprir a Esperança*, 294;

⁴⁹⁸ *Ibidem*;

⁴⁹⁹ “O nosso homem em S. Bento – entrevista a Cavaco Silva”. *K* (18) (março de 1992), 42;

do processo revolucionário português e se identifica com uma normalidade que se assume sinónimo da plena integração do país na Comunidade Europeia e nos mecanismos políticos e económicos do mundo capitalista ocidental. Citando Badiou, “A «modernização», como e a vemos todos os dias, é o nome de uma definição estrita e servil do possível”⁵⁰⁰. Desta forma, poderíamos encontrar no “cavaquismo” o nome de um projeto modernizador que, em última instância, se propôs a disputar uma perceção da realidade e o campo de possibilidades a partir desta construído.

Antes de terminar, importa atentar em alguns dos possíveis caminhos para um estudo futuro capaz de apreender as várias dimensões que considero fazerem do “cavaquismo” o nome do projeto hegemónico que dá corpo ao processo de neoliberalização português nas duas últimas décadas do século XX. De entre vários objetos de estudo destacaria: a análise dos discursos de Cavaco Silva ao longo dos seus três mandatos enquanto primeiro-ministro, assim como, a cobertura feita pela imprensa a este período; a análise da produção legislativa do parlamento e das políticas ministeriais cruzando-as com conceitos como os da governamentalidade aqui desenvolvidos; a análise do percurso e influência de figuras intelectuais do período como José Pacheco Pereira na área do PSD, mas alargando o estudo a figuras de outras esferas como, a título de exemplo, Miguel Esteves Cardoso ou até Pedro Ayres Magalhães⁵⁰¹; a análise da evolução de um “pensamento coletivo” neoliberal português centrado em figuras como Borges de Macedo e em instituições como a Universidade Católica ou a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; ou, por fim, a análise do surgimento do “guterrismo” como contraponto do “cavaquismo”.

⁵⁰⁰ Badiou, *The Meaning of Sarkozy*, 50;

⁵⁰¹ Guitarrista e compositor português membro fundador dos *Heróis do Mar* e de *Madredeus*. Fundaria em 1981, juntamente com Miguel Esteves Cardoso, a editora discográfica “Fundação Atlântica”;

Bibliografia

- AAVV. *Mains Speeches Labour Party annual Conference November 1959*. London: Labour Party: 1959;
- BADIOU, Alan. *The Meaning of Sarkozy*. London: Verso, 2008;
- BECKER, Gary. François Ewald e Bernard Harcourt. “«Becker on Ewald on Foucault on Becker» American Neoliberalism and Michel Foucault’s 1979 Birth of Biopolitics Lectures”, *The Law School of the University of Chicago: Public Law and Legal Theory Working Paper* N°401 (2012), 1-20;
- BRAITHWAITE-Sutcliffe, Florence. “Neo-liberalism and morality in the making of Thatcher’s social policy”. *The Historical Journal – Cambridge University Press* 55(2) (2012), 497-520;
- BRAITHWAITE-Sutcliffe, Florence. Aled Davies e Ben Jackson. *The Neoliberal Age? Britain since 1970s*. London: UCL Press, 2021;
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 2015;
- BURCHELL, Graham. Colin Gordon e Peter Miller. *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: The Chicago University Press, 1991;
- BYRNE, Christopher. “Neo-liberalisms in British Politics” (2013). Tese de Doutoramento submetida à Universidade de Birmingham – Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais para a obtenção do grau de Doutor em Filosofia;
- BYRNE, Christopher. *Neoliberalisms in British Politics*. London: Routledge, 2019;
- CABRAL, Manuel Villaverde. *Proletariado o nome e a coisa*. Lisboa: Regras do Jogo, 1983;
- CAHIL, Damien. Melinda Cooper, Martjin Konings e David Primose. *The SAGE Handbook of Neoliberalism*. Los Angeles: SAGE Reference, 2018;
- CASTREE, Noel. Paul Chatterton, Nik Heynen, Wendy Larner e Melissa W. Wright. *The Point Is To Change It Geographies of Hope and Survival in an Age of Crisis*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010;
- CHÁVEZ, Hugo. “Address to the United Nations” (2006). Disponível em: <https://library.brown.edu/create/modernlatinamerica/chapters/chapter-8-venezuela/primary-documents-with-accompanying-discussion-questions/document-21-address-to-the-united-nations-by-hugo-chavez-2006/>
- CHOMSKY, Noam. *Profit over People: Neoliberalism and Global Order*. New York: Seven Stories Press, 1999;
- COSTA, Jorge. Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã e Fernando Rosas. *Os Donos de Portugal – Cem Anos de Poder Económico (1910-2010)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2010;

- COULDRY, Nick. *Inside Culture*. London: SAGE, 2000;
- CREHAN, Kate. *Gramsci, cultura e Antropologia*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004;
- DARDOT, Pierre e Christian Laval. “Foucault, Neoliberalism and Europe” em *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, 193-200;
- DARDOT, Pierre e Christian Laval. *Never-Ending Nightmare: The Neoliberal Assault on Democracy*. London: Verso, 2019;
- DARDOT, Pierre e Christian Laval. *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. London: Verso, 2013;
- DAVIES, Madeleine. “The Origins of the British New Left” em *1968 in Europe: a History of Protest and Activism 1956-1977*, 45-56;
- DEAN, Mitchell. “Rethinking Neoliberalism”. *Journal of Sociology* 50(2) (2015), 150-163;
- DENORD, François. “French Neoliberalism and Its Divisions” em *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*, 45-67;
- DIAS, Bruno Peixe e José Neves. *A Política dos Muitos: Povo, Classe e Multidão* coordenação de Bruno Peixe Dias e José Neves. Lisboa: Tinta-da-China, 2010;
- DUMÉNIL, Gérard e Dominique Lévy. “The Neoliberal (Counter-)Revolution” em *Neoliberalism: A Critical Reader*, editado por Alfredo Saad-Filho e Deborah Johnson, 9-19. London: Pluto Press, 2005;
- DUMÉNIL, Gérard e Dominique Lévy. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Massachusetts: Harvard University Press, 2004;
- DURING, Simon. *The Cultural Studies Reader*. London: Routledge, 1999;
- ENGELS, Friedrich e Karl Marx. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007;
- ENGELS, Friedrich e Karl Marx. *Selected Correspondence 1846-1895 with Commentary and Notes*. London: Lawrence and Wishart, 1943;
- FILHO-Saad, Alfredo e Deborah Johnston, *Neoliberalism: A Critical Reader*. London: Pluto Press, 2005;
- FILHO-Saad, Alfredo. “Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism”. *Socialist Register* 47 (2011): 242-259;
- FISHER, Mark. *Capitalist Realism: Is There No Alternative*. Winchester: Zero Books, 2009;
- FLECK, Ludwik. *Genesis and the Development of a Scientific Fact*. Chicago: The Chicago University Press, 1977;
- FORGACS, David. “National-popular – genealogy of a concept” em *The Cultural Studies Reader*, 209-219;
- FORGACS, David. *The Gramsci Reader – Selected Writings 1916-1935*. New York: New York University Press, 2000;

- FOUCAULT, Michel. “Governmentality” em *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, 87-104;
- FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, Genealogy, History”. *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews* editado por D. F. Bouchard. Ithaca: Cornell University Press;
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D’Água, 1994;
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2018;
- FRANCO, António de Sousa. “A Economia” em *Portugal – 20 Anos de Democracia*, 170-293;
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago: The Chicago University Press, 2002;
- GAMBLE, Andrew. *The Free Economy and the Strong State – The Politics of Thatcherism*. London: Macmillan, 1988;
- GRAMSCI, Antonio. *Selections from Political Writings*. London: Lawrence & Wishart, 1977;
- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1992;
- GRIMLEY, Matthew. “Thatcherism, morality and religion” em *Making Thatcher’s Britain*, 78-94;
- GROSSBERG, Lawrence. *et al. Cultural Studies*. London: Routledge, 1992;
- HACKING, Ian. “Formar Pessoas” em *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*, 95-112;
- HALL, S. J. Clarke, C. Critcher, T. Jefferson e B. Roberts. *Policing The Crisis*. London: Macmillan, 1978;
- HALL, Stuart e Tony Jefferson. *Resistance through Rituals*. London: Routledge, 2006;
- HALL, Stuart. “Authoritarian Populism: A Reply to Jessop et al.” em *The Hard Road to Renewal*, 150-160;
- HALL, Stuart. “Cold Comfort Farm” em *The Hard Road to Renewal*, 75-79;
- HALL, Stuart. “Cultural Studies and Its Theoretical Legacies” em *Cultural Studies*, 277-286;
- HALL, Stuart. “Cultural Studies: two paradigms”. *Media, Culture and Society* 2 (1980), 57-72;
- HALL, Stuart. “Gramsci and Us” em *The Hard Road to Renewal*, 161-173;
- HALL, Stuart. “Introducing NLR”. *New Left Review* 1 (1960), 1-3;
- HALL, Stuart. “Learning from Thatcherism” em *The Hard Road to Renewal*, 271-283;

- HALL, Stuart. "Living with the Crisis with Critcher, Jefferson, Clarke and Roberts" em *The Hard Road to Renewal*, 19-38;
- HALL, Stuart. "No Light at the End of the Tunnel" em *The Hard Road to Renewal*, 80-92;
- HALL, Stuart. "Popular-Democratic vs Authoritarian Populism: Two Ways of Taking Democracy Seriously" em *The Hard Road to Renewal*, 123-149;
- HALL, Stuart. "Thatcherism and the Crisis of the Left" em *The Hard Road to Renewal*, 1-16;
- HALL, Stuart. "The Battle for Socialist Ideas in the 1980s" em *The Hard Road to Renewal*, 177-195;
- HALL, Stuart. "The Birth of the Law and Order Society" em *Selected Political Writings*, 158-171;
- HALL, Stuart. "The Crisis of Labourism" em *The Hard Road to Renewal*, 196-210;
- HALL, Stuart. "The Culture Gap" em *The Hard Road to Renewal*, 211-219;
- HALL, Stuart. "The Emergence of Cultural Studies and the Crisis of Humanities". *The Humanities as Social Technology* 53 (1990), 11-23;
- HALL, Stuart. "The Empire Strikes Back" em *The Hard Road to Renewal*, 68-74;
- HALL, Stuart. "The Formation of Cultural Studies" em *Cultural Studies 1983 – A Theoretical History*, 5-24;
- HALL, Stuart. "The Great Moving Right Show" em *The Hard Road to Renewal*, 39-56;
- HALL, Stuart. "The Meaning of New Times" em *Selected Political Writings*, 248-265;
- HALL, Stuart. "The neoliberal revolution: Thatcher, Blair, Cameron – the long march of neoliberalism continues". *Soundings* 48 (2011), 9-27;
- HALL, Stuart. "The State – Socialism's Old Caretaker" em *The Hard Road to Renewal*, 220-232;
- HALL, Stuart. "The Toad in the Garden: Thatcherism among the Theorists" em *Marxism and the Interpretation of Culture*, 35-57;
- HALL, Stuart. *Cultural Studies 1983 – A Theoretical History*. Durham: Duke University Press, 2016;
- HALL, Stuart. *Familiar Stranger: A Life Between Two Islands*. London: Penguin Books, 2018;
- HALL, Stuart. *Selected Political Writings*. Durham: Duke University Press, 2017;
- HALL, Stuart. *The Hard Road to Renewal – Thatcherism and the Crisis of the Left*. London: Verso, 2021;
- HARTWELL, Max. *A History of the Mont Pèlerin Society*. Indianapolis: Liberty Fund, 1995;

- HARVEY, David. "Neoliberalism is a Political Project". Entrevistado por Bjarke Skærlund Risager, *Jacobin* (2016). Disponível em: <https://jacobin.com/2016/07/david-harvey-neoliberalism-capitalism-labor-crisis-resistance/>;
- HARVEY, David. "The «New» Imperialism Accumulation by Dispossession". *Socialist Register* 40 (2004): 63-87;
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008;
- HAYEK, Friedrich von, "Friedrich von Hayek Prize Lecture: The Pretence of Knowledge" (1974). Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/hayek/lecture/> Nobel Speech;
- HAYEK, Friedrich von. "The Intellectuals and Socialism". *University of Chicago Law Review* 16(3) (1949), 417-433;
- HAYEK, Friedrich von; *Studies in Philosophy, Politics and Economy*. Oxfordshire: Taylor & Francis, 1967;
- HIRSCH, Shirion. In the shadow of Enoch Powell: Race, locality and resistance. Manchester: Manchester University Press, 2018;
- HOBBSBAWM, Eric. "Forward March of Labour Halted?". *Marxism Today* 22(9) (1978), 279-286;
- HOBBSBAWM, Eric. "Labour's Lost Millions". *Marxism Today* 27(10) (1983), 7-13;
- HONÓRIO, Cecília. *O Espectro dos Populismos*. Lisboa: Tinta-da-China, 2018;
- JACKSON, Ben e Robert Saunders. "Introduction: Varieties of Thatcherism" em *Making Thatcher's Britain*, 1-22;
- JACKSON, Ben e Robert Saunders. *Making Thatcher's Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012;
- JACKSON, Ben. "Intellectual histories of neoliberalism and their limits" em *The Neoliberal Age? Britain since 1970s*, 52-71.
- JACQUES, Martin. "Thatcherism: The Impasse Broken?". *Marxism Today* 23(10) (1979), 6-15;
- KALIFA, Dominique. *Les noms D'Époque*. Paris: Éditions Gallimard, 2020;
- KLIME, Martin e Joachim Scarloth. *1968 in Europe: a History of Protest and Activism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008;
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press, 2004;
- LACLAU, Ernesto e Chantal Mouffe. "Post-Marxism without Apologies". *New Left Review* 166 (1987), 79-106;
- LACLAU, Ernesto e Chantal Mouffe. "Socialist Strategy: Where Next?". *Marxism Today* 25(1) (1981), 17-22;

- LACLAU, Ernesto e Chantal Mouffe. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 2001;
- LACLAU, Ernesto. “Populismo: o que há num nome?” em *A Política dos Muitos: Povo, Classe e Multidão*, 55-72;
- LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005;
- LASGANERIE, Geoffrey de. *Foucault against Neoliberalism?*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2020;
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2020;
- LEITNER, Helga. Jamie Peck e Eric S. Sheppard. *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers*. New York: The Guilford Press, 2007;
- LEMKE, Thomas. ““The Birth of Bio-Politics” – Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-Liberal Governmentality”. *Economy and Society* 30(2) (2001), 190-207;
- LENINE, V. Ilyich. *A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo*. Lisboa: Edições Avante, 2017;
- LINERA, Álvaro García. “Tiempo Histórico Liminal”. *Jacobin (Latinoamérica)* (2021). Disponível em: <https://jacobinlat.com/2021/01/05/tiempo-historico-liminal/>;
- LINERA, Álvaro García. *La Política como Disputa de las Esperanzas*. Buenos Aires: CLACSO, 2022;
- LOFF, Manuel. “Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória e da democracia portuguesa (1974-2014)” em *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, 23-144;
- LOFF, Manuel. Luciana Soutelo e Filipe Piedade. *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina, 2014;
- MAGALHÃES, Jorge. “A Constituição e as suas Revisões, a Lei e a Justiça” em *Portugal – 20 Anos de Democracia*, 112-135;
- MARSH, David. *The New Politics of British Trade Unionism: Union Power and the Thatcher Legacy*. London: Macmillan, 1992;
- MIROWSKI, Philip e Dieter Plehwe. *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Massachusetts: Harvard University Press, 2009;
- MIROWSKI, Philip. “Postface: Defining Neoliberalism” em *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective* 417-455.
- MIROWSKI, Philip. “The Political Movement that Dared not Speak its own Name: The Neoliberal Thought Collective Under Erasure”. *Institute for New Economic Thinking – Working Paper* 23 (2014), 1-34;
- MIROWSKI, Philip. *Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. London: Verso, 2014;

- MITCHELL, Timothy. “How Neoliberalism Makes Its World: The Urban Property Rights Project in Peru” em *The Road From Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*, 386-416;
- MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de Esquerda*. Lisboa: Gradiva, 2019;
- NELSON, Cary e Lawrence Grossberg. *Marxism and the Interpretation of Culture*. London: Macmillan Education, 1988;
- NEVES, José. 1998: *Portugal, uma Retrospectiva*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019;
- NEVES, José. *Da Gaveta para Fora: Ensaios sobre Marxistas*. Lisboa: Afrontamento, 2006;
- NORONHA, Ricardo. “Neoliberalism and the Historians”. *Práticas da História* 8 (2019), 95-131;
- NORONHA, Ricardo. “The Portuguese Road to Neoliberalism (1976-1989)”. *Contemporary European History* 31(1), 113-128;
- OBAMA, Barack, “The 2013 State of Union Address” (2013). Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/02/12/remarks-president-state-union-address>
- PANITCH, Leo. “On Revolutionary Optimism of Intellect”. *Socialist Register* 53 (2017): 356-363;
- PECK, Jamie e Adam Tickell. “Neoliberalizing Space”. *Antipode* 34(3) (2002) , 380-404;
- PECK, Jamie. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010;
- PECK, Jamie. Nik Theodore e Neil Brenner, “Postneoliberalism and Its Malcontents” em *The Point Is To Change It Geographies of Hope and Survival in an Age of Crisis* 94-116;
- PERALTA, Elsa. *Lisboa e a Memória do Império: Património, Museus e Espaço Público*. Odivelas: Outro Modo, 2017;
- PEREIRA, José Pacheco. “O nome e a coisa – reflexões sobre o «cavaquismo»” em *O Nome e a Coisa – Textos dos anos 80 e 90*;
- PEREIRA, José Pacheco. *O Nome e a Coisa – Textos dos anos 80 e 90*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997;
- PHILLIPS, Louise. “Hegemony and Political Discourse: The lasting impact of Thatcherism”. *Sociology* 32(4) (1998), 847-867;
- PIMLOTT, Herbert. “Stuart Hall’s Legacy: Thatcherism, Cultural Studies and «The Battle for Socialist Ideas» during the 1980’s”. *Journal of the Society for Socialist Studies* 12 (2017), 117-133;
- PINTO, Ana Catarina. *Francisco Sá Carneiro – O Guia da Direita Liberal*. Lisboa: Assembleia da República, 2020;
- PINTO, António Costa e Nuno Gonçalo Monteiro. *História Contemporânea de Portugal 1808-2010 Vol. 5 - A Busca da Democracia*. Lisboa: Penguin Random House, 2015;

- PLEHWE, Dieter e Bernhard Walpen. “Introduction: : Reconsidering neoliberal hegemony” em *Neoliberal Hegemony: A Global Critique*, 1-24;
- PLEHWE, Dieter. “Conclusion: Looking Back to the Future of Neoliberalism Studies” em *Market Civilizations: Neoliberalism East and South*, 333-354;
- PLEHWE, Dieter. “Introduction” em *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*, 1-42;
- PLEHWE, Dieter. Bernhard Walpen e Gisela Neunhöffer. *Neoliberal Hegemony: A Global Critique*. New York: Routledge, 2006;
- PLEWHE, Dieter. “Neoliberal Thought Collectives: Integrating Social Science and Intellectual History” em *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, 85-97;
- REIS, António. *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Temas & Debates, 1996;
- REIS, José. *A Economia Portuguesa – Formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*. Coimbra: Almedina, 2018;
- RODRIGUES, João. “Embedding Neoliberalism: The Theoretical Practices of Hayek and Friedman” em *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, 129-142;
- RODRIGUES, João. *O Neoliberalismo não é um Slogan*. Lisboa: Tinta-da-China, 2022;
- ROSAS, Fernando. Francisco Louçã, Andrea Peniche, João Teixeira Lopes, Luís Trindade e Miguel Cardins. *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta-da-China, 2020;
- SAUNDERS, Robert. “«Crisis?Ehat Crisis» Thatcherism and the seventies” em *Making Thatcher’s Britain*, 24-42;
- SCHOFIELD, Cammila. “Enoch Powell and Thatcherism” em *Making Thatcher’s Britain*, 95-110;
- SHOCK, Max. “Stuart Hall, *Marxism Today* and their reception of Antonio Gramsci in the long 1980s”. *Contemporary British History* 34 (2020), 251-272;
- SILVA, Aníbal Cavaco. “Políticos, Burocratas e Economistas”. *Economia* (2), 492-502;
- SILVA, Aníbal Cavaco. *Afirmar Portugal no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993;
- SILVA, Aníbal Cavaco. *Aníbal Cavaco Silva – Autobiografia Política*. Lisboa: Temas e Debates, 2002;
- SILVA, Aníbal Cavaco. *Aníbal Cavaco Silva – Autobiografia Política II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004;
- SILVA, Aníbal Cavaco. *As Reformas da Década*. Lisboa: Bertrand, 1995;
- SILVA, Aníbal Cavaco. *Construir a Modernidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989;
- SILVA, Aníbal Cavaco. *Ganhar o Futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1991;
- SILVA, Aníbal Cavaco. *Manter o Rumo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995;
- SILVA, Aníbal Cavaco. *Uma Experiência de Social-Democracia Moderna*. Porto: Porto Editora, 2020;

SLOBODIAN, Quinn e Dieter Plehwe. "Introduction" em *Nine Lives of Neoliberalism*, 1-17;

SLOBODIAN, Quinn e Dieter Plehwe. *Market Civilizations: Neoliberalism East and South*. New York: Zone Books, 2022.

SLOBODIAN, Quinn. "Against the Neoliberal Taboo". *FocaalBlog* (2018). Disponível em: <http://www.focaalblog.com/2018/01/12/quinn-slobodian-against-the-neoliberalism-taboo/>;

SLOBODIAN, Quinn. Dieter Plehwe e Philip Mirowski. *Nine Lives of Neoliberalism*. London: Verso, 2020;

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*. Massachussetts: Harvard University Press, 2018;

SOUTELO, Luciana. "A Memória Pública do Passado Recente nas Sociedades Ibéricas: Revisionismo Histórico e Combates pela Memória em Finais do Século XX". Tese de Doutoramento submetida à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Doutor em História;

TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à Actualidade Vol. II*. Coimbra: Almedina, 2008;

THATCHER, Margaret. "Interview for Sunday Times" (1981). Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/104475>;

THATCHER, Margaret. "Speech at St Lawrence Jewry ("I Believe - A speech on Christianity and Politics") (1978). Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/103522>;

THATCHER, Margaret. "Speech to Conservative Central Council" (1975). Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/102655>;

THATCHER, Margaret. "Speech to Conservative Party Conference" (1975). Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/102777>;

THATCHER, Margaret. "Speech to Greater London Young Conservatives (Dimensions of Conservatism" (1977). Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/103411>;

THATCHER, Margaret. "TV Interview for London Weekend Television Weekend World ("Victorian Values")" (1983). Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/105087>;

THATCHER, Margaret. *Os anos de Downing Street*. Lisboa: Bertrand, 2012;

TRINDADE, Luís. "Crítica da Cultura Política do Salazarismo" em *O Espectro dos Populismos*, 67-90;

TRINDADE, Luís. "Fado, Futebol, Fátimas, Foices e Martelos - Combates pelo senso comum no século XX português". *Intervalo* (2) (Maio, 2006).

TRINDADE, Luís. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008;

TRINDADE, Luís. *The Making of Modern Portugal*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013;

VENUGOPAL, Rajesh. “Neoliberalism as concept”. *Economy and Society* 44(2) (2015), 165-187;

WHIPPLE, Amy. “Revisiting the «Rivers of Blood» Controversy: Letters do Enoch Powell”. *The Journal of British Studies* 48(3) (2009), 717-735;

WHITE, Hayden. “O Fardo da História” em *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*, 39-63;

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994;

WHYTE, Jessica. *The Morals of the Market: Humans Rights and the Rise of Neoliberalism*. London: Verso, 2019;

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society 1780-1950*. New York: Anchor Books, 1960;

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977;

ZAMORA, Daniel e Michael C. Behrent. *Foucault and Neoliberalism*. Cambridge: Polity, 2015;

ZAMORA, Daniel. “How Michel Foucault Got Neoliberalism so Wrong”. Entrevistado por Kévin Boucaud-Victoire, *Jacobin* (2019). Disponível em: <https://jacobin.com/2019/09/michel-foucault-neoliberalism-friedrich-hayek-milton-friedman-gary-becker-minoritarian-governments>;

“Supermac leads Tories to victory”. BBC On This Day: 9 October 1959. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/october/9/newsid_3095000/3095531.stm;

“A Modernização dos Serviços Públicos – Carta do Primeiro-ministro aos Membros do Governo”. Lisboa: Secretariado para a Modernização Administrativa, fevereiro de 1990;

Debates Parlamentares:

Debates Parlamentares das I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Legislaturas da Assembleia da República. Consultados *online* durante os meses de março e abril de 2023. Disponíveis em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar>;

Arquivo da Rádio e Televisão Portuguesa

“CCB Abre a público”. Reportagem da RTP (21 de março de 1993). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ccb-abre-ao-publico/> ;

“Inauguração do Centro de Exposições do CCB”. Reportagem da RTP (9 de setembro de 1993). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/inauguracao-do-ccb/>